

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RENATO DUTRA BICCA

**SOCIALIZAÇÃO JUVENIL, CULTURA E SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
FEMININA NO BRASIL**

Porto Alegre

2017

RENATO DUTRA BICCA

**SOCIALIZAÇÃO JUVENIL, CULTURA E SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
FEMININA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González.

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Bicca, Renato Dutra
Socialização juvenil, cultura e sub-representação
política feminina no Brasil / Renato Dutra Bicca. --
2017.
117 f.

Orientador: Rodrigo Stumpf González.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Socialização Política. 2. Cultura Política. 3.
Sub-representação Política Feminina. I. González,
Rodrigo Stumpf, orient. II. Título.

RENATO DUTRA BICCA

**SOCIALIZAÇÃO JUVENIL, CULTURA E SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
FEMININA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González – PPGCP/UFRGS
(Orientador)

Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero Jacome – PPGCP/UFRGS

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann – PPGCP/UFRGS

Prof.^a Dra. Jennifer Azambuja de Morais – PPGCP/UFRGS

AGRADECIMENTOS

A conclusão de um curso de graduação é sempre um momento muito aguardado por todo estudante universitário. Evidentemente, este caminho nunca é percorrido solitariamente. Por esse motivo, gostaria de agradecer a todas as pessoas que estiveram ao meu lado desde o início de meus estudos. Primeiramente, agradeço à minha mãe Fatima, ao meu pai João Bicca e aos meus irmãos Mariana e Fernando por todo o carinho e pela confiança em mim depositada durante esses anos.

Gostaria de expressar meus agradecimentos à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelo ensino de qualidade que me foi proporcionado, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), à Comissão de Graduação de Ciências Sociais (COMGRAD), bem como à Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades (BIBCSH). Aos professores e professoras do curso de Ciências Sociais, obrigado por me apresentarem outras perspectivas da realidade, para as quais, talvez, eu ainda estivesse de olhos fechados. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), pelo qual fui contemplado com bolsa de pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer aos (às) colegas (hoje, amigos e amigas) que tive a oportunidade de conhecer ao longo do curso: Pedro Souza, Gabriela Scapini, Itamar Ifarraguirre, Lis Lucas, Iara Passos, Mayara Bacelar, José Francisco Pereira, José Roberto da Cruz, Tâmis Fleck, Bibiana Nodari, Vinícius de Azambuja, Thiago Engelman, Priscila Fenelon, Jefferson Boeira, Jaqueline Freitas, Tainá Braga, Diego Prestes e Daniel Borges.

À equipe do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (Nupesal): Ana Júlia Bernardi, Andressa Liegi, Camila de Vasconcellos, Enio Cardoso, Felipe Zorzi, Manuel Edeza, Mariana Aguirre, Mariana Bernardi, Thiane Ávila e Victória Franza. Em especial, meus agradecimentos à Dra. Jennifer Azambuja, por todo o apoio e coleguismo no decurso desses meus três anos de Nupesal. Agradeço também o privilégio de poder ter trabalhado com o Prof. Dr. Marcello Baquero, referência internacional sobre estudos de cultura política e capital social. Aos professores Marcello Baquero, Luis Gustavo Grohmann e Jennifer Azambuja por aceitarem participar de minha banca de conclusão de curso. Gostaria, por fim, agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González, pelo profissionalismo e respeito com que sempre tratou meu trabalho. Desejo-lhe sucesso em sua trajetória.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

*“Quando uma mulher entra na política, muda a mulher.
Quando várias entram, muda a política”.*

Michelle Bachelet

RESUMO

O presente estudo propõe uma análise da existência de uma relação entre o processo de socialização política das jovens e a sub-representação das mulheres na política brasileira. O problema central da pesquisa é: a socialização política das jovens influencia a sub-representação feminina na política brasileira? O trabalho justifica-se na medida em que se busca realizar um estudo a respeito do modelo democrático representativo, em que o conceito de igualdade política encontra-se restrito não somente ao direito de voto, mas também ao direito de poder ser votado e, assim, decidir e intervir em assuntos do interesse de toda a comunidade política. Nesse sentido, torna-se evidente que a baixa participação e representação de grupos subalternos (no caso deste estudo, as mulheres) é um problema a ser solucionado, visto que representa um desequilíbrio decorrente de vetos políticos históricos e de desvantagens sociais, políticas e econômicas resultantes de prejulgamentos e de valores de gênero. O objetivo geral é analisar de que forma a socialização política contribui (ou não) para a participação das jovens na vida política. Em relação aos objetivos específicos, são apresentados: (1) Identificar o interesse das jovens na vida política; (2) Verificar quais valores e normas estão sendo transmitidos para as jovens através dos processos de socialização e; (3) analisar se esses valores e normas estão influenciando ou não a sub-representação política feminina. As hipóteses que norteiam a pesquisa são: (1) A socialização política das jovens mantém valores e normas tradicionais repassados pelas gerações anteriores e; (2) o tipo de cultura política das jovens não favorece a ocupação de cargos políticos eletivos pelas mulheres. Para responder ao problema e aos objetivos expostos, a metodologia adotada é a quantitativa, por meio do método de pesquisa tipo *survey*. A análise dos dados é conduzida pela utilização do programa de análise estatística IBM SPSS. No caso dessa análise, a variável independente utilizada é o sexo. Para a realização deste trabalho, são utilizados os dados da pesquisa empírica “Democracia, mídias e capital social”, conduzida pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), entre os anos de 2015 e 2016, nas três capitais da região sul do Brasil: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, com 2.035 jovens, entre 13 e 24 anos de idade, de escolas públicas e privadas (do 1º ao 3º ano do ensino médio). Os resultados demonstram um baixo interesse em política entre as mulheres. Porém, as jovens apresentam predisposições atitudinais maiores à participação se comparadas aos homens sem, contudo, concretizar essa participação, o que mantém um padrão de cultura política denominada “híbrida”. O pouco interesse dos pais em política pode ser um fator que tenha colaborado para uma transmissão ineficiente de atitudes, normas e crenças em relação à política, dificultando o surgimento de pretensões políticas entre as mulheres.

Palavras-chave: Socialização Política, Cultura Política, Sub-representação Política Feminina.

ABSTRACT

This study proposes an analysis of the existence of a relationship between the process of political socialization of young women and the under representation of women in Brazilian politics. The central problem of the research is: does the political socialization of young women influence women's under representation in Brazilian politics? The work is justified to the extent that it is sought to carry out a study on the representative democratic model, in which the concept of political equality is restricted not only to the right to vote, but also to the right to be voted and thus, decide and intervene in matters of concern to the entire political community. In this sense, it is evident that the low participation and representation of subaltern groups (in the case of this study, women) is a problem to be solved since it represents an imbalance due to historical political vetoes and social, political and economic disadvantages resulting from prejudices and gender values. The general objective is to analyze how political socialization contributes (or not) to the participation of young women in political life. In relation to specific objectives, the following are presented: (1) Identify the interest of young women in political life; (2) Check what values and norms are being transmitted to the young through the processes of socialization and; (3) analyze whether these values and norms are influencing female political under representation. The hypotheses that guide the research are: (1) The political socialization of young people maintains traditional values and norms passed on by previous generations; (2) the type of political culture of young women does not favor the occupation of elected political positions by women. In order to respond to the problem and the stated objectives, the methodology adopted is the quantitative one, through the research method survey type. Data analysis is conducted using the statistical analysis program IBM SPSS. In the case of this analysis, the independent variable used is sex. For the realization of this work, the data of the empirical research “Democracia, mídias e capital social”, conducted by the Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL) will be used, between the years of 2015 and 2016, in the three capitals of the region South of Brazil: Porto Alegre, Florianópolis and Curitiba, with 2,035 young people between 13 and 24 years of age from public and private schools (from 1st to 3rd year of high school). The results demonstrate a low interest in politics among women. But the girls present attitudinal predispositions greater than the participation when compared to men although this participation doesn't concretize, which maintains a pattern of political culture denominated “hybrid”. The lack of parental interest in politics may be a factor that has contributed to an inefficient transmission of attitudes, norms, and beliefs about politics, making it difficult for political pretenses to emerge among women.

Keywords: Political Socialization, Political Culture, Women's Under Representation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Você se interessa por política (%).....	70
Tabela 2 – Pensando nos problemas do país, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolvê-los? (%).....	76
Tabela 3 – Participaria de atividades políticas, se fosse convidado (a)? (%).....	77
Tabela 4 – Você costuma participar de: (%).....	78
Tabela 5 – Diferença entre participação e não participação (%).....	79
Tabela 6 – Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais instituições você considera mais importante (%).....	81
Tabela 7 – Com que frequência você costuma conversar sobre política com: (%).....	82
Tabela 8 – Pensando nas pessoas listadas abaixo, qual você acha que é o interesse delas por política? (%).....	82
Tabela 9 – Você costuma discutir os problemas de sua escola com seus colegas? (%).....	84
Tabela 10 – Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola? (%).....	85
Tabela 11 – A sua escola tem Grêmios Estudantis? (%).....	85
Tabela 12 – Você participa do Grêmios Estudantis? (%).....	86
Tabela 13 – Você participa de alguma outra organização estudantil? (%).....	87
Tabela 14 – Você considera importante os estudantes participarem de organizações estudantis? (%).....	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Progressão das mulheres no Congresso Nacional (%).....	58
Gráfico 2 – Participação feminina nos Parlamentos Unicamerais ou em suas Câmaras Baixas no mundo (%).....	60
Gráfico 3 – Participação feminina nos Parlamentos americanos (%).....	61
Gráfico 4 – Participação feminina nos Parlamentos da América do Sul (%).....	62
Gráfico 5 – Distribuição Sexo x Cidade (%).....	69
Gráfico 6 – Interesse em política x Sentimento em relação à política (%).....	71
Gráfico 7 – Assuntos políticos são muito complicados para mim, por isso não me interessam (%).....	72
Gráfico 8 – Interesse em política x Assuntos políticos são complicados (%).....	72
Gráfico 9 – Todos os políticos são corruptos (%).....	73
Gráfico 10 – Interesse em política x Todos os políticos são corruptos (%).....	74
Gráfico 11 – Os políticos prometem, depois não cumprem (%).....	75
Gráfico 12 – Interesse em política x Os políticos prometem, depois não cumprem (%).....	75
Gráfico 13 – Não adianta participar da política, pois nunca muda nada (%).....	76
Gráfico 14 – Interesse em política x Interesse dos pais em política (%).....	83
Gráfico 15 – Interesse em política x Discute os problemas da escola com os colegas (%).....	84
Gráfico 16 – Interesse em política x Participação no Grêmio Estudantil (%).....	86
Gráfico 17 – Interesse em cargo de liderança estudantil x Participação (%).....	88

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. METODOLOGIA.....	14
3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	16
3.1. Cultura política.....	16
3.2. Cultura política no Brasil.....	18
3.3. Cultura política e mulheres.....	21
3.4. Socialização política.....	26
4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	40
4.1. Democracia e mulheres.....	40
4.2. Feminismo e movimento de mulheres no Brasil.....	49
4.3. Sub-representação política feminina no Brasil.....	57
5. ANÁLISE DE DADOS.....	69
5.1. Participação política.....	69
5.2. Socialização política.....	80
5.3. Eficácia política na escola.....	84
6. CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS.....	94
ANEXO 1 – QUADRO DE QUESTÕES, INSTRUMENTOS E VARIÁVEIS DE PESQUISA/CATEGORIAS.....	104
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO DO <i>SURVEY</i>.....	106

1. INTRODUÇÃO

Nas democracias representativas modernas, o conceito de igualdade política envolve, entre outros fatores, não apenas o direito de escolher por meio do voto os representantes que governarão, mas também o direito de poder ser escolhido para decidir e influir sobre assuntos que afetam a comunidade política como um todo. Desse modo, o aprofundamento do modelo democrático representativo dependerá, segundo Young (2006), Phillips (1993 e 2001) e Sacchet (2009, 2011 e 2012), da garantia de acesso ao poder político a todos os segmentos e grupos sociais excluídos, ou seja, dependerá da existência de condições efetivas que assegurem a participação política de todos os membros adultos da sociedade.

Ressalta Feitosa (2012) que a ampliação dessa igualdade política não se trata apenas de um problema pertinente a grupos de posição subalterna, mas sim de um desafio a ser confrontado por qualquer sociedade que se queira realmente democrática. Nesse cenário, fica evidente que a participação e a representação política dos grupos suprimidos das arenas decisórias – especialmente as mulheres – são uma imposição que objetiva avançar na luta pela justiça social, pelo reconhecimento e pela igualdade de gênero na sociedade brasileira (FEITOSA, 2012; MOISÉS e SANCHEZ, 2014). No entanto, apesar do primado da igualdade ser um dos principais valores em um regime democrático, as desigualdades entre homens e mulheres resistem em termos de participação e representação na vida pública (FERREIRA, 2006).

A noção de representatividade, destaca Pinheiro (2007), gira em torno da ideia de que a baixa presença feminina nos espaços públicos viola o princípio da democracia representativa, isto é, por se constituírem como um grupo afetado de forma negativa por decisões políticas, as mulheres devem poder participar e intervir de forma igualitária, nos processos que as definem e ver refletidos neles os seus interesses. A representatividade nos espaços públicos de interlocução com o Estado, aponta Dagnino (2002), constitui-se em um desafio não somente nas formas de assegurá-la, mas também sobre a avaliação do funcionamento desses espaços. Para a mencionada autora, quanto maior a representatividade de determinados setores sociais, maiores as chances de uma partilha efetiva do poder na negociação com o Estado.

De acordo com Araújo (2013) e Matos (2009), há um conjunto de fatores que obstaculizam a participação da mulher na política, entre os fatores, destacam-se as resistências e preconceitos presentes nas organizações partidárias, o acesso aos recursos econômicos e

sociais para o financiamento de suas candidaturas a postos eletivos e as divisões sexistas e de gênero. Entretanto, há outro fator que tem recebido pouca atenção por parte dos estudiosos que se refere ao processo de socialização política juvenil diferenciada; processo que “assume relevo por referenciar a transmissão dos códigos responsáveis por situar o segmento feminino em posição secundária na sociedade, moldando percepções e condutas e reforçando estereótipos de masculino e feminino” (PRÁ e EPPING, 2009, p. 1).

Por meio dessa formação educacional e cultural dominante, tem se observado um desfavorecimento na preparação das jovens mulheres para a disputa política e para o poder (MOISÉS e SANCHEZ, 2014). Nesse sentido, a sub-representação política feminina estaria relacionada, entre outras razões, à objeção e à intolerância à participação das mulheres na esfera pública/política. A partir de tal pressuposto, o problema norteador da presente pesquisa é: a socialização política das jovens influencia a sub-representação feminina na política brasileira?

A partir da exposição do problema de pesquisa, o objetivo geral da pesquisa é: analisar de que forma a socialização política contribui – ou não – para a participação das jovens na vida política.

Os objetivos específicos são:

(Obj. 1) Identificar o interesse das jovens na vida política;

(Obj. 2) Verificar quais valores e normas estão sendo transmitidos para as jovens através dos processos de socialização política;

(Obj. 3) Analisar se esses valores e normas estão influenciando ou não a sub-representação política feminina.

A hipótese geral subjacente a esse trabalho é de que, em processos de socialização política de caráter conservador e/ou autoritário, em que valores e normas políticas são internalizados pelas jovens, tende-se a criar uma cultura política apática e indiferente no que diz respeito à participação na vida política institucionalizada e, principalmente, conservadora em relação à participação e ocupação de cargos na esfera política institucional pelas mulheres.

As hipóteses específicas propostas são:

(H1) A socialização política das jovens mantém valores e normas tradicionais repassados pelas gerações anteriores;

(H2) O tipo de cultura política das jovens não favorece a ocupação de cargos políticos eletivos pelas mulheres.

A base teórica que fundamenta esta pesquisa é constituída pelas abordagens teóricas de socialização política e cultura política. A pesquisa encontra-se estruturada em cinco capítulos, além do capítulo introdutório, conclusão e metodologia (Capítulo 2). O capítulo 3 consiste no enquadramento teórico, com a discussão sobre os conceitos de cultura política e socialização política. O capítulo 4 refaz o trajeto percorrido pela democracia e de como as mulheres foram excluídas das arenas de participação política, bem como a trajetória dos movimentos feministas e de mulheres na luta pelos direitos políticos e civis no Brasil. No capítulo 5, discute-se a temática da sub-representação política feminina no Brasil e suas implicações na defesa e no reconhecimento dos direitos das mulheres. E, por fim, o capítulo 6 refere-se à análise dos dados da pesquisa realizada com jovens do sul do Brasil.

2. METODOLOGIA

Para responder ao problema exposto, a presente pesquisa utiliza a metodologia quantitativa, por meio do método de pesquisa tipo *survey*. Os *surveys* visam descrever ou explicar características de opiniões, de traços e de atributos de uma população através da utilização de uma amostra representativa, aliada a técnicas sistemáticas específicas de análise (BABBIE, 1999; BAQUERO, 2009; MAY, 2004).

A geração dos dados em *survey* é conduzida por meio de um questionário semiestruturado autoaplicável, que fornece às pessoas um meio para expressar de forma anônima as suas crenças e opiniões; pois, segundo May (2004), ao lidar com questões éticas ou políticas sensíveis, o anonimato pode ser vantajoso para a pesquisa. Para Babbie (1999), o questionário tem as respostas codificadas e registradas de forma quantitativa, que serão analisadas e podem ser generalizadas para a população.

O uso da quantificação nesta análise serve para estabelecer relações causais, ou seja, verificar os efeitos de determinadas variáveis em outras (RAMOS, 2014). No caso dessa

análise, a variável independente utilizada será sexo. A variável independente é a variável que influenciará a outra variável no sentido inferencial, representando o fator medido pelo pesquisador para determinar sua relação com o fenômeno observado (BAQUERO, 2009).

A abordagem da pesquisa é a indutiva. A indução é o processo pelo qual o pesquisador inicia com observações específicas combinando-as para produzir uma fórmula mais geral de uma relação, inferindo um conhecimento geral (BAQUERO, 2009; BRUMER *et al.*, 2008). A análise dos dados do survey foi conduzida pela utilização do programa de análise estatística IBM SPSS. Para May (2004), o objetivo central dos resultados da aplicação do questionário é examinar padrões existentes entre as respostas e perguntas, e explorar os relacionamentos entre as variáveis que as perguntas representam, observando em que medida uma variável é influenciada por outra.

Para a realização deste trabalho, é utilizada a pesquisa empírica “Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no sul do Brasil”, conduzida pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa foi aplicada entre os anos de 2015 e 2016, nas três capitais da região sul do Brasil: Porto Alegre/RS (entre abril e junho de 2015), com 690 jovens, Florianópolis/SC (entre maio e junho de 2016), com 571 jovens; e Curitiba (em abril de 2016), com 774 jovens, todos com idades entre 13 e 24 anos, de escolas públicas e privadas (do 1º ao 3º ano do ensino médio).

Tendo em vista que a pesquisa “democracia, mídias e capital social” tem como objetivo identificar o tipo de cultura política e de capital social entre os jovens e sua correlação com os avanços nas novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC’s), foram selecionadas no questionário apenas perguntas relacionadas às temáticas de “participação política”, “socialização política” e “eficácia política na escola” para compor a análise dos dados da presente pesquisa (vide Anexo 1 – Quadro de questões, instrumentos e variáveis/categorias).

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1. *Cultura política*

Na Ciência Política, o termo cultura política tem sido utilizado pelos estudiosos para designar o conjunto de valores, atitudes, crenças e orientações políticas que afeta o envolvimento dos indivíduos com a vida pública (ALMOND, 1969; ALMOND e VERBA, 1970; ALMOND e POWELL, 1972; BAQUERO, 1994, 1998, 2001 e 2008; MOISÉS, 1992 e 2008). Nas últimas décadas, observa Amorim (2008), houve uma valorização da teoria da cultura política dentro da Ciência Política – em especial na política comparada – como um método eficaz de análise das transformações ocorridas na política contemporânea.

Foi o desempenho deficiente das democracias da terceira onda¹ que propiciou o retorno dos estudos sob a ótica culturalista. Tornou-se pertinente esclarecer a incongruência existente entre instituições formais e os valores e comportamentos dos jovens cidadãos em relação à política. Na Ciência Política, a relação existente entre as atitudes dos cidadãos e o processo de democratização pode ser explicada, basicamente, por meio de duas correntes teóricas: a culturalista, que visa explicar a estabilidade ou a mudança do regime político por meio da presença – ou ausência – de orientações e de valores democráticos dos indivíduos, formados a partir dos processos de socialização e das experiências políticas; e a institucionalista, que oferece a principal alternativa à abordagem culturalista (MOISÉS, 2008).

Segundo diferentes teorias institucionais, um pressuposto importante é a noção de que comportamentos, decisões políticas e o desenho das instituições são produtos da escolha racional dos atores relevantes, quer dizer, as atitudes de apoio ou de confiança política são concebidas, segundo Moisés (1992 e 2008), como parte do funcionamento das instituições do regime, e pouco ou nada têm a ver com a cultura política². Contudo, a abordagem institucional tem sido questionada ao longo dos anos com apoio na evidência de que os atores que supostamente formulam suas decisões com base nas instituições, também as fazem em relação ao contexto sociocultural³. Assim, “a combinação de orientações derivadas de valores com a

1 Segundo Huntington (1994), ondas de democratização e ondas reversas são manifestações de um fenômeno mais geral em política, que ocorrem em determinados momentos históricos de maneira mais ou menos simultânea em diferentes países e/ou sistemas políticos.

2 Conforme aponta Moisés (2008, p. 66): “as teorias institucionais supõem que o apoio dos cidadãos ao regime político depende da avaliação de curto prazo, baseada no cálculo de custos/benefícios, do desempenho institucional”.

3 É neste ponto que está centrada a análise da pesquisa. Embora não se desconsidere que as instituições podem afetar a representação política, o presente trabalho foca sua análise na influência da socialização política e do comportamento das jovens mulheres na sub-representação feminina.

avaliação propiciada pela experiência política prática forma o terreno em que se definem as atitudes e as reações dos cidadãos sobre o regime democrático” (MOISÉS, 2008, p. 18).

Estudos sobre cultura política têm sido importantes, pois permitem examinar como os indivíduos internalizam, decodificam e concebem suas representações políticas e democráticas. Precusores desses estudos, Gabriel Almond e Sidney Verba definem em sua obra *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations* (1963), o conceito de cultura política como:

[...] orientaciones específicamente políticas, posturas relativas al sistema político y sus diferentes elementos, así como actitudes con relación al rol de uno mismo dentro de dicho sistema. [...] Cuando hablamos de la cultura política de una sociedad, nos referimos al sistema político que informa los conocimientos, sentimientos y valoraciones de su población (ALMOND e VERBA, 1970, p. 30)⁴.

No entanto, apesar do reconhecimento do trabalho de Almond e Verba, o estudo de cultura política desenvolvido pelos autores tem recebido diversas críticas ao longo dos anos. Entre as críticas, na pretensão de explicar a relação entre cultura e estrutura política (STREET, 1993) e na tentativa de englobar os níveis micro e macro na análise, aponta-se que os autores “não conseguiram deixar clara a relação existente entre esses dois níveis” (RENNÓ JR, 1997, p. 237).

Outra crítica direcionada ao estudo refere-se à tentativa dos autores em propor uma modalidade de análise comparativa que, segundo Moisés (2008), toma como referência a democracia liberal, apontando os sistemas políticos norte-americano e britânico como ideais, desconsiderando que diferentes culturas políticas são resultantes de experiências históricas distintas e que não necessariamente estão direcionadas para uma mesma conformação. Além do seu caráter etnocentrista, o conceito de cultura política proposto pelos autores não é capaz de explicar as realidades não consideradas na obra.

Para Almond e Powell (1972), a cultura política se forma, se mantém e se transforma através da socialização política, processo pelo qual as atitudes e valores políticos adquiridos

4 [...] orientações especificamente políticas, posições relativas ao sistema político e seus diferentes elementos, assim como as atitudes em relação ao papel assumido dentro desse sistema. [...] Quando falamos sobre a cultura política de uma sociedade, nós nos referimos ao sistema político que informa os conhecimentos, sentimentos e avaliações de sua população (ALMOND e VERBA, 1970, p. 30, tradução nossa).

durante a infância são mantidos ou transformados na fase adulta, influenciando o comportamento político dos indivíduos e definindo o seu papel no sistema político (GREENSTEIN, 2009; HESS e TORNEY, 1970; HYMAN, 1969). Essa cultura política, ou cultura cívica, como proposto por Almond e Verba (1970), é considerada requisito básico para a institucionalização e a estabilidade da democracia, sendo ela uma combinação entre a orientação política tradicional e a orientação moderna de participação. A cultura cívica corresponderia a cidadãos que, relativamente ativos na vida pública e política, mostrariam certa propensão para combinar participação e confiança interpessoal em deferência às autoridades (MOISÉS, 1992 e 2008).

A transmissão de uma cultura cívica se daria através de um processo complexo, que incluiria o ensinamento em diversas instituições sociais, tais como a família, a escola, o trabalho e o próprio sistema político. Dessa forma, os indivíduos aprenderiam orientações políticas não somente por meio de ensinamentos intencionados, mas também através de experiências abertamente políticas.

Parte importante do processo de socialização política inclui, conforme Almond e Verba (1970, p. 557), “la exposición directa a la cultura cívica y a la política democrática misma. De este modo, cada nueva generación se asimila la cultura cívica mediante la exposición a las actitudes y conducta políticas de la generación precedente”⁵.

No entanto, um sistema democrático não garante por si próprio o surgimento de práticas democráticas. O desafio que se impõe aos governantes e à própria sociedade, para a consolidação de um governo democrático estável e eficaz, dependerá, além das estruturas governamentais e políticas, de mecanismos capazes de fortalecer o amadurecimento de uma cultura política mais democrática e coletiva entre os cidadãos.

3.2. Cultura política no Brasil

A análise da cultura política de uma sociedade, ressalta Baquero (2001), pressupõe a necessidade de caracterizar os diferentes contextos histórico-culturais que contribuíram para sua configuração. Desse modo, pode-se dizer que a evolução do Estado brasileiro foi fortemente marcada pela influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem

5 [...] a exposição direta à cultura cívica e a própria política democrática. Assim, cada nova geração assimila a cultura cívica mediante exposição às atitudes e comportamentos políticos da geração anterior (Tradução nossa).

como pela predominância de formas autoritárias de governo que, em consequência, obstaculizou – e vem obstaculizando – a possibilidade de uma participação política realmente efetiva e a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país.

O impacto de regimes autoritários na política brasileira, aponta o autor, não permitiu que no país se desenvolvesse um cenário no qual a incongruência da sociedade civil no Estado fosse significativa, pelo contrário, propiciou apenas a reprodução de valores de distanciamento e apatia, significando padrões atitudinais típicos de sistemas politicamente instáveis. A apatia política (SANI, 1986) dos cidadãos diante dos assuntos políticos se torna um problema estrutural das democracias representativas modernas, sendo fortalecida pela apatia social gerada a partir da uniformização da sociedade e pelos padrões de comportamento padronizados que regem a vida das sociedades, fazendo com que os indivíduos se voltem para a satisfação de seus interesses materiais, afastando-se de suas responsabilidades no que concerne à coletividade; logo, “a política é assumida por um corpo de representantes que se arroga o direito de agir em nome de todos” e, assim, “a ação política perverte-se quando a apatia se apodera da sociedade” (ROSENFELD, 2003, p. 79).

Fatores como a desigualdade econômica, déficits de investimentos sociais e a presença da corrupção institucionalizada afetam o tipo de cultura política que se manifesta num determinado momento, onde crenças e valores em relação à política não se mostram suficientemente sólidos para a consolidação de uma democracia plena. Na ocorrência de crises econômicas, são os estratos compostos pelos jovens que sentem uma falta maior de oportunidades, incertezas em relação ao futuro e desilusão com o estado das coisas (BAQUERO, BAQUERO e MORAIS, 2016).

O ceticismo dos cidadãos brasileiros com a política tem aumentado nas últimas décadas em decorrência do agravamento da deterioração da base econômica e de seus reflexos no campo social, bem como pela inabilidade dos governantes em solucionar esses problemas (BAQUERO, 1994 e 1998). Ressalta o autor que a presença de crises econômicas e políticas contribuem para uma crise da democracia, que se manifesta, principalmente, no desapego dos cidadãos aos princípios democráticos e na desconfiança em relação às instituições democráticas, aos partidos políticos e aos representantes em geral.

Para González (2007 e 2011), as dificuldades enfrentadas pelos sistemas políticos vigentes em representar todos os segmentos populacionais e os déficits de apoio às instituições representativas, em alguns casos, foram enfrentadas pela proposição de

mecanismos alternativos de participação da população nas decisões políticas. Contudo, quando há confiança no sistema político, nas suas instituições e nos representantes eleitos democraticamente, a legitimidade é uma consequência natural que possibilita, mesmo em épocas de crises econômicas e políticas, que a estabilidade institucional não seja ameaçada.

Somando-se a isso, pode-se apontar ainda como fator dessas crises a institucionalização de uma cultura política altamente individualizada e com padrões políticos que pouco ou nada tem contribuído para a consolidação da democracia (BAQUERO, 1998). Para o autor (1994, p. 37), observa-se um “descompasso entre o surgimento de uma cultura política cujos valores são resultantes de um movimento mundial de reestruturação cultural, no qual prevalece a ideia de um individualismo expressivo, à margem das instituições políticas tradicionais”. Conforme Amorim (2008), Dalton e Welzel (2014), os valores culturais têm sido elementos fundamentais na análise e compreensão do comportamento político e do funcionamento das instituições democráticas; no entanto, experiências nos têm mostrado que, regras e instituições sofrem mudanças que permitem o surgimento de novos valores e de novos elementos, que modificam de modo estrutural e conjuntural a cultura política dos cidadãos.

Apesar dos poucos avanços no campo formal da política e na percepção dos brasileiros em relação aos ideais democráticos, na essência, os brasileiros ainda mantêm um grande descrédito nas instituições que constituem as bases do sistema político representativo. Dessa maneira, a construção de representações sobre a democracia brasileira se dá em uma perspectiva negativa, influenciada por uma memória empírica que não proporciona credibilidade às instituições políticas, materializando-se em uma memória coletiva de desvalorização da política, e pelo processo deficiente de transmissão e internalização de valores, normas e crenças democráticas (BAQUERO, 1998, 2001 e 2008). Essa questão reside justamente no modo como é encarado o processo de representação política, pois se a democracia fica restrita à vida de um parlamento afastado da população, a sociedade é tomada por um sentimento geral de desinteresse para com os assuntos públicos.

Atualmente, apontam Baquero (2008), Baquero e González (2011) e Schmidt (2001), a cultura política que tem se estabelecido na sociedade brasileira tem sido denominada pelos cientistas políticos como “cultura política híbrida”, uma mistura de dimensões formais, procedimentais e informais, de tradição histórica, onde as instituições políticas geralmente carecem de credibilidade e legitimidade. Desse modo, a cultura política híbrida brasileira se caracteriza pela “internalização e naturalização, por parte dos cidadãos, da ineficiência e da

pouca importância atribuída às instituições da democracia representativa” (BAQUERO, 2008, p. 395). O cidadão portador de uma cultura política híbrida, acrescenta Schmidt,

[...] demonstra preferência pela democracia num sentido abstrato, baixa eficácia política, descrença nos políticos e nas instituições, sensibilidade para ideais de mudança, mas sem orientações ideológicas definidas, pequena participação política efetiva. [...] uma cultura marcada pela presença tanto de elementos democráticos como autoritários, de descrença e apatia (SCHMIDT, 2001, p. 142).

Em relação aos jovens e às crianças, a cultura política tradicional brasileira habitualmente os tratou como pertencentes à esfera dos assuntos privados ou como objetos de proteção social, repressão e/ou de disciplinamento (BAQUERO, 2008; CASTRO, 2009); contrastando com as exigências de uma cultura política moderna, na qual se espera que, em virtude dos avanços na educação formal, a disseminação dos meios de comunicação de massa e da informação, os cidadãos – principalmente crianças e adolescentes – possam ser reconhecidos enquanto sujeitos portadores de direitos (BAQUERO, 1998; BAQUERO e CUNHA, 2008). Na relação entre cultura política e mulheres, na grande maioria dos estudos culturalistas, as referências à cultura e à socialização política sempre ocuparam um lugar secundário, recorrendo-se às singularidades dos valores e atitudes das mulheres para a política apenas quando não se consegue explicar seus comportamentos aplicando a outros argumentos mais sólidos (MORÁN, 2011).

3.3. Cultura política e mulheres

Admite-se hoje que a presença feminina na esfera pública é um fato e que as mulheres têm aumentado sua participação nos diversos segmentos sociais. No que se referem às culturas políticas, as mulheres também compartilham a arena política com os demais agentes, no entanto, a inserção feminina nesse âmbito diferirá em relação a cada cultura política. A cultura política, conforme o pensamento de Astelarra (1987), não é um fenômeno uniforme, ainda que existam características que podem ser compartilhadas por todos os indivíduos, outras, entretanto, são diferentes para determinados setores sociais.

A grande maioria dos estudos sobre cultura política considera o sexo como uma variável associada a essas diferenças. A obra *The civic culture* (1963) de Gabriel Almond e Sidney Verba, certamente representa um marco importante nos estudos sobre cultura política, merecendo posição de destaque entre as obras cânones da Ciência Política. Porém, como aponta Morán (2011), nos estudos de Almond e Verba os problemas associados com as desigualdades de gênero não foram incorporados na agenda da pesquisa, tendo em vista que o principal interesse dos autores era demonstrar a existência de uma relação entre o tipo de cultura política predominante em cada país e a estabilidade dos sistemas políticos democráticos. Pateman (1989) também salienta a inobservância dos autores para a importância das relações entre as orientações à participação política com os níveis socioeconômicos e a variável sexo.

O sexo era apenas parte integrante do conjunto de variáveis sócio-demográficas que auxiliavam na explicação de diferentes culturas políticas e, sendo assim, “no había lugar, pues, para considerar relevante la especificidad de las representaciones políticas de las mujeres ni tampoco para advertir sus posibles consecuencias en el funcionamiento de los sistemas políticos” (MORÁN, 2011, p. 46). A ausência de estudos com um foco na variável sexo pressupõe que homens e mulheres compartilham de uma mesma realidade política, desconsiderando que, em grande parte, esses estudos tomam como parâmetro de normalidade política a conduta masculina e como desviante os comportamentos femininos que não se igualem aos dos homens (ASTELARRA, 1987).

Esses estudos têm demonstrado que as mulheres distanciam-se do ideal de cidadão democrático, visto que faltaria às mulheres níveis de interesse e conhecimento político que as qualificariam para isso. A maioria das explicações, ressalta Astelarra (1987), indica que algo ocorre com as mulheres que as afasta da política. As explicações decorrem de duas correntes distintas: a conservadora, que supõem que a falta de vocação política é uma característica pessoal, decorrente de fatores biológicos e psicológicos; e a progressista, que ao contrário da primeira corrente, acredita que a origem do problema é de natureza social, devido aos níveis de educação e de socialização política deficitários.

O sistema de gênero pode ser compreendido como uma organização social em cuja base está a divisão sexual do trabalho, que regula quais espaços sociais serão femininos e masculinos, e as formas como ocorrerão as relações entre homens e mulheres. A política não é

6 [...] não havia lugar, pois, para considerar importante a especificidade da representação política das mulheres, tampouco para alertar as suas possíveis consequências para o funcionamento dos sistemas políticos (Tradução nossa).

parte dissociada desse sistema, pois suas atividades e organizações não estão à margem da divisão sexual do trabalho. Assim como a política está determinada pelo sistema de gênero como uma atividade essencialmente masculina, pode-se afirmar que o próprio sistema de gênero é político, visto que este se mantém por meio do uso do poder (ASTELARRA, 1987).

A ampliação da compreensão de que as relações de gênero são estruturadas por meio (e como) relações de poder, permitiu que, nas últimas décadas do século XX, o movimento feminista voltasse suas ações e agenda política para o empoderamento (*empowerment*) e autonomia das mulheres, e para demandas por sua inserção nas instâncias decisórias já existentes (ARAÚJO, 2012b; PRÁ e EPPING, 2012). Numa perspectiva feminista, aponta Lisboa (2008), o empoderamento é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres, sendo pré-condição para obter a igualdade entre os sexos, o que representa um desafio para a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição de submissão da mulher. O empoderamento da mulher, afirma Araújo (2012b), tornou-se sinônimo para a criação das condições de participação e/ou disputa nos espaços de poder e de decisão. Contudo, o aparente reconhecimento da cidadania feminina e a sua inclusão em programas de governos e agendas nacionais, apontam Prá e Epping (2012), não têm sido suficientes para a garantia dos direitos humanos a todas as mulheres e para a expansão da equidade de gênero.

Apesar desse sistema se expressar em todas as instituições sociais, a família continua a ser o seu agente principal. É na família, instituição central em uma sociedade patriarcal, que se determina o tipo de relação que haverá entre mulheres e homens, projetando-se a outras esferas da vida social. Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2011), a dominação masculina está presente em todas as sociedades, pois elas se constituíram sob uma perspectiva androcêntrica, que pressupõe a dominação do princípio masculino (ativo) sobre o princípio feminino (passivo). Nesse sentido, o patriarcalismo nos permite distinguir as forças que mantêm o sexismo ou a dominação do sexo masculino de outras forças sociais promovedoras de desigualdades. Sendo assim, o patriarcalismo

[...] se trata de una forma de dominio que utiliza mecanismos específicos que regulan las condiciones de la presencia o ausencia femenina en el mundo público. Como consecuencia, se produce la aceptación o el rechazo de las mujeres en las organizaciones, las instituciones y los cargos políticos. [...] Sólo es posible la existencia de la sociedad patriarcal y de la dominación masculina

porque en su base hay una compleja red de relaciones de poder (ASTELARRA, 1987, p. 161-162)⁷.

A divisão sexual do trabalho produz dois tipos de limitações para a participação feminina na esfera pública: a primeira refere-se à percepção do trabalho doméstico como sendo algo naturalmente feminino, que retira das mulheres um tempo fundamental para sua dedicação aos assuntos políticos; já a segunda, diz respeito às divisões de gênero nas diferentes áreas sociais e suas respectivas atividades. Para Pinheiro (2007), Bourdieu (2011) e Okin (2008), a dicotomia público-privado e a divisão sexual do trabalho e das responsabilidades ainda se configuram em obstáculos à participação feminina na vida pública, pois delegam às mulheres a função de cuidadoras e, desse modo, prejudicam sua inserção na esfera política, tradicionalmente vista como de responsabilidade masculina. Além disso, a socialização das mulheres a partir de uma “psicologia feminina” (ASTELARRA, 1987), também reduz a tendência de assumirem atitudes e formas de comportamento políticos. Nesse sentido, “la menor incorporación de las mujeres a las actividades y organizaciones de la vida pública, y la persistencia de su mayor presencia en el ámbito doméstico, contribuirían a reforzar la debilidad de los aprendizajes de las capacidades básicas para la ciudadanía plena y activa⁸” (MORÁN, 2011, p. 57). Segundo Greenstein:

From an early age girls show less political interest and awareness than do boys, even though girls are better able to manipulate language than are boys and are, by many psychosocial standards, more "grown-up" than boys. Here the crucial factor evidently is the early sex-typing of interests, especially nonpolitical interests. Through processes such as identification with the parent of the same sex, [...] sex roles are learned early in life. Among other things, the sexes acquire substantially different interests – girls are attentive to the home, the local community, and to their immediate environment; boys acquire much more far-flung interests and aspirations. Sex differences in aggressiveness also may have something to do with the greater political involvement of young boys⁹. Gradually children acquire an explicit conception of politics as a male function (GREENSTEIN, 2009, p. 59)¹⁰.

7 [...] se trata de uma forma de domínio que utiliza mecanismos específicos que regulam as condições da presença ou ausência de mulheres no mundo público. Como resultado, se produz a aceitação ou rejeição das mulheres em organizações, instituições e posições políticas. [...] Somente é possível a existência da sociedade patriarcal e dominação masculina, porque há uma complexa rede de relações de poder na sua base (ASTELARRA, 1987, p. 161-162, tradução nossa).

8 [...] a menor incorporação das mulheres às atividades e organizações da vida pública, e a persistência de sua maior presença no âmbito doméstico, contribuíram para reforçar a debilidade da aprendizagem das competências básicas para a cidadania plena e ativa (MORÁN, 2011, p. 57, tradução nossa).

9 Segundo o sociólogo alemão Kurt Danziger (1971), um fator crucial para a modelagem posicional da criança é a relevância do papel do modelo. Os meninos são mais propensos a imitar a agressividade dos modelos masculinos do que as meninas. Nesse sentido, a criança precisa ver alguma semelhança entre ela e o modelo para assumir o comportamento do modelo. A imitação seletiva de modelos do mesmo sexo, por exemplo, está baseada em uma categorização de si mesmo como pertencente a uma classe de gênero fixo.

O rateamento dos sexos a distintas áreas sociais e suas atividades, ou seja, a “falsa premissa” de que o público é masculino e o privado é feminino, permite uma estrutura social que dificulta para as mulheres o trânsito em áreas ditas naturalmente masculinas (OKIN, 2008). Muitas dessas dificuldades são propositalmente mantidas como forma de barrar o acesso de mulheres a postos de poder, pois, conforme Astelarra:

El control masculino del mundo público es una base importante de las relaciones patriarcales modernas, pues los varones regulan las condiciones en las cuales se les permite a las mujeres acceder a él. Es decir, los obstáculos para la incorporación de las mujeres a las organizaciones, las instituciones y los cargos políticos, también pueden ser una estrategia de mantención de poder masculino (ASTELARRA, 1987, p. 163-164)¹¹.

Todavía, deve-se considerar também a presença de uma série de restrições internas das próprias mulheres, neste caso de caráter manifestamente culturais, que seguem dificultando as mulheres de verem a si mesmas como cidadãs ativas. Para Morán (2011), somente por meio de um progresso notável na cultura de igualdade de gênero é que esses obstáculos serão definitivamente superados. Desde finais da década de 1990 tem-se observado um retorno do argumento cultural para explicar os limites e os avanços na construção de uma cidadania plena das mulheres. Entre os cientistas sociais que mais têm contribuído nos últimos anos na recuperação do argumento cultural estão Ronald Inglehart e Pippa Norris. Segundo Morán (2011), o termo *rising tide* (maré crescente) foi proposto pelos autores para se referir à mudança social mais importante da segunda metade do século XX: a irrefreável incorporação das mulheres a distintas esferas da vida pública.

Nesse contexto, há um ressurgimento de estudos com foco nos papéis das barreiras culturais, que reconsidera o impacto dessas mudanças na conquista da cidadania substantiva

10 Desde uma idade precoce, as meninas mostram menos interesse e consciência política do que os meninos, mesmo que as meninas sejam mais capazes de manipular a linguagem do que os meninos e são, por muitos padrões psicossociais, mais “crescidas” do que os meninos. Aqui, o fator crucial é a tipagem precoce do sexo de interesses, especialmente os interesses não políticos. Através de processos como a identificação com os pais do mesmo sexo [...] os papéis sexuais são assimilados no início da vida. Entre outras coisas, os sexos adquirem interesses substancialmente diferentes – as meninas estão atentas ao lar, à comunidade local e ao ambiente imediato; os meninos adquirem interesses e aspirações muito mais distantes. As diferenças de agressividade no sexo também podem ter algo a ver com o maior envolvimento político de jovens. Gradualmente, as crianças adquirem uma concepção explícita da política como função masculina (GREENSTEIN, 2009, p. 59, tradução nossa).

11 O controle masculino do mundo público é uma base importante das relações patriarcalis modernas, visto que os homens regulam as condições em que as mulheres são permitidas a acessá-lo. Isto é, os obstáculos à incorporação das mulheres às organizações, instituições e posições políticas, também pode ser uma estratégia de manter o poder masculino (ASTELARRA, 1987, p. 163-164, tradução nossa).

das mulheres. A partir da ampliação da antiga concepção de cultura política, defende-se que a difusão de uma cultura de igualdade de gênero contribui para explicar os reais avanços na incorporação das mulheres na vida pública, os diferentes ritmos da difusão dessa cultura, os obstáculos ainda a serem superados e, em última análise, as mudanças no comportamento das mulheres.

Inglehart (*apud* Morán, 2011) entende que não se pode compreender boa parte das mudanças sociais e políticas ocorridas nas últimas décadas do século passado sem considerar o efeito dos valores pós-materialistas. Nesse sentido, as mudanças ocorridas nos estilos de vida das novas gerações e, acima de tudo, da relação que se estabelecem com a esfera pública estão intimamente marcadas por essas transformações. Assim sendo, esse duplo movimento de transformação de valores origina um processo de convergência que fará com que se diminuam as disparidades entre sociedades e grupos sociais e se consolide, não somente uma mudança de valores, mas também o reconhecimento dos direitos efetivos das mulheres.

3.4. Socialização política

Segundo o sociólogo Norbert Elias (1994), todo indivíduo nasce num grupo de pessoas que já existia antes dele e constitui-se de tal forma que precisa de outras pessoas que existiam antes dele para poder crescer. Para o autor, é somente na relação com outros seres humanos que o indivíduo se transforma na pessoa desenvolvida psicologicamente – na pessoa adulta. Em outras palavras, é na sociedade que a criança, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, transforma-se em um ser mais complexo.

O modo como essa forma individual do adulto realmente se desenvolve, como se cristalizam as características maleáveis da criança recém-nascida nos contornos mais nítidos do adulto, nunca depende de maneira exclusiva de sua constituição, mas sempre da natureza, das relações entre ela e as outras pessoas (ELIAS, 1994). O intercâmbio com os outros sujeitos, aponta Heinich (2001), faz nascerem na criança pensamentos, convicções, reações afetivas, necessidades e traços de caráter que, ao mesmo tempo em que são totalmente pessoais, exprimem o tecido de relações em que ela nasce e se insere.

A pessoa, segundo Sigel (1970) e Berger e Luckmann (2008), não nasce socializada, mas sim, com uma predisposição para a sociabilidade. Assim sendo, a socialização – ou sociabilização – refere-se ao processo de treino e desenvolvimento individual que conduz ao

aprendizado de normas, valores e princípios que regulam uma sociedade. Tal processo é considerado complexo e múltiplo, já que pode ocorrer de maneira diversa dependendo do contexto que se analisa.

Na linha de análise psicológica de Fávero (2005), a socialização e a construção das identidades de gênero são compreendidas como processos mútuos do desenvolvimento psicológico humano, que considera tanto os aspectos socioculturais dessa socialização, quanto os aspectos psicológicos e pessoais do indivíduo em processo de desenvolvimento. No caso de meninos e de meninas, a construção das identidades de gênero segue percursos diferenciados; visto que as diferenças entre os gêneros são fundamentadas por modelos sociais hegemônicos, como o patriarcalismo, e pela ideologia da naturalização, que atribui aos homens e às mulheres características distintas (modelos de masculinidade e feminilidade, por exemplo) tidas como naturais e/ou imutáveis (ABRÃO, 2009; FÁVERO, 2010).

Para a autora (2010), compreender a ideologia da naturalização é importante para identificar os processos de construção e manutenção das crenças e práticas sociais que regulam as relações de gênero, determinando, dessa forma, o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade. Segundo a psicanalista feminista Nancy Chodorow (1978), a reprodução da figura materna, que ocorre por meio de um processo psicológico social e estruturalmente induzido, é o ponto central da reprodução de gênero. Haja vista que as crianças são cuidadas, em grande parte, pelas mães desde o nascimento, as meninas tendem a identificar-se de forma direta com suas mães e com os papéis familiares exercidos por elas, contribuindo, dessa forma, para uma identificação feminina com os papéis de esposa e mãe. Nas palavras da autora:

Women, as mothers, produce daughters with mothering capacities and the desire to mother. These capacities and needs are built into and grow out of the mother-daughter relationship itself. By contrast, women as mothers (and men as not-mothers) produce sons whose nurturant capacities and needs have been systematically curtailed and repressed. This prepares men for their less affective later family role, and for primary participation in the impersonal extrafamilial world of work and public life. The sexual and familial division of labor in which women mother and are more involved in interpersonal, affective relationships than men produces in daughters and sons a division of psychological capacities which leads them to reproduce this sexual and familial division of labor (CHODOROW, 1978, p. 7)¹².

12 As mulheres, como mães, produzem filhas com capacidades maternas e o desejo de mãe. Essas capacidades e necessidades são incorporadas e crescem fora da própria relação mãe-filha. Em contraste, as mulheres como mães (e os homens como não mães) produzem filhos cujas capacidades e necessidades nutricionais foram sistematicamente reduzidas e reprimidas. Isso prepara os homens para seu papel familiar menos afetivo e para a participação primária no

De acordo com Joan Scott (1995), o termo gênero pode ser compreendido como uma tentativa de distinguir as persistentes desigualdades entre mulheres e homens. Para a autora, utiliza-se o conceito como forma de designar as relações sociais entre os sexos, rejeitando qualquer tipo de explicação biológica para as diversas formas de submissão feminina (TILLY, 1994). Para Bonder (2003, p. 1), quem adota o conceito de gênero como “categoria de análise e/ou como princípio ético-político admite que as desigualdades entre homens e mulheres devam ser transformadas para alcançar uma sociedade plenamente democrática e justa”. Desse modo, o conceito se torna uma forma primária de dar significados às relações de poder, sendo um elemento constitutivo de relações baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; assim, as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder.

Segundo Bourdieu (2011), o poder é algo que se exerce e que funciona tendo como objeto o “corpo”, que representa a realidade concreta dos indivíduos. De acordo com o autor, o corpo é o local onde se inscrevem as disputas pelo poder, pois é nele que o capital cultural do indivíduo está inscrito e é por meio dele que se dá a primeira forma de identificação no nascimento. Por conseguinte, o sexo define se o indivíduo será o “dominado” ou o “dominador” e, desse modo, o corpo torna-se a materialização da dominação, o *locus* do exercício do poder por excelência (BOURDIEU, 2011). O caráter simbólico do poder, complementa o autor, influencia e delimita o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade e as relações de submissão nas quais se encontram em relação aos homens.

A articulação entre os termos de juventude e política tem sido compreendida, principalmente, através do conceito de “socialização política”, definida como o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo (criança), tem influenciado na cristalização do seu papel como ator significativo – ou não – no sistema político e nas crenças, atitudes e opiniões que ele desenvolve em relação à política e às instituições políticas (ALMOND, 1969; ALMOND e POWELL, 1972; ALMOND e VERBA, 1970; BAQUERO, 1998; BAQUERO e GONZÁLEZ, 2011; CONNELL, 1975; DANZIGER, 1971; EASTON e DENNIS, 1969; GREENSTEIN, 2009; HESS e TORNEY, 1970; HYMAN,

— mundo extrafamiliar pessoal do trabalho e da vida pública. A divisão sexual e familiar do trabalho em que as mulheres são mãe e estão mais envolvidas nas relações interpessoais e afetivas do que os homens produzem filhas e filhos uma divisão de capacidades psicológicas que as leva a reproduzir essa divisão sexual e familiar do trabalho (CHODOROW, 1978, p. 7, tradução nossa).

1969; JENNINGS e NIEMI, 1974; NAZZARI, 2005 e 2006; PERCHERON, 1971; SCHMIDT, 2001).

Os estudos sobre socialização política dos jovens têm como marco fundador a obra de Herbert Hyman (1932-2014), *Political socialization: a study in the psychology of political behavior* (1959)¹³. Para Hyman (1969), a socialização política é tida como um processo de aprendizado emocional e manifesta doutrinação política, intercalada por todas as participações e experiências do indivíduo, e não apenas experiências familiares anteriores. Em outras palavras, tais estudos são justificados

[...] by a theory of pre-adult learning which connects the experience of children with their later political activities as adults. That is, the acquisition of political behavior can be understood from of a theory of social learning and socialization – which is useful, although not precise. *Social learning* and *socialization* refer of course to the process whereby a junior or new member of a group or institution is taught its values, attitudes, and other behavior. Socialization may be regarded as a life-long process, although much of the basic teaching is apparently accomplished in the early years (HESS e TORNEY, 1970, p. 6, grifo dos autores)¹⁴.

De acordo com Castro (2009), o conceito de socialização política indica o processo de preparação ou habilitação necessária para que os jovens possam participar da atividade política, tendo em vista que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada uma fase marcada por certa instabilidade associada a determinados problemas sociais (IULIANELLI, 2003; NAZZARI, 2006). Trata-se, portanto, de um processo de “transmissão e aquisição das ideias, das crenças, dos valores, das atitudes e dos comportamentos em relação às múltiplas manifestações do poder” (SOUZA, 1986, p. 74).

A premissa principal da socialização política é que as atitudes e valores políticos que se desenvolvem na infância e adolescência têm um papel significativo nas bases psicológicas de valores políticos da política em uma sociedade. Em contraste ao desenvolvimento infantil, o

13 Embora Durkheim e Freud estivessem profundamente preocupados com os problemas de socialização, o uso do termo em seu sentido moderno se originou no final dos anos 1930 e no início da década de 1940 (DANZIGER, 1971). Segundo aponta Schmidt (2001), o termo socialização política foi utilizado pela primeira vez por Seymour Lipset, em 1954.

14 [...] por uma teoria do aprendizado pré-adulto que conecta a experiência das crianças com suas atividades políticas posteriores como adultos. Ou seja, a aquisição do comportamento político pode ser entendida a partir de uma teoria da aprendizagem social e da socialização – o que é útil, embora imprecisa. A *aprendizagem social* e a *socialização* referem-se, obviamente, ao processo pelo qual a um membro júnior ou a um novo membro de um grupo ou instituição é ensinado seus valores, atitudes e outros comportamentos. A socialização pode ser considerada como um processo ao longo da vida, embora grande parte do ensino básico, aparentemente, é realizado nos primeiros anos (HESS e TORNEY, 1970, p. 6, grifo dos autores, tradução nossa).

processo de socialização política tem a capacidade de induzir o indivíduo a se tornar um ator político multifacetado, de tal modo que, ao se tornar adulto, ele já está habituado com identificações políticas, valores e crenças que possuem amplos e específicos efeitos no seu comportamento político e que estão relacionados ao processo de aprendizagem pré-adulta (HESS e TORNEY, 1970).

Cabe ressaltar que, até a década de 1960 preponderava o entendimento de que não havia uma real socialização na infância, pois conforme Easton e Dennis (*apud* SCHMIDT, 2001, p. 70) “os adultos de um modo geral entendiam que as crianças não estavam preparadas moral e intelectualmente para a política [...] de forma que se buscava preservá-la delas”. Desse modo, pode-se dizer que o comportamento político é um processo de aprendizagem que começa muito cedo na vida de um indivíduo e é transmitido essencialmente durante a infância e adolescência pela família e pela escola. Os valores transmitidos por essas instituições, na dimensão política, estão, segundo Baquero (1998, p. 71), intimamente relacionados com a estabilidade política de uma sociedade, isto é, “a estabilidade democrática [...] depende da intimidade dos sentimentos que os cidadãos de um país mostrem pelo sistema político em geral e pelas instituições especificamente”.

Os trabalhos de Easton (1968) e Easton e Dennis (1969), bem como os estudos de Almond e Verba (1970) e de outros autores, apontam a importância do conceito de socialização política para a análise dos sistemas políticos e como orientações psicológicas positivas em relação à política são fundamentais para a manutenção e funcionamento da democracia (BAQUERO, 1998; CASTRO, 2009). Segundo Easton (1968), o apoio difuso, conceito proposto para analisar as modalidades de apoio ao regime político por parte dos cidadãos, se refere a uma aproximação afetiva de caráter genérico, que pode se manifestar na forma de aproximações emocionais, sentimentos de pertencimento, entre outros. O apoio difuso à democracia é acompanhado, aponta González (2011), na maioria dos casos, de baixíssimos níveis de confiança e de avaliação em relação a partidos políticos e a congressos nacionais.

O regime político como propõe o autor, se refere à ordem constitucional da política, aos valores sobre os quais o sistema político está fundado, às normas que especificam os procedimentos e regras do jogo que são prescritas para o processo de tomada de decisões e às instituições ou estruturas de autoridade. Dessa forma, a consolidação da democracia dependerá do grau de aceitação das regras do jogo político, por parte dos cidadãos; ou seja,

basicamente, estará relacionada ao desenvolvimento de normas, crenças e valores de adesão, lealdade e valorização do sistema democrático, como citado anteriormente pelo autor. A socialização política, conforme Baquero e González (2011), é um elemento que só pode ser compreendido no conjunto do sistema político, visto que entre uma de suas funções está a de propiciar condições psicoculturais favoráveis à persistência do sistema.

A perspectiva de que sistemas políticos dependem do apoio de predisposições psicológicas de massa construídas como resultado de socialização política surge dos estudos de sociedades através da abordagem denominada caráter nacional ou da análise psicocultural. O conceito de caráter nacional, aponta Baquero (1998), deriva da premissa de que os membros de uma sociedade tendem a compartilhar um conjunto de estruturas psicológicas (caráter), construído como resultado de treinamento na infância, ligado às atitudes e comportamento quando adultos. No entanto, essa perspectiva cria determinados problemas de natureza conceitual na análise do caráter nacional brasileiro, sendo problemática na sua aplicação para descrever a cultura política no Brasil. Autores que estudam o caráter nacional negligenciam os estudos empíricos capazes de determinar os processos de aprendizado na infância, do mesmo modo que não coletam dados suficientes para determinar se essas características realmente existem ou não.

Segundo Baquero (1998), a prática que caracterizou os defensores dessa abordagem era simplesmente afirmar, de maneira generalizante, características do caráter nacional baseadas em impressões subjetivas e na observação de um número reduzido de indivíduos que dificilmente poderiam ser vistos como sendo representativos da população como um todo. Outra crítica aos estudos de caráter nacional diz respeito à “analogia simplista” entre padrões de autoridade dentro da família com padrões de autoridade política. Os críticos, ressalta o autor, apontavam que as estruturas e padrões de autoridade do sistema político eram altamente formalizados e longe de ser congruente com os sistemas informais da família e do governo. Como resultado dessas críticas, um novo enfoque surgiu nos estudos sobre caráter nacional, nos quais a premissa da existência de uma única estrutura de caráter comum a todos os membros de uma sociedade foi alterada para uma abordagem que reconhecia a existência de uma multiplicidade de caracteres ou tipos de personalidade numa sociedade complexa, visando estabelecer evidências empíricas sobre a incidência de variedades múltiplas de caracteres numa sociedade e, dentre essa variedade de características, qual poderia melhor descrever a “personalidade modal” dessa sociedade (BAQUERO, 1998).

Na concepção culturalista, as orientações políticas relevantes de um indivíduo – presume-se –, não estão baseadas no seu caráter ou na personalidade, visto que outras experiências pré-adultas na vida dos indivíduos são consideradas importantes. Em certo sentido, “a abordagem orientada para a cultura política e socialização política representa a continuidade numa versão mais refinada e multidimensional da abordagem do caráter nacional” (BAQUERO, 1998, p. 74). Nessas situações sociais, o indivíduo aprenderá, tanto de forma direta, quanto indireta, orientações políticas que poderão complementar e reforçar aquelas aprendidas na família; contudo, essas novas orientações poderão ser contraditórias ou entrarão em conflito com as já interiorizadas.

Em relação às instituições identificadas como sendo as principais responsáveis pelo processo de socialização política, a família continua a ser o agente social mais significativo – apesar da redução dos valores familiares na atualidade –, contribuindo para a formação de opiniões e atitudes em relação ao poder e à autoridade; seja no próprio âmbito familiar, seja nos âmbitos político e social (ASTELARRA, 1987; BAQUERO, 1998; DANZIGER, 1971; DAWSON e PREWITT, 1969; EASTON e DENNIS, 1969; HYMAN, 1969; NAZZARI, 2006; SILVEIRA e AMORIM, 2005). É na família que os jovens aprendem a desenvolver um sentimento de eficácia política, definida por Baquero (1998) como uma autopercepção da possibilidade do indivíduo influenciar nas decisões políticas. De acordo com Hyman (1969, p. 64, tradução nossa), “[...] a orientação política do indivíduo é um produto da socialização essencialmente familiar”.

A família brasileira representa um sistema em constante mutação, onde as mulheres desempenham importante papel nesse processo. Conforme apontam Nazzari (2006) e Morán (2011), a baixa natalidade, o adiamento do casamento ou da reprodução, são consequências do esforço feminino em conciliar trabalho, educação, vida pessoal e familiar em um padrão decisório cada vez mais individualizado. Ressalta ainda a autora (2005) que, a nova estrutura familiar e uma maior preocupação dos pais com o mercado de trabalho reduzem o tempo de convivência familiar dos pais com os filhos.

No entanto, a modernização da mulher brasileira, afirmam García Castro (2011) e Sarti (1988), principalmente a partir da década de 1960, com a sua adesão aos valores individualistas modernos (afetivos e reprodutivos, por exemplo), seu acesso à educação superior, sua incorporação ao mercado de trabalho, entre outros, deu-se em uma sociedade altamente hierarquizada, permitindo que se reproduzissem diferenciações em termos de

classe, raça e gênero. Para a autora (1988, p. 40), “a independência feminina tem a marca de sua classe e de sua cor”. Morán (2011) e Castells (1999) apontam ainda que o modelo tradicional de família patriarcal vem sendo cada vez mais contestado por processos interligados de transformação e conscientização da mulher. A incorporação maciça das mulheres no mercado de trabalho remunerado abalou a legitimidade da dominação do homem enquanto provedor da família. No entanto, admitir o fato,

não significa que os problemas referentes à discriminação, opressão e abuso das mulheres e de seus filhos tenham sido eliminados ou que sua intensidade tenha sido significativamente reduzida. Na verdade, embora a discriminação legal tenha, de certo modo, diminuído e a tendência seja que o mercado de trabalho venha a se equalizar à medida que o nível de educação da mulher aumenta, a violência interpessoal e o abuso psicológico tem-se expandido, justamente em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda de poder. Entretanto, não obstante a violência do conflito, a transformação da conscientização da mulher e dos valores sociais [...] traz consequências fundamentais para toda a experiência humana, desde o poder político até a estrutura da personalidade (CASTELLS, 1999, p. 171).

Outra instituição de suma importância para a aquisição de uma base normativa é a escola. A partir da obra *The political character of adolescence: the influence of families and schools* (1974), de Jennings e Niemi, os estudos sobre socialização política de adolescentes e adultos direcionam suas atenções, principalmente, para a escola como agência de influência na estruturação da personalidade política, sobretudo, na identificação política dos indivíduos (BAQUERO e GONZÁLEZ, 2011). A escolaridade é uma das variáveis mais importantes nos estudos de socialização política. A ela, aponta Nazzari (2006), costuma estar associados proporcionalmente, maiores níveis de informação política, adesão à democracia e participação política, sendo ela fundamental para a transmissão dos valores cívicos e democráticos e das condições de legitimidade num sistema político, visando o pleno exercício da cidadania (BAQUERO, 1998; SILVEIRA e AMORIM, 2005). Devido a um grau maior de qualificação dos profissionais da educação, a escola poderia ser o ambiente favorável para o aprendizado democrático dos jovens brasileiros, pois, segundo Almond e Powell (1972), a escola contém um padrão particular de adoção de decisões autorizadas em que todos os estudantes são expostos. Assim, a participação na adoção de decisões na escola poderia ajudar a superar a falta dela em casa. A educação possui fundamental importância para Almond e Verba, visto que:

[...] la educación es el determinante más importante de las actitudes políticas; y es también el más manejable. La gran ventaja de la educación consiste en que los conocimientos, que pueden necesitar muchos años para desarrollarse por vez primera, pueden transmitirse con mucha mayor facilidad una vez que algunos individuos los poseen. La educación [...] puede desarrollar toda una serie de los componentes más importantes de la cultura cívica. Puede entrenar a los individuos en los conocimientos necesarios para la participación política. [...] Y es posible transmitir mediante la educación las normas explícitas de responsabilidad y participación democráticas (ALMOND e VERBA, 1970, p. 559)¹⁵.

Desse modo, a educação, conforme afirma Durkheim (1978, p. 41) “não é, pois, para a sociedade, senão o meio pelo qual ela prepara, no íntimo das crianças as condições essenciais da própria existência”, ou seja, “a educação consiste numa socialização metódica das novas gerações”. Contudo, na prática, observa-se que instrumentos de constituição da democracia não têm sido valorizados. Pesquisas sobre socialização política (SILVEIRA e AMORIM, 2005) têm demonstrado que as instituições de ensino vêm socializando padrões autoritários e conservadores por meio de suas práticas educativas, desestimulado nos jovens a participação no âmbito escolar e político.

A escola, assim como a família, está preocupada em habilitar os jovens para o mercado de trabalho – mais competitivo e excludente – reforçando antes valores individuais e consumistas que incentivam a formação de capital social e cultura política. Nesse sentido, não geram alternativas para a inclusão da maioria dos jovens em novos espaços democráticos, que poderiam criar alternativas de cooperação e confiança mútuas para a solução dos problemas das comunidades (NAZZARI, 2005). Brunello (2011) aponta ainda que a instituição escolar também tem exercido seu papel na reprodução social da hierarquia de gênero, estabelecendo determinados papéis e funções a meninos e meninas.

A escola através de suas práticas cotidianas faz com que os sujeitos interiorizem e considerem naturais as diferenças entre meninos e meninas, como se isto estivesse na ‘ordem das coisas’. Todavia, quando ocorre um desvio, este logo é censurado e coagido, para que de fato se enquadre novamente às normas e às

15 [...] a educação é o determinante mais importante das atitudes políticas; e é também o mais manejável. A grande vantagem da educação consiste em que os conhecimentos, que podem necessitar de muitos anos para serem desenvolvidos pela primeira vez, podem ser transmitidos com maior facilidade uma vez que os indivíduos já os possuem. A educação [...] pode desenvolver toda uma série de componentes mais importantes da cultura cívica. Pode inserir os componentes necessários para a participação política. [...] E é possível transmitir através da educação as normas explícitas de responsabilidade e participação democrática (ALMOND e VERBA, 1970, p. 559, tradução nossa).

condutas ‘adequadas’. O aprendizado como postura parece penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo, estes reagem e são envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituindo suas identidades ‘escolarizadas’ (BRUNELLO, 2011, p. 3).

Cabe ainda apontar como agentes socializadores os amigos, os colegas de trabalho, a igreja, os grupos de referência, os partidos políticos e os meios de comunicação de massa. Em relação aos partidos políticos, estes não têm conseguido se estabelecer como mediadores entre a sociedade civil e o Estado. De acordo com Baquero (2001), é através das relações sociais secundárias que as instituições – especificamente os partidos políticos – catalisam identidades coletivas.

No entanto, o que tem se observado no Brasil é o surgimento e a prevalência de relações terciárias¹⁶, em virtude da fragilidade dos partidos. Para o autor (1998), a ausência de uma estrutura intermediária sólida (os partidos) permite a manipulação direta das massas pelas elites. Sem essa estrutura intermediária, o sistema político se torna inerentemente instável e, assim, todo o sistema de representação entra em crise, justamente por não conseguir estabelecer um contraste das ações dos governantes por parte dos governados.

O distanciamento entre partidos e eleitores pode ser atribuído à maneira como os indivíduos assimilam a política. Nos primeiros estágios da socialização política, período em que as crianças iniciam o desenvolvimento de valores e atitudes sobre a política, é considerado normal que elas não consigam fazer a distinção entre estrutura de governo e lideranças políticas; porém, nos processos subsequentes de socialização, isto é, na adolescência, espera-se que essa associação seja superada por meio de um processo de educação política.

Os meios de comunicação de massa exercem forte influência na estruturação de opiniões e atitudes políticas dos indivíduos na sociedade contemporânea, pois fornecem um vasto leque de informações políticas, principalmente através dos telejornais. Entretanto, apesar de se proporem investigativos, a cobertura negativa dos acontecimentos políticos tem contribuído para reforçar o ceticismo e a apatia dos cidadãos em relação à política e aos políticos (SCHMIDT, 2001). Para Cruz (2006, p. 78), mesmo tendo como função social informar e orientar à crítica, muitas vezes, “a cultura midiática divulga determinado fato, mas,

¹⁶ Por relações terciárias entende-se o estabelecimento de uma relação direta entre Estado e indivíduo, em detrimento dos partidos políticos, fragilizando, de certa forma, o sistema de representação política (BAQUERO, 2001).

no entanto, direciona o enfoque segundo interesses particulares”. A informação cabe destacar, é um pré-requisito fundamental para o incentivo e a ampliação do interesse por política.

Conforme a tradição sociológica funcionalista (CASTRO, 2009), é por meio do processo denominado interiorização que os indivíduos aprendem as condutas e demandas prescritas pelo sistema social, os chamados “papéis sociais”, criados na gestão entre as motivações individuais e as normas estabelecidas pelas posições sociais. Os papéis representam a ordem institucional, isto é, as instituições incorporam-se à experiência do indivíduo através dos papéis, tornando possível a existência das próprias instituições como presença real. A interiorização, nesse sentido, constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em um segundo momento, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido (BERGER e LUCKMANN, 2008; DUBAR, 2005).

Somente depois de ter realizado este grau de interiorização é que, segundo Peter Berger e Thomas Luckmann (2008), o indivíduo se torna um membro efetivo da sociedade. A socialização, como processo ontogenético no qual ocorre essa inserção, é definida pelos autores como “a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (BERGER e LUCKMANN, 2008, p. 175).

Em “A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento” (1966), Berger e Luckmann objetivam introduzir uma distinção entre socialização primária e socialização secundária. Segundo os autores, a socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual se torna membro da sociedade, já a socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade¹⁷.

O pressuposto da socialização política, aponta Castro (2009), pressupõe uma determinada concepção do processo de subjetivação em que o trajeto biográfico está delineado por um percurso com início e fim, ao longo do qual o indivíduo é submetido a um processo de transformação, seja por práticas familiares, seja por processos sociais formais de aprendizagem; contudo, os saberes básicos incorporados pelas crianças não dependerão somente das relações entre a sua família e o espaço escolar, mas também de sua própria relação com os adultos incumbidos de sua socialização (DUBAR, 2005).

17 Para Gabriel Almond (1969), a socialização política pode ser definida como manifesta (ou explícita) ou latente (ou análoga). É manifesta quando toma a forma de transmissão explícita de informação, valores ou sentimentos em relação aos órgãos de insumo (*input*) e produto (*output*) do sistema político. Já a socialização latente é o primeiro estágio do processo experimentado pelo indivíduo.

No caso da socialização primária, esta implica mais do que um simples aprendizado puramente cognoscitivo, implica uma identificação com os outros significativos (sistema de valores) através de uma multiplicidade de modos emocionais, ou seja, a criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos interiorizando-os e tornando-os seus. É por meio dessa identificação que a criança se torna capaz de identificar a si mesma e de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível (BERGER e LUCKMANN, 2008; DUBAR, 2005). Nessa perspectiva, as crianças internalizam valores, crenças e regras que influenciam sua visão de vida futura e seu comportamento, tudo permeado de símbolos que perduram e que interferem na percepção da realidade (BOURDIEU, 2011).

Dessa forma, a identidade é objetivamente definida como localização em certo mundo e somente pode ser subjetivamente apropriada juntamente a esse mundo, quer dizer, implica um mundo social específico. Para os autores, a socialização primária cria na consciência da criança uma abstração progressiva das atitudes em geral. A abstração dos outros significativos concretos é chamada de o “outro generalizado”, ou seja, “sua formação na consciência significa que o indivíduo se identifica agora não somente com os outros concretos, mas com uma generalidade de outros, isto é, com uma sociedade” (BERGER e LUCKMANN, 2008, p. 178). Assim, a formação do outro generalizado marca uma fase decisiva na socialização, pois implica na interiorização da sociedade e da realidade objetiva nela estabelecida e, ao mesmo tempo, a implantação subjetiva de uma identidade coerente e contínua.

Nessa etapa da socialização não há conflitos de identificação, visto que não há escolha dos outros significativos e, não tendo a criança à capacidade de selecionar seus outros significativos, essa se identifica automaticamente com eles. Assim sendo, a criança não interioriza o mundo dos outros que são significativos para ela como sendo um dos inúmeros mundos possíveis, mas sim como sendo o único existente. É por esse motivo que “o mundo interiorizado na socialização primária se torna muito mais firmemente entrincheirado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias” (BERGER e LUCKMANN, 2008, p. 180).

Poderia se dizer que a socialização primária termina quando o outro generalizado foi estabelecido na mente do indivíduo. No entanto, a socialização é um processo longe de ser totalmente bem-sucedido ou nunca é total nem jamais acabado, pois nenhum indivíduo interioriza a totalidade do que é objetivado como realidade em uma sociedade (ALMOND e POWELL, 1972; BERGER e LUCKMANN, 2008; JENNINGS e NIEMI, 1974;

PERCHERON, 1971). Para compreender os processos subsequentes de preservação da realidade interiorizada na consciência dos indivíduos, ou para compreender como novas interiorizações ocorrem, torna-se necessário entender como ocorre a socialização secundária.

A socialização secundária pode ser entendida como a aquisição do conhecimento de funções específicas, direta ou indiretamente com bases na divisão do trabalho. Devido à divisão do trabalho, a distribuição social do conhecimento de papéis específicos aumentará em uma proporção maior do que o conhecimento geralmente relevante e acessível. A socialização secundária é a interiorização de submundos institucionais ou baseados em instituições que, quando interiorizados “são geralmente realidades parciais, em contraste e com o ‘mundo básico’ adquirido na socialização primária” (BERGER e LUCKMANN, 2008, p. 185).

Ressalta Dubar (2005) que a socialização secundária se trata, antes de tudo, da incorporação de saberes especializados – ou saberes profissionais –, que constituem um novo gênero de saberes. A aquisição destes, afirma o autor, supõe a socialização primária anterior colocando, a partir de então, um problema de consistência entre as interiorizações originais e as novas. A esse respeito, Berger e Luckmann (2008) argumentam que a realidade uma vez interiorizada tende a persistir e, em um processo de socialização secundária, sejam quais forem os conteúdos novos a serem interiorizados, necessita sobrepor-se a esta nova realidade já existente na consciência do indivíduo.

A socialização secundária nunca apaga de maneira total a identidade construída no “fim” da socialização primária, contudo, ela pode modificar uma identidade especializada em outra, em condições institucionais bem definidas (DUBAR, 2005). A questão da socialização secundária decorre da perspectiva da transformação social e não somente da reprodução da ordem social, como ocorre na primária. Essa fase também é responsável pela produção das identidades, ocorrendo nela à invenção de novas regras e de novos modelos relacionais. Para o autor (2005, p. 127), subjetivamente, “a transformação social é inseparável da transformação das identidades, ou seja, tanto dos ‘mundos’ construídos pelos indivíduos como das ‘práticas’ decorrentes desses ‘mundos’”. Nesse sentido, “somente a socialização secundária pode produzir identidades e atores sociais suscetíveis de, por sua vez, se transformarem por meio de uma ação coletiva eficaz, ou seja, duradoura”.

Em síntese, no processo de socialização política os sistemas políticos tendem a perpetuar suas culturas e estruturas através do tempo, e executam isso principalmente por

meio das influências socializantes das estruturas primária e secundária, através das quais, aponta Almond (1969), os elementos mais jovens da sociedade atravessam o processo de maturação. Nesse sentido, a socialização política é o processo de indução à cultura política, sendo esta, o produto final de um conjunto de atitudes em relação a um sistema político, às suas várias funções e aos incumbidos de exercê-las (ALMOND, 1969).

4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

4.1. Democracia e mulheres

Nas sociedades contemporâneas, a democracia – concebida como um regime político moderno – tende a estar comprometida com os ideais de liberdade e de igualdade entre todos os seus cidadãos e cidadãs. A liberdade (seja liberdade política, seja liberdade civil) que um regime democrático pressupõe, aponta Azambuja (2008), é decorrente de uma longa elaboração histórica, expressa principalmente nos direitos individuais, conhecidos também como liberdades individuais. A igualdade democrática, fundamento em que também está assentado o sistema de governo democrático, não representa a negação das desigualdades naturais, que tornam cada indivíduo um ser diverso de todos os outros, ela é unicamente a negação das desigualdades artificiais criadas de forma arbitrária por injustos privilégios de nascença, classe e/ou de fortuna.

Haja vista que o conceito de democracia representa não somente um processo de governar, mas, sobretudo, um sistema inerentemente de direitos, estes se tornam necessários para um efetivo funcionamento das instituições políticas democráticas e essenciais na construção e consolidação do processo de governo democrático (DAHL, 2001). Contudo, o longo caminho percorrido pelo modelo de regime democrático – da antiguidade clássica ao regime atual de representação – foi marcado tanto pela ausência dos elementos que dão sustentação à democracia, quanto pela exclusão de diversos segmentos da população, entre os quais as mulheres se destacam pelo duradouro histórico de discriminação e pela negação de direitos civis e políticos; pois, afinal, “nas origens da democracia, ocorre mesmo uma exclusão das mulheres da cidadania política” (THÉBAUD, s/d, p. 6).

Os sistemas de governo que permitiram a participação de um expressivo número de cidadãos foram estabelecidos pela primeira vez na Grécia clássica e em Roma, por volta do ano 500 a.C. (DAHL, 2001; FINLEY, 1988; HELD, 1987, MALUF, 2007). Em 507 a.C., os atenienses já adotavam um sistema de governo popular o qual denominavam *demokratia* (do grego *demos*, o povo e *kratos*, governar). Embora a palavra *demos* se referisse a todo o povo ateniense, o termo era comumente empregado pelos críticos aristocráticos como forma de desprezo pelas pessoas comuns que haviam usurpado o controle que os aristocratas tinham sobre o governo (DAHL, 2001).

Na cidade-estado de Atenas havia a noção de um corpo de cidadãos ativos envolvidos no processo de autogoverno. Nesse autogoverno, a assembleia – o conjunto de cidadãos, como um todo –, decidia os compromissos políticos do governo ateniense, permitindo que questões anteriormente inacessíveis pudessem ser submetidas a um voto formal, com o resultado decidido pela maioria (FINLEY, 1988; HELD, 1987, MALUF, 2007). Na assembleia ateniense, “todos os cidadãos” estavam autorizados a participar e, em princípio, com chances iguais de ocupar um cargo; isto é, a igualdade era concebida como a base prática e moral da liberdade (DAHL, 2001; HELD, 1987). Entretanto, “todos os cidadãos” não correspondiam a qualquer indivíduo pertencente à cidade-estado de Atenas.

De acordo com Held (1987), a cultura política ateniense era uma cultura restrita aos homens adultos. A democracia antiga, ressalta ainda o autor, pertencia aos patriarcas e, por conseguinte, as mulheres não eram detentoras de direitos políticos e seus direitos civis eram estritamente limitados, bem como a um considerável número de não cidadãos, homens livres, quase todos gregos, mas que não podiam participar da esfera política; assim como os escravos, que estavam em um número maior que os não cidadãos (ALVES e PITANGUY, 1985; FINLEY, 1988). As conquistas da democracia clássica estiveram diretamente ligadas ao trabalho não reconhecido politicamente de crianças e mulheres, pois o serviço doméstico realizado por ambas liberava os homens para se ocuparem dos deveres públicos. A democracia ateniense, segundo Held (1987, p. 17, grifo do autor), “foi marcada por um compromisso geral com o princípio da *virtude cívica*: dedicação à cidade-estado republicana e subordinação da vida privada aos assuntos públicos e ao bem comum”.

Concomitante com a época em que surgiu na Grécia, o modelo de governo popular apareceu na península italiana na cidade de Roma. Os romanos denominavam este sistema de *respública* (do latim *res*, coisa ou negócios), sendo interpretada como “a coisa pública” ou “os negócios do povo” (DAHL, 2001; MALUF, 2007). Inicialmente, o direito de participar nos assuntos do governo da república estava limitado apenas a patrícios e aristocratas, isto é, se em comparação Atenas era reconhecida como uma república democrática, Roma era vista como um sistema essencialmente oligárquico, em que as elites dominavam firmemente todos os aspectos da política republicana (HELD, 1987; MALUF, 2007).

Com o passar do tempo, a plebe (povo) também conquistou o direito de participar. Todavia, assim como ocorria em Atenas, o direito à participação estava restringido aos homens, excluindo as mulheres de quaisquer formas de participação na república romana.

Para Dahl (2001), quer se chamassem democracias ou repúblicas, os modelos de governo participativos na Grécia clássica e em Roma careciam de inúmeras características essenciais de um moderno governo democrático representativo. Durante a Idade Média (ALVES e PITANGUY, 1985), são encontrados os primeiros registros de mulheres desempenhando tarefas usualmente atribuídas aos homens, ainda que a grande maioria das mulheres trabalhasse na produção de alimentos e na tecelagem. Contudo, os atores sociais eram, predominantemente, homens, considerados indivíduos dotados de capacidade de expressão pública, com relações diretas às esferas do poder (MARTINS, 2012).

A partir do século XVI, o termo Estado vai aos poucos adentrando na terminologia política dos povos ocidentais. É nesse século que Maquiavel (1469-1527), considerado o primeiro teórico do Estado moderno, escreve *O Príncipe* (1513), obra-prima que lança as bases da política como arte de governar os Estados, ou mais exatamente como arte de atingir, exercer e conservar o poder (AZAMBUJA, 2008; HELD, 1987). As razões ou os fins do Estado ou de uma comunidade, segundo Maquiavel (2010), tinham prioridade ou estavam acima dos direitos dos indivíduos. Para Maquiavel, a liberdade não envolvia os direitos de liberdade de expressão, de crença e de associação, elementos que se tornariam centrais para o liberalismo moderno.

De acordo com o autor (2010), um Estado livre dependia de um Estado forte e expansionista, capaz de assegurar as condições necessárias de sua existência. Conforme Held (1987), o que fica evidente em seus escritos é a necessidade de uma força política organizada, que persiga ativamente uma política de engrandecimento. Tais ideias, aponta o autor, foram decisivas para o desenvolvimento da noção de Estado moderno, no entanto, ainda estavam longe de uma concepção plena e coerente de democracia. Maquiavel concebia a participação política como um processo de governo que incluísse, além dos ricos e nobres, outros segmentos da população, como pequenos comerciantes e artesãos, indivíduos dos quais poderia se esperar um considerável interesse nos assuntos públicos.

Contudo, estes segmentos não incluíam os estrangeiros, trabalhadores, servos e os chamados “dependentes”, categoria que incluía as mulheres e as crianças, tendo em vista que estes não eram considerados por ele como possuidores de tal interesse. Nesse sentido, “os cidadãos eram homens com um ‘investimento no país’ e de descendência inquestionavelmente local” (HELD, 1987, p. 44). Para o autor, é somente a partir de Thomas Hobbes (1588-1679) que haverá uma preocupação moderna com a necessidade tanto de estabelecer a liberdade do

indivíduo quanto de capacitar o Estado de um poder suficiente para que ele possa garantir a ordem política e social.

A força que impulsiona este organismo, que Hobbes denominará Estado (*Common-Wealth* ou *State* em inglês, ou *Civitas* em latim), encontra-se num contrato firmado consensualmente pelos indivíduos devido ao medo da desagregação (ou dissolução) da sociedade, e da morte violenta provocada pela igualdade natural (estado de natureza) (HOBBS, 1979). Para o filósofo inglês, este “contrato” requeria a renúncia de determinados direitos em favor de um poder comum (realidade jurídica) em troca da autopreservação, da segurança e da paz. No entanto, tal renúncia não implicaria em um ato de opressão, à medida que a delegação de poderes ao governante possuiria a aprovação da maioria dos cidadãos por meio de uma eleição pública. Evidentemente, os cidadãos aos quais se refere Thomas Hobbes são do sexo masculino com alta posição e vultosas propriedades.

Em Locke (1632-1704), encontramos a base teórica que dá fundamento a separação liberal da esfera pública e da esfera privada. De acordo com Pateman (2014), Locke argumenta que o poder político é convencional e somente pode ser exercido por indivíduos adultos livres e iguais com o consentimento desses indivíduos. Dessa forma, Locke concorda com a afirmação patriarcal de Filmer¹⁸, de que as diferenças naturais existentes entre homens e mulheres implicam na subordinação destas a eles; e, tendo em vista que um subordinado natural não pode ser livre e igual ao mesmo tempo, “as mulheres (esposas) são excluídas da condição de ‘indivíduos’ e, portanto, de participar do mundo público da igualdade, do consentimento e das convenções” (PATEMAN, 2014, p. 58).

Na obra-prima “Do contrato social” (1762), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), remete ao conceito que todos os filósofos políticos invocaram anteriormente. Todos eles acreditavam que o Estado era o resultado de um pacto ou acordo entre os homens. De acordo com Rousseau (2011, p. 84), “[...] o pacto social estabelece entre os cidadãos tal igualdade que todos se comprometem às mesmas condições e devem desfrutar dos mesmos direitos”. Em oposição a Hobbes e Locke, que afirmavam que a soberania deveria ser transferida do povo para o Estado e seu (s) governante (s), Rousseau afirmava que tal transferência de poder não deveria acontecer, visto que a soberania não somente se origina no povo, como também permanece com ele (ROUSSEAU, 2011). Ainda segundo o autor, um governo somente poderia ser considerado legítimo na medida em que atendesse às instruções da vontade geral.

18 Ver Pateman (2014).

Desse modo, Rousseau celebrou a noção de um corpo de cidadãos ativos e envolvidos, uma noção de autogoverno, onde a ordem política oferecesse as oportunidades para a participação dos cidadãos na elaboração dos negócios públicos; que não estivesse restrita ao poder do Estado, mas que os assuntos do Estado estivessem integrados aos assuntos dos cidadãos (HELD, 1987). Entretanto, assim como Hobbes e Locke, no que se entende como cidadãos, Rousseau também excluiu todas as mulheres, visto que, ao contrário dos homens, afirma Held (1987), a capacidade das mulheres para um julgamento claro estaria encoberta pelas paixões imoderadas e, desse modo, precisariam de proteção e direção masculina perante os desafios da política.

Segundo Pateman (1993), nos textos dos teóricos contratualistas somente os seres masculinos são dotados das capacidades e dos atributos fundamentais para participar dos contratos, dentre os quais, ressalta a autora, o mais importante é a posse da propriedade em suas pessoas. Os teóricos clássicos – com exceção de Hobbes – argumentam que as mulheres naturalmente não possuem os atributos e as capacidades inerentes aos indivíduos (isto é, aos homens). A autora vai além, ao afirmar que, uma vez introduzido o contrato, a dicotomia entre esfera privada e esfera pública acaba por refletir a ordem da divisão/diferença sexual na condição natural, que também é uma diferença política, entre liberdade e sujeição. Nesse sentido, a construção do Estado moderno foi marcada “pela negação às mulheres da condição de cidadãs” e “por sua exclusão das esferas do poder”; exclusão justificada, política e teoricamente, “com base na separação das esferas privada e pública e na restrição de sua participação nesta última” (ARAÚJO, 2012a, p. 245). No entendimento da autora:

[...] as mulheres estiveram excluídas das experiências ocidentais que serviram de base para a constituição da cidadania moderna. Para tanto, discursos retóricos trataram de criar um conjunto de regras que se destacavam discursivamente. Elas foram calcadas em estratégias de valorizações, injunções e proibições voltadas para sustentar e moldar determinada identidade feminina, incongruente com as dinâmicas da esfera pública, sobretudo a política. [...] O peso simbólico do discurso da diferença e dos lugares naturalmente apropriados para cada sexo foi fundamental na construção da ordem moderna e na aceitação da não cidadania das mulheres, sem, contudo, excluí-las da sua condição humana. A saída para incluí-las, já que elas não estavam fora da humanidade, foi a distinção entre o *sujeito passivo* – vinculado à esfera privada e desprovido de certos requisitos para interferir na coisa pública – e o *sujeito ativo*, cidadão e dotado desses requisitos (ARAÚJO, 2012b, p. 153-154, grifos da autora).

As mulheres são incorporadas à esfera privada, que ao mesmo tempo “faz e não faz parte da sociedade civil, mas que está separada da esfera ‘civil’” (PATEMAN, 1993, p. 28). Conforme a autora, a história do contrato social é tratada como um relato da formação da esfera pública da liberdade civil, sendo a esfera privada encarada como politicamente irrelevante. O contrato original é um pacto sexual-social pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil (PATEMAN, 1993 e 2014).

Com suas origens no século XVII, o liberalismo tem suas bases voltadas para a tentativa de defesa dos valores de liberdade de escolha, razão e tolerância do indivíduo diante da tirania do sistema absolutista (HELD, 1987). Segundo o autor, o liberalismo teve como propósitos restringir os poderes do Estado e definir uma esfera unicamente privada, independente da ação do Estado, onde a sociedade civil (vida pessoal, familiar e dos negócios) estaria livre das interferências políticas e da delimitação da autoridade. Held (1987) ressalta ainda que, nesse momento, os indivíduos eram concebidos como seres livres e iguais e com direitos naturais inalienáveis com os quais eram contemplados no nascimento.

Cabe dizer ainda que, assim como ocorreu na Grécia clássica e em Roma, os “indivíduos livres”, os quais se referem às primeiras doutrinas liberais eram homens e, geralmente, homens detentores de propriedade e pertencentes das novas classes médias ou burguesia. Com base nessa premissa, torna-se importante destacar que o domínio dos homens na vida pública e privada não foi – até esse momento – questionado pelos principais pensadores liberais até o século XIX e, portanto, as mulheres se situaram em uma posição totalmente marginal em relação ao político e ao público (HELD, 1987; PATEMAN, 1993 e 2014). Para Pateman (2014), o liberalismo estaria estruturado por relações patriarcais, bem como de classe, e que a desigual dicotomia público/privado, natural/civil, homens/mulheres acabou por obscurecer a submissão das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente igualitária, individualista e universal.

A obra de Mary Wollstonecraft (1759-1797) *A vindication of the rights of woman* (1792), teve importante contribuição para elucidar as inter-relações entre os processos social e político e, conseqüentemente, para uma nova apreciação das condições da democracia (HELD, 1987). O aspecto que cabe ressaltar na obra de Wollstonecraft está relacionado à profunda conexão existente entre as esferas pública e privada. Para a autora, pouca ou nenhuma mudança política progressista pode haver sem uma reestruturação da esfera de

relações privadas e não pode haver uma reestruturação satisfatória do “privado” sem que haja transformações de grande expressividade na natureza das instituições governamentais (HELD, 1987, p. 75). A emancipação da mulher era para Wollstonecraft, condição imprescindível para a igualdade das vidas de mulheres e de homens individualmente, e para a liberdade em uma ordem racional e moral (MAGNOLI e BARBOSA, 2011).

To render mankind more virtuous, and happier of course, both sexes must act from the same principle; but how can that be expected when only one is allowed to see the reasonableness of it? To render also the social compact truly equitable, and in order to spread those enlightening principles, which alone can meliorate the fate of man, women must be allowed to found their virtue on knowledge, which is scarcely possible unless they be educated by the same pursuits as men (WOLLSTONECRAFT, s/d, p. 184)¹⁹.

O percurso do moderno pensamento liberal democrático foi definido, em grande parte, pelo filósofo e economista britânico John Stuart Mill (1806-1873) em meados do século XIX. Mill buscou defender uma noção de vida política marcada por uma maior liberdade individual em todas as esferas, um governo mais responsável (visto que a democracia liberal, ou o governo representativo, estabelecia não somente os limites à satisfação individual, mas porque era um aspecto importante do livre desenvolvimento da individualidade) e uma administração governamental eficiente (HELD, 1987).

Para Mill (1968), a participação na vida política é essencial, pois auxilia na criação do interesse direto pelos assuntos públicos, conseqüentemente, criando uma base para um corpo de cidadãos informado e em desenvolvimento, tanto de homens quanto de mulheres. Mill destacou-se pelo rompimento com as suposições masculinas dominantes da tradição liberal, principalmente ao considerar as mulheres como seres maduros com garantia a serem indivíduos livres e iguais (HELD, 1987; MILL, 1968).

As críticas mais contundentes de Mill estão voltadas às concepções da natureza da mulher baseadas em papéis domésticos e relações afetivas com a vida doméstica e familiar, o que para ele, tornaria inconcebível a emancipação da humanidade sem primeiramente a

¹⁹ Para tornar a humanidade mais virtuosa, e mais feliz, é claro que ambos os sexos devem agir de acordo com o mesmo princípio; mas como isso pode ser esperado quando apenas um tem permissão para ver a racionalidade dele? Para tornar também o pacto social verdadeiramente equitativo, e para difundir esses princípios esclarecedores, que por si só podem melhorar o destino do homem, as mulheres devem poder fundar suas virtudes sobre o conhecimento, o que dificilmente é possível, a menos que sejam educadas pelas mesmas atividades que os homens (WOLLSTONECRAFT, s/d, p. 184, tradução nossa).

emancipação feminina. A proposta do então deputado John Stuart Mill para substituir a palavra “homem”, presente na lei sobre o direito de voto, pela palavra “pessoa” marcou o início do movimento sufragista na Inglaterra (MARTINS, 2012).

Em *The subjection of women* (1869), Mill questiona a posição subordinada das mulheres na sociedade, definindo-a como uma exceção totalmente injustificada aos princípios da justiça igualitária, da igualdade de oportunidades e da liberdade individual, em oposição à impossibilidade da garantia de felicidade e liberdade humanas e do modelo democrático enquanto persistisse a desigualdade entre homens e mulheres (HELD, 1987; MAGNOLI e BARBOSA, 2011; MILL, 1968). Para Held, ao citar Mill, “apenas a completa igualdade entre homens e mulheres em todas as estruturas legais, políticas e sociais poderia criar as condições adequadas para a liberdade humana e o modo democrático de vida” (HELD, 1987, p. 90).

Será apenas na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX que as mulheres terão ganhos realmente significativos na obtenção dos direitos civis e políticos. Nas últimas décadas do século XIX, ocorreu na Europa – mais precisamente na Inglaterra – o que historiadoras (es) e teóricas (os) feministas têm chamado de primeira onda do feminismo²⁰, período em que as mulheres se organizaram para lutar por seus direitos (movimento sufragista), dos quais o primeiro a se popularizar foi o direito ao voto, conquistado no Reino Unido apenas no ano de 1918 (ARAÚJO, 2012b; PINTO, 2001, 2003 e 2012).

O feminismo, entendido como movimento social de proteção e expansão dos direitos políticos e sociais das mulheres, é um movimento essencialmente moderno que surge no contexto dos ideais iluministas e das Revoluções Francesa e Americana. De acordo com Teles (2003, p. 10), “o feminismo é uma ideologia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres”. O movimento feminista contemporâneo surge primeiramente nos Estados Unidos no final dos anos 60 e no início da década de 1970 na Europa; entretanto, suas origens como movimento social e político organizado datam do ano de 1848, momento em que feministas americanas engajaram-se numa longa luta em defesa dos direitos da mulher à educação, ao trabalho e ao poder político (CASTELLS, 1999; COSTA, 2005; PRÁ, 2014).

20 A primeira onda do feminismo mundial surgiu com a Revolução Francesa e prolongou-se até o fim da Primeira Guerra Mundial. Das obras fundadoras, destacam-se: *L'admission des femmes au droit e cité* (1790), de Condorcet (1743-1794), *Declaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne* (1791), de Olímpia de Gouges (1748-1793), a obra de Mary Wollstonecraft (1759-1797), *A Vindication of the Rights of Woman* (1792) e *The Subjection of Women* (1869), de John Stuart Mill (1806-1873).

Após um período de aproximadamente meio século de relativa desmobilização (CASTELLS, 1999; COSTA, 2005), movimentos em massa ressurgem no contexto dos movimentos contraditórios da década de 1960, tanto por seu componente relativo aos direitos humanos como por suas revolucionárias tendências contraculturais. Em um aspecto geral, o feminismo surge chamando a atenção para o caráter político da opressão das mulheres vivenciado de forma isolada e individualizada na esfera privada; surge em torno da afirmação de que o pessoal é político, questionando de forma profunda os parâmetros conceituais da própria política (COSTA, 2009; PRÁ e EPPING, 2012).

A partir dessa afirmação, aponta Costa (2009), o feminismo traz para o escopo das discussões políticas questões que, até o momento, eram vistas como pertencentes e específicas do âmbito doméstico, rompendo com a noção público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Segundo a autora, o movimento feminista acabou por redefinir o poder político e as formas de compreender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Por conseguinte, o feminismo está centrado justamente no modo de compreender a política e o poder, questionando o conteúdo formal que se tende a atribuir ao poder e as formas em que é exercido. Assim, o feminismo, como movimento social historicamente ligado às teorias feministas, direciona sua luta pela autonomia feminina em um espaço profundamente marcado pelo político, defendendo as particularidades da condição de dominação das mulheres inseridas na sociedade.

Para Costa (2009), o feminismo, apesar de inserir-se em um movimento mais amplo de mulheres, distingue-se justamente por defender os interesses de gênero das mulheres, questionando os sistemas políticos e culturais constituídos a partir dos papéis atribuídos a estas. Conforme aponta Scott (1995), gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado, isto é, o termo não somente faz referência à oposição homem/mulher, como também acaba por estabelecê-la. Ao afirmar que “o pessoal é político”, ressalta Costa (2005, p. 53), “o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades do político e do poder político”. No entendimento de Pateman, a ideia de que “o pessoal é político”

[...] tem chamado a atenção das mulheres para a maneira com que somos incentivadas a ver a vida social em termos pessoais, como uma questão de capacidade individual ou sorte [...] As feministas têm enfatizado como as circunstâncias pessoais são estruturadas por fatores públicos, por leis sobre estupro e aborto, pelo status de “esposa”, pelas políticas de atenção às crianças e atribuição de benefícios de previdência, e a divisão sexual do trabalho na casa e no local trabalho. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos por meios políticos e ação política (PATEMAN, 2014, p. 71).

No passar dos séculos, as mulheres percorreram um longo e moroso caminho marcado por preconceitos e resistências em busca de uma cidadania feminina ativa. Nesse cenário, o feminismo percebido como um movimento político-social foi decisivo na tentativa de reescrever a história das mulheres, não mais como antagonistas da história, mas à frente da luta pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento dos direitos fundamentais femininos. As principais contribuições do ativismo feminista, ressalta Martins (2012), surgiram em torno das questões de justiça social e pelo direito ao voto e à representação da mulher na vida política. “Se o movimento sufragista não se confunde com o feminismo ele foi”, destacam Alves e Pitanguy (1985, p. 48), “um movimento feminista por denunciar a exclusão da mulher de participação nas decisões políticas”. Desse modo, o feminismo representou uma nova forma de redefinir o poder político e de compreender a própria política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico, questionando assim, o conteúdo formal que se atribui ao poder e as formas em que é exercido (COSTA, 2005).

4.2. Feminismo e movimento de mulheres no Brasil

A luta pela garantia e proteção dos direitos humanos das mulheres e da expansão da cidadania feminina no Brasil não são lutas recentes. Assim como ocorreu na Europa e nos Estados Unidos entre os séculos XVIII e XIX, no Brasil as mulheres ingressaram no espaço público na defesa de interesses coletivos em campanhas revolucionárias, abolicionistas ou emancipatórias. O primeiro envolvimento das brasileiras em ações não restritas ao mundo privado deu-se a partir da década de 1860, em eventos que culminaram com a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), questionando a estrutura política vigente e denunciando a exclusão feminina do direito ao trabalho, à educação e ao voto (PRÁ, 2014). No entanto, apontam Prá (2014) e Sow (2010), o ativismo feminista foi pouco visível nos meios políticos da época, tendo em vista que as mulheres continuavam submetidas a valores enraizados na ordem patriarcal da então emergente cultura brasileira.

Em meados do século XIX surgiram diferentes publicações femininas que expressavam os embates da época em relação à imagem da mulher na sociedade brasileira – diferente daquela atribuída às mulheres com o advento da modernidade –, como o tratamento conferido às esposas pelos seus respectivos maridos (“O Jornal da Senhora”, de 1852), a questão da relevância da educação para as mulheres (“O Domingo” e “O Sexo Feminino”, ambos da década de 1870), entre outros temas como a inserção profissional de mulheres no mercado de trabalho em carreiras diferentes daquelas atribuídas exclusivamente às mulheres, sobre o direito ao voto feminino e ao divórcio (HAHNER, 1978 e 1981).

Em relação à educação, ainda nessa época, travaram-se inúmeras discussões sobre a abertura de escolas de nível superior para as mulheres. A educação nesse período estava exclusivamente a cargo da Igreja Católica, entretanto, o ensino oferecido pela instituição não permitia às mulheres estudar o mesmo conteúdo e nos mesmos recintos que os homens. Somente lhes eram ensinadas técnicas manuais e atribuições domésticas²¹. Para a mudança desse cenário foi decisivo a contribuição das (os) jovens brasileiras (os) que foram estudar no exterior e passaram a defender o acesso das mulheres às Ciências (COELHO e BAPTISTA, 2009). No entanto, o acesso feminino ao ensino superior somente foi autorizado pelo governo brasileiro a partir de 1879, e apenas no início do século XX é que mulheres e homens obtiveram permissão para estudar juntos.

Entre os anos de 1822 às primeiras décadas de 1900, não se observa claramente a presença do direito ao voto feminino. Com o advento do Manifesto Republicano de 1870²², e a partir dos ideais de igualdade dos direitos humanos nele contido, surge em 1880 um movimento organizado de mulheres com o objetivo de sensibilizar o Congresso Nacional para incluir nas pautas parlamentares o debate sobre o direito do voto das mulheres e sua consequente condição de se tornarem candidatas²³. Na Assembleia Constituinte de 1891, o sufrágio feminino entra nas pautas de discussões, sem, no entanto, consolidá-lo. Além dos argumentos relacionados à inferioridade das mulheres, a constituição também desconsiderou a

21 Mesmo com a mudança da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 e com o surgimento das primeiras escolas não religiosas destinadas à educação feminina, os conhecimentos transmitidos às mulheres continuavam restritos aos afazeres domésticos, com exceção ao ensino da língua portuguesa.

22 Declaração publicada pelos membros dissidentes do Partido Liberal, liderados por Quintino Bocaiuva e Joaquim Saldanha Marinho. O manifesto tinha como objetivo central o fim do regime monárquico e a instauração da República no Brasil. O manifesto veio a público em dezembro de 1870, no primeiro número do periódico A República, do Rio de Janeiro. Ver: A Grande História do Brasil, Império: 1840-1889. São Paulo: Abril Cultural, 1981. 7 v. v. 4.

23 A Constituição Política do Império do Brasil de 1824 assegurava aos descendentes da família real e herdeiros da sucessão do trono, a prerrogativa de assumirem o cargo de senador a partir da idade de 25 anos, diferente da idade de 40 anos admitida para os demais candidatos. Tal garantia possibilitou a Princesa Isabel tornar-se a primeira e única mulher a ocupar um cargo no Senado no período que antecedeu a proclamação da República (a partir da 14ª legislatura até o final do Império).

mulher como indivíduo portador de direitos; isto é, a constituição de 1891 manteve como eleitores apenas “os cidadãos” maiores de vinte e um (21) anos de idade, excluindo os analfabetos, soldados, mendigos e religiosos (SOW, 2010; VAZ, 2008). A exclusão das mulheres, ressalta Pinto (2012), não foi explicitada na constituição; contudo, o termo cidadãos, no masculino, também não as incluía. Sem sucesso, algumas mulheres tentaram se alistar como eleitoras durante o período em que esta constituição vigorou (até o ano de 1934). Em grande parte, a oposição ao sufrágio feminino no Brasil baseou-se

na suposta nobreza, pureza e domesticidade das mulheres [...]. Ao contrário dos homens, a mulher vivia primariamente através dos sentimentos. Sua natureza singular determinava suas atividades, que deveriam ser limitadas ao lar e à família. [...] A mulher deveria ser um anjo confortador, companheira amorosa de seu homem e a deusa do lar, mas nunca sua adversária ou rival na luta cotidiana da vida. Para os positivistas, a mulher constituía a parte moral da sociedade, a base da família, que por sua vez era a pedra fundamental da nação. A feminilidade como um todo deveria se venerada e colocada à parte de um mundo de maldades (HAHNER, 1981, p. 85-86).

Assim sendo, a ideia do voto como direito feminino, desde esse momento não foi mais abandonada, o que propiciou o surgimento do movimento sufragista brasileiro, existente na Europa desde o final do século XIX. Já no século XX, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro do ano de 1910, é fundado o Partido Republicano Feminino; partido que tinha como objetivo principal mobilizar a sociedade em torno dos direitos políticos das mulheres, por meio da promoção de eventos como a marcha que reuniu cerca de noventa (90) mulheres em 1917. No entanto, o partido teve breve atuação, sendo extinto ao final da década de 1910 (COELHO e BAPTISTA, 2009; PINTO, 2003 e 2012).

Em 1918, Bertha Lutz (1894-1976), bióloga formada pela Universidade de Sorbonne (1918), advogada pela Faculdade do Rio de Janeiro (1933) e um dos principais nomes do feminismo brasileiro do século XX, organizou a Liga para a Emancipação Intelectual Feminina que, em 1922, transformou-se na Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), filiada à *International Woman Suffrage Alliance*. A FBPF era uma entidade que defendia os direitos políticos das mulheres, especialmente o direito ao voto. Embora o estatuto da FBPF previsse a defesa de outros temas, o centro de sua luta foi o voto feminino como reconhecimento dos direitos políticos e cidadania das mulheres (COELHO e BAPTISTA, 2009).

Esse mesmo período histórico foi marcado pelo crescimento da industrialização no Brasil. Segundo Coelho e Baptista (2009), as mulheres que atuavam no movimento operário reivindicavam questões trabalhistas de forma mais ampla e geral do que a FBPF, chegando a criticar o movimento liderado por Bertha por considerarem o voto um instrumento insuficiente para a conquista de mais dignidade pelas mulheres e de igualdade perante os homens. O ingresso maciço no mercado de trabalho, apontam Rado e Fagundes (2014, p. 8), não teve como efeito imediato a tão almejada emancipação e o reconhecimento da igualdade entre os sexos; pelo contrário, “o acesso ao trabalho e a conquista de direitos civis não haviam elevado as mulheres à condição de iguais”. No entendimento da filósofa e teórica feminista Simone de Beauvoir (1908-1986), as mulheres, apesar de terem conquistado seus direitos civis e sua inserção no mercado de trabalho, ainda encontram-se confinadas a um mundo essencialmente feminino.

Não se deve, entretanto acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita libertação: hoje o trabalho não é a liberdade. [...] Em sua maioria, os trabalhadores são hoje explorados. Por outro lado, a estrutura social não foi profundamente modificada pela evolução da condição feminina; este mundo, que sempre pertenceu aos homens, conserva ainda a forma que eles lhe imprimiram. É preciso não perder de vista esses fatos, dos quais a questão do trabalho feminino tira sua complexidade. [...] *elas* só conseguem a independência econômica no meio de uma classe economicamente oprimida; e por outro lado as tarefas realizadas na fábrica não as dispensam dos cuidados do lar. [...] em sua maioria as mulheres que trabalham não se evadem do mundo feminino tradicional; não recebem da sociedade, nem do marido, a ajuda que lhes seria necessária para se tornarem concretamente iguais aos homens (BEAUVOIR, 1967, p. 450, grifo da autora).

Entretanto, a conquista mais importante desse período foi o direito de votar e de ser votada. Em agosto de 1931, o código eleitoral provisório restringia o direito ao voto apenas às mulheres solteiras ou viúvas que comprovassem renda própria ou às mulheres casadas que tivessem o consentimento de seus maridos (COELHO e BAPTISTA, 2009; HAHNER, 1978 e 1981; PINTO, 2001, 2003 e 2012). Não obstante, tais restrições foram imediatamente questionadas pela FBPF, que se uniu à Aliança Nacional de Mulheres para a remoção das restrições do código. Através do decreto de vinte e quatro (24) de fevereiro de 1932, as brasileiras obtiveram o direito de votar e de se candidatar em condições de igualdade aos homens²⁴. Ressalta Hahner (1981, p. 125) que “as profissionais que levaram a campanha

²⁴ De acordo com Vaz (2008), o primeiro projeto de lei relacionado ao sufrágio feminino foi apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado Maurício de Lacerda em 1917.

sufragista à vitória em 1932 compreendiam apenas um pequeno segmento da população feminina nacional”. O sufrágio feminino não foi apenas um movimento da classe média brasileira, pois conforme a autora supracitada (1981), pode ser que as sufragistas brasileiras desfrutassem de laços próximos com a elite política, o que teria facilitado a obtenção do voto feminino no Brasil.

Com respaldo nesse código, foi eleita a Assembleia Constituinte em 1933, promulgando no ano seguinte (em 16 de julho de 1934) a nova constituição brasileira. A única mulher eleita para essa Assembleia Constituinte, num total de duzentos e catorze (214) deputados, foi a médica Carlota Pereira Queiroz (1892-1982), que participou dos trabalhos dessa assembleia integrando a Comissão de Saúde e Educação. Bertha Lutz permaneceu como suplente até 1936, quando assumiu uma cadeira após o falecimento de um deputado. Na constituição de 1934 as mulheres finalmente adquiriram o direito de votar e de serem votadas²⁵.

No entanto, em 1937, com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, o voto feminino, conquista pela qual se lutou desde a elaboração da constituinte de 1891, perdeu seu sentido (COELHO e BAPTISTA, 2009). Após o fim do Estado Novo (1937-1946), a FBPF perdeu seu poder de atuação e foi extinta. Na década de 1950, ao mesmo tempo em que houve um “retorno” dos valores femininos associados à esfera doméstica, em torno da tríade mãe/esposa/dona de casa, ampliava-se a presença das mulheres em diferentes espaços públicos, tanto sociais quanto profissionais, trazendo à tona conflitos que, de certo modo, perduram até hoje em função da necessidade de conciliar essas novas atividades com o seu papel familiar.

Nos anos de 1960, Estados Unidos e Europa viveram o surgimento dos movimentos sociais, inclusive o feminismo, que ressurgiu como um movimento libertário, reivindicando não somente um espaço para a mulher na vida pública, mas também de uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que a mulher tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (COELHO e BAPTISTA, 2009; PINTO, 2001, 2003 e 2012; SARTI, 1988). A partir de 1968 inicia-se uma segunda fase (ou onda) do movimento feminista, conhecido como “diferença radical” (COELHO e BAPTISTA, 2009).

25 Em 1928, Alzira Soriano (1897-1963) torna-se a primeira prefeita eleita do Brasil e da América Latina. Eleita pela cidade de Lajes, interior do estado do Rio Grande do Norte, assumiu seu mandato em 1º de janeiro de 1929, exercendo o mandato por apenas um ano, quando abdicou do cargo em 1930, dois anos antes de as mulheres conquistarem o direito ao voto no Brasil.

Nesse momento, defendia-se a ideia de que “as mulheres não são inferiores aos homens, mas, também não são iguais a eles e que essa diferença, longe de representar uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor de crítica da cultura” (OLIVEIRA, 1999, p. 71). Quando o feminismo surge na Europa e nos Estados Unidos, o Brasil vivia um novo período de exceção e de repressão da luta política legal e, por esse motivo, sua expressão foi aqui adiada (PINTO, 2001, 2003 e 2012; SARTI, 1988 e 1998). Desse modo, o feminismo que se desenvolveu no Brasil teve características de mais de uma etapa, ocorrendo concomitantemente, principalmente a segunda e a terceira fase²⁶. Discorre a autora:

Outro traço que marca a diferença do feminismo no Brasil, pelo menos com relação aos países europeus, é o próprio caráter dos movimentos sociais nos dois contextos. [...] Os movimentos sociais que surgem na história política europeia, a partir de fins da década de 60 têm uma forte conotação cultural, questionando os valores da sociedade industrial, buscando mostrar que nem tudo está bem quando as necessidades básicas estão garantidas. Em sua atuação, contrapõem-se ao Estado, pondo em questão a noção de bem-estar social.

No Brasil, os movimentos sociais urbanos são organizados com base local, enraizando-se na experiência cotidiana de seus protagonistas, os moradores das periferias. Têm como característica básica a reivindicação de melhor distribuição dos equipamentos de infraestrutura urbana e dos bens de consumo coletivos. Dirigem sua atenção ao Estado, enquanto agente promotor do bem-estar social. [...] Essa forma de participação das mulheres em movimentos de bairro tem como referência o mundo da reprodução – incluindo a família e suas condições de vida – que caracteriza a forma básica de identificação social tradicionalmente atribuída à mulher (SARTI, 1988, p. 40-41).

Desse modo, o feminismo assumiu um caráter interclasse, de composição heterogênea, remetendo diretamente às especificidades da sociedade brasileira. O feminismo inicia, aponta Sarti (1988 e 1998), entre as camadas médias urbanas, expandindo-se através de articulações com as camadas populares (numa frágil relação com a Igreja Católica²⁷), propondo a politização do mundo privado, repensando as relações mais fundamentais e naturalizadas da heterogeneidade da mulher brasileira. As reivindicações das feministas brasileiras a partir da década de 1960 estavam relacionadas ao momento político, voltadas para a luta pela abertura democrática e por demandas sociais como igualdade salarial, melhorias nos serviços públicos,

26 No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto (PINTO, 2012), embora no país o movimento sufragista não tenha adquirido o caráter de massa visto nos Estados Unidos e na Inglaterra (PRÁ, 2014; SARTI, 1988).

27 De acordo com Sarti (1988), as organizações femininas nas periferias nasceram e ganharam força como parte da linha de trabalho pastoral, o que colocou o feminismo e a Igreja em constante enfrentamento, na busca de hegemonia entre os grupos populares.

entre outras. Ou seja, nesse contexto autoritário, os problemas mais gerais da sociedade se sobrepuseram aos problemas mais específicos das mulheres (SARTI, 1988 e 1998).

Foi no ambiente do regime militar que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. Segundo Pinto (2012), os militares viam com desconfiança as manifestações feministas, justamente por entendê-las como política e moralmente perigosas. Nessa década, surgem diversos grupos de reflexão de mulheres que se reuniam nas casas de algumas delas, e onde se produziu grande parte do pensamento feminista brasileiro dos anos de 1970. As mulheres exiladas também se organizaram fora do país (COELHO e BAPTISTA, 2009; PINTO, 2001, 2003 e 2012); porém, conforme aponta Pinto (2003), essas mulheres foram muitas vezes criticadas por seus companheiros que viam nas demandas femininas uma ameaça, tanto para a luta contra o regime militar, como para seus postos de trabalho. Ainda segundo a autora, a defesa dessas demandas femininas chegava a ser acusada de “um sério pequeno desvio-burguês” (PINTO, 2003, p. 45).

Ainda nessa década, as mulheres brasileiras tiveram importante atuação político-social. Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) atribuiu esse ano como sendo o “Ano Internacional da Mulher”, além da primeira década da mulher (COELHO e BAPTISTA, 2009; PINTO, 2001, 2003 e 2012; SARTI, 1988 e 1998). Nesse mesmo ano, marco inicial da mobilização das mulheres no Brasil, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro um evento que permitiu a criação do Centro da Mulher Brasileira (Rio de Janeiro) e do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (São Paulo) que, em 1978, entregou aos candidatos das eleições parlamentares daquele ano a Carta das Mulheres. Com isso, o apoio político das mulheres foi condicionado ao compromisso dos candidatos com essas reivindicações.

Também em 1975 se organizou o Movimento Feminino pela Anistia, que exerceu papel fundamental na anistia aos presos políticos. Em 1976, o Dia Internacional da Mulher voltou a ser comemorado no Brasil, na data de oito (8) de março, o que estava proibido desde a instauração do regime militar, em 1964. No ano de 1976, foram realizadas diversas manifestações contra a ditadura militar e em defesa da anistia. A retomada dessas manifestações, aponta Teles (2003), representou um fator de aglutinação e de articulação de mulheres, reunindo desde donas de casa a operárias e intelectuais em torno dos mesmos interesses; embora existissem clivagens que sempre permearam o movimento (SARTI, 1988).

As questões feministas ganham mais espaço quando inicia o processo de redemocratização no país. Nesse momento, o feminismo brasileiro se diferencia, ainda, pela

busca de alguns de seus setores de influenciar as políticas públicas, não somente como grupos de pressão, mas pelo uso de órgãos institucionais criados pelo Estado, como as Delegacias de Defesa da Mulher e os Conselhos Estaduais da Condição Feminina (PINTO, 2001, 2003 e 2012; MARTINS, 2012; SARTI, 1988).

Em 1983, é criado o Movimento de Mulheres pelas Diretas Já, que atuou diretamente na luta pelo retorno às eleições diretas para presidente da República. Com a eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência – e em decorrência do seu falecimento – foi criado pelo seu sucessor José Sarney, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985, promovendo junto de outros grupos uma campanha nacional pela inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 5º, I, consolida a igualdade de direitos entre homens e mulheres: “I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

A Assembleia Nacional Constituinte, instalada na legislatura 1986-1990 era composta por vinte e seis (26) deputadas federais (5,7% do total de 559 deputados), sendo que a maioria das eleitas não tinha inserção no movimento feminista (COELHO e BAPTISTA, 2009; SARTI, 1988). Mesmo assim, formaram a bancada feminina (ou bancada do batom), apresentando trinta (30) emendas com reivindicações dos movimentos feministas, além de outras de origem popular.

A composição da bancada feminina é heterogênea. Em termos de sua vinculação partidária, no conjunto da votação do Congresso obtida por cada partido, os partidos de esquerda elegeram mais mulheres do que os de direita. [...] Com isso, a bancada feminina tem uma composição diferente do conjunto do Congresso, com a balança pendendo um pouco mais para a esquerda e uma provável atuação mais progressista. [...] A eleição das mulheres não esteve diretamente ligada à sua atuação na arena política. Os mecanismos que levaram à sua presença no Congresso não estão necessariamente relacionados à militância política das candidatas. Algumas são militantes partidárias ou feministas de longa data; outras, no entanto, foram eleitas graças ao prestígio político de seus pais ou maridos (SARTI, 1988, p. 47).

Na última década do século XX, ressalta Pinto (2012) o movimento feminista sofre, seguindo uma tendência mais geral, um processo de institucionalização por meio da criação de organizações não governamentais (ONGs) focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado para a aprovação de medidas de proteção para as mulheres e na busca de mais

espaço para uma maior participação feminina. De acordo com Sarti (1988), após as eleições de 1982, várias mulheres ingressaram na administração pública com o objetivo de encontrar espaços mais permeáveis para atender suas reivindicações. Nesse sentido, cabe salientar que o espaço da política não é um espaço novo a ser conquistado, mas sim, o espaço do outro que tem de ser rompido e transformado.

Desse modo, o poder institucionalizado é criticado pelo movimento feminista não somente pela ausência numérica feminina, mas também, ressalta Araújo (2012a), por sua associação entre masculino e as suas limitações e aporias, implicando em duas manifestações paralelas de exercício de poder, a saber: 1) o exercício da dominação masculina, a capacidade de mando, o poder patriarcal, legitimado e regulado publicamente, sobre as mulheres e a família em geral e; 2) o exercício do poder político, reservado exclusivamente aos homens, cujas instituições representativas permanecem marcadas pela pequena presença feminina.

Apesar dos significativos avanços obtidos pelas mulheres na luta pela igualdade de direitos políticos, concretizada especialmente através do ato de votar e de poder ser votada, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido para alcançar uma efetiva igualdade de representação política por parte das mulheres. O direito de voto e de alistamento eleitoral, ainda que tenham sido as grandes conquistas femininas do século XX, não foram capazes de romper com as barreiras institucionais e as resistências argumentativas que impedem (ou dificultam) a partilha do poder entre mulheres e homens, o que tem demandado por parte dos movimentos feministas e de mulheres novas etapas de luta para responder ao cenário da sub-representação das mulheres na política, sobretudo no Brasil.

4.3. Sub-representação política feminina no Brasil

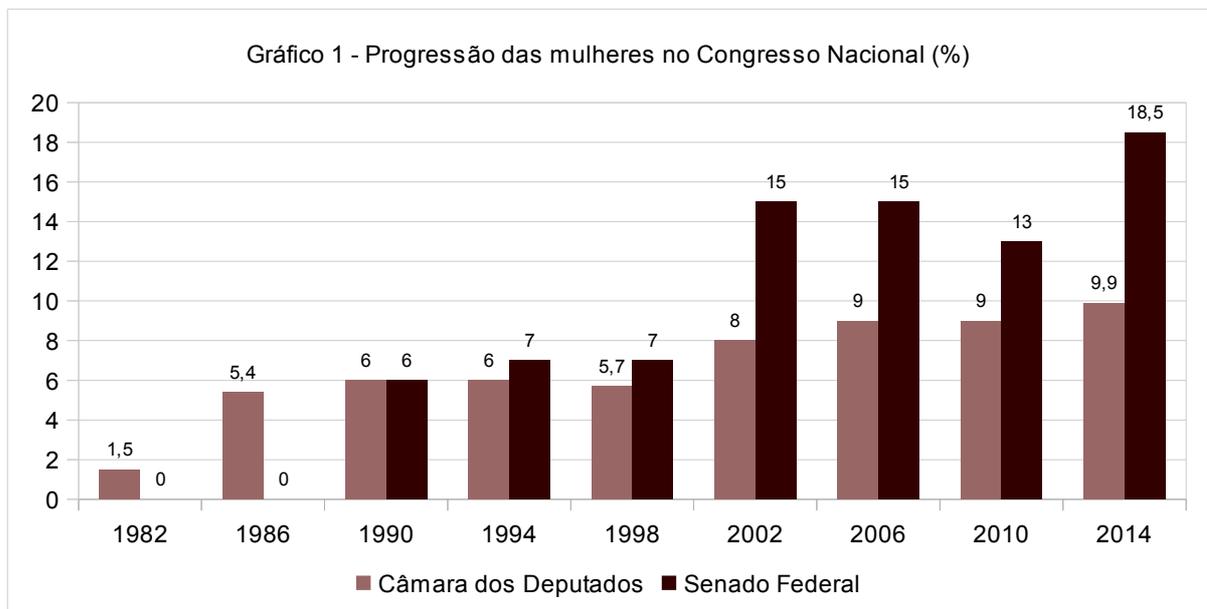
Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) sobre a projeção da população do Brasil indicam que pouco mais da metade da população brasileira (50,6%) é composta pelas mulheres, um número equivalente a 105.189.655 milhões de habitantes²⁸. Entre os eleitores, as mulheres também são maioria. Segundo levantamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2017), nas eleições de 2014, as mulheres correspondiam a 77.459.424 eleitoras diante de 68.247.598 eleitores do sexo masculino²⁹. Em relação às

²⁸ A população brasileira atual é de 207.653.463 milhões de habitantes (IBGE, 2017).

²⁹ De acordo com dados do TSE (2017), até o final do ano de 2016, o número total de eleitores no Brasil era de 144.088.912, sendo 74.926.234 (52%) mulheres e 69.162.678 (48%) homens.

candidaturas femininas nas eleições de 2014, observa-se um aumento da participação de mulheres que disputaram cargos eletivos: foram 6.752 candidatas contra 5.056 referentes ao pleito de 2010, ou seja, um aumento de 33,5%.

Contudo, a proporção da participação feminina na política brasileira está muito abaixo dos 30% estipulado como mínimo pela legislação eleitoral. Se compararmos a composição do Congresso Nacional, veremos que, em 2010, as mulheres representavam apenas 9,0% (45 deputadas) dos quinhentos e treze (513) deputados federais. Na última eleição para a Câmara dos Deputados (2014), foram escolhidas cinquenta e uma (51) substitutas (9,9%), isto é, um pequeno aumento de 10% na composição da bancada feminina. No Senado, foram eleitas apenas cinco (5) senadoras entre as vinte e sete (27) vagas disponíveis, dividindo espaço com outras seis (6) mulheres que cumprirão mandato até o ano de 2019. Quer dizer, serão onze (11) mulheres de um total de oitenta e um (81) senadores (13,6% do Senado Federal). Se avaliarmos os resultados das eleições nos últimos 30 anos, constataremos um lento crescimento da participação das mulheres no Legislativo brasileiro. Conforme o Gráfico 1, podemos observar a progressão das mulheres na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

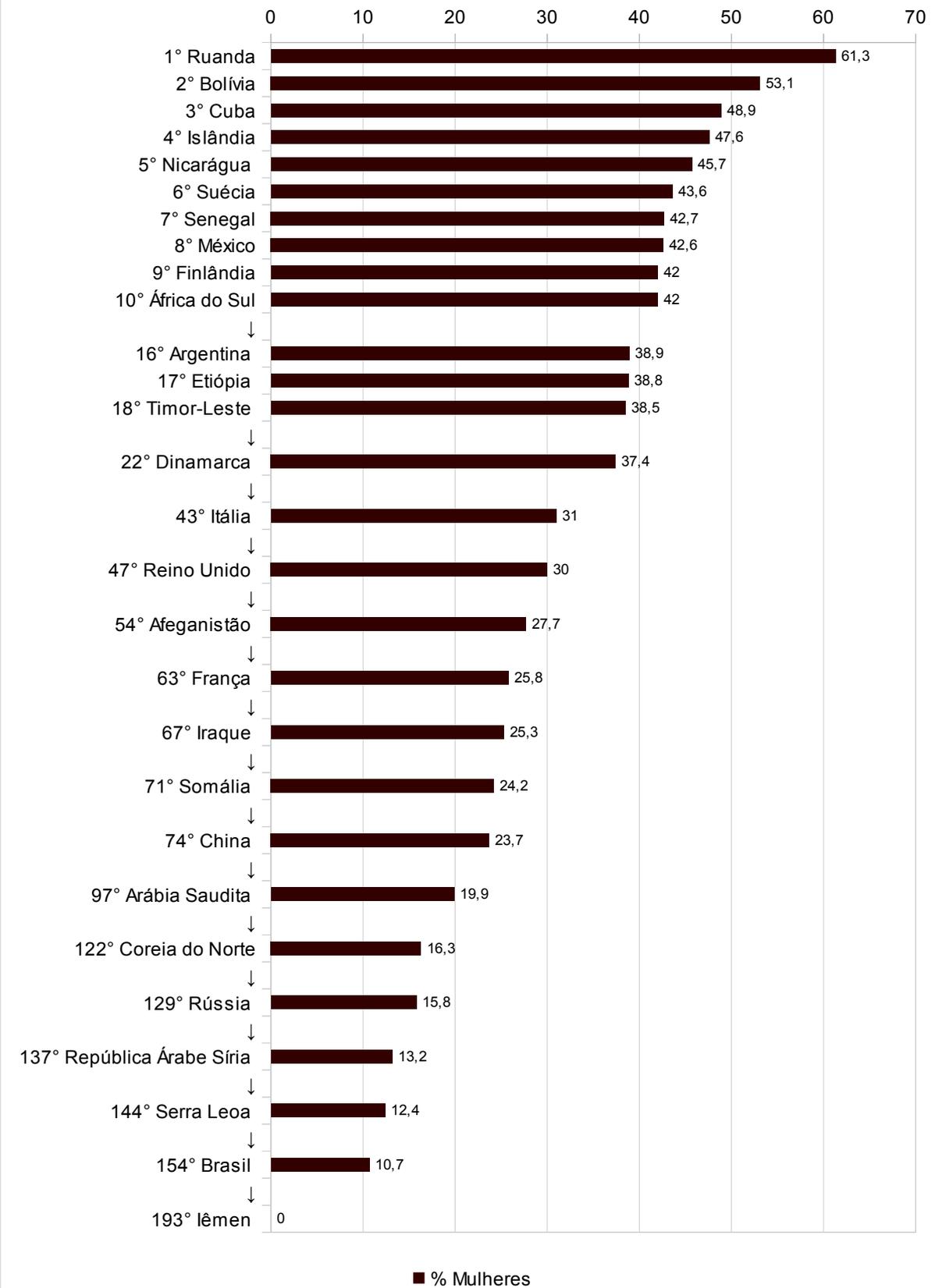


Fonte: Senado Federal, Câmara dos Deputados, 2015.

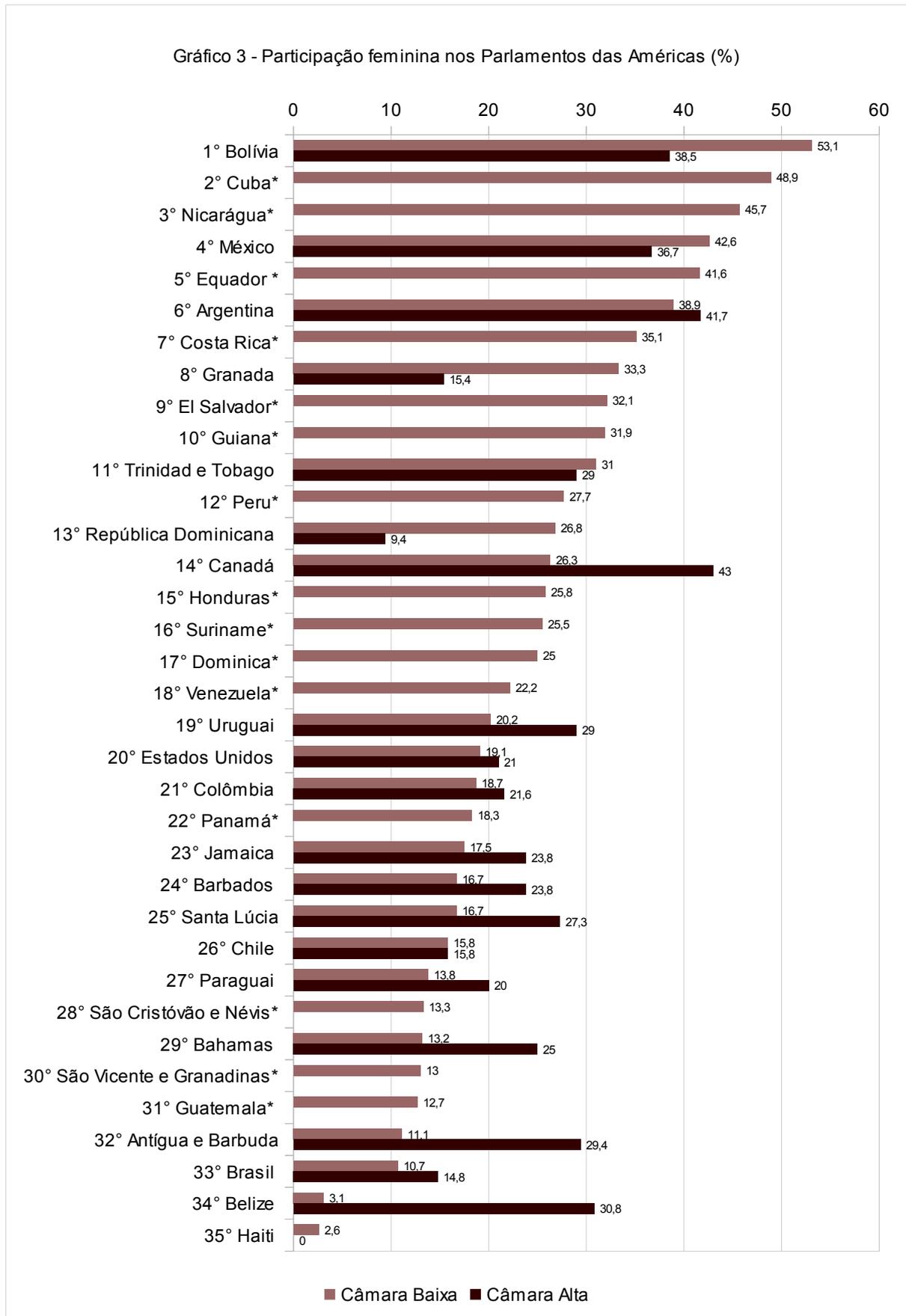
Se compararmos o quadro da representação política feminina no parlamento brasileiro com o de outros países³⁰, constataremos que a situação, além de preocupante, nos exige uma reflexão acerca dos condicionantes que permitem que tal cenário se desenvolva no país, sendo que o Brasil tem adotado medidas que tendem a favorecer a implementação de reivindicações femininas.

³⁰ Ranking de 193 países (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2017). Os países estão classificados de acordo com a percentagem de mulheres nas câmaras baixas do Parlamento ou nos parlamentos unicamerais.

Gráfico 2 - Participação feminina nos Parlamentos Unicamerais ou em suas Câmaras Baixas no mundo (%)

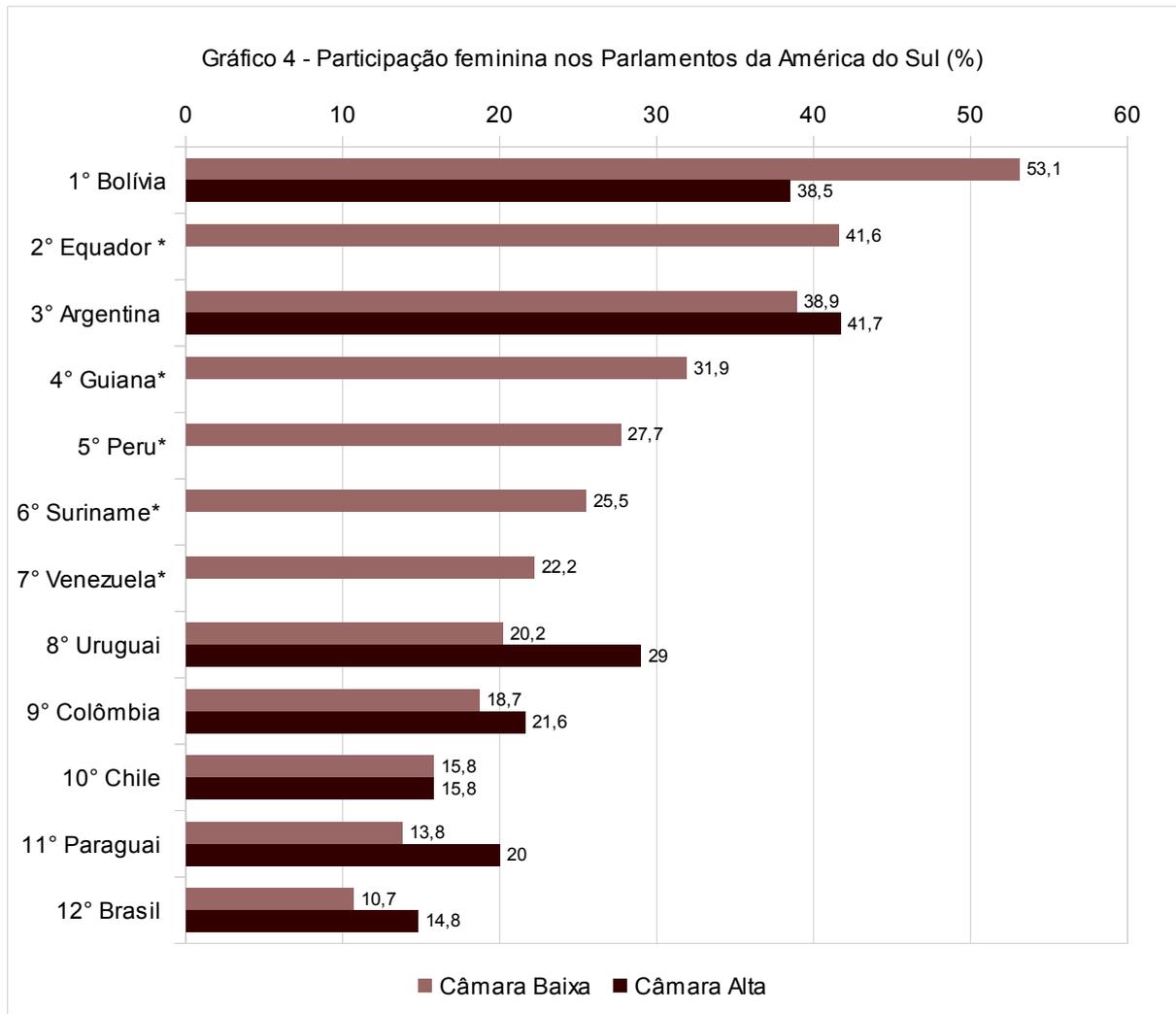


Fonte: Inter-Parliamentary Union, 2017.



Fonte: Inter-Parliamentary Union, 2017.

* Países com legislatura unicameral.



Fonte: Inter-Parliamentary Union, 2017.

* Países com legislatura unicameral.

Diante dos dados expostos, questiona-se: por que as mulheres são ainda pouco representadas na política brasileira? E quais são os fatores que ajudam a explicar a sub-representação feminina? As mulheres formam um dos últimos grupos sociais a conquistar os seus direitos políticos nas democracias contemporâneas. Mesmo nas mais desenvolvidas, as mulheres ainda representam um peso relativamente pequeno na distribuição de posições de representação política, como pôde ser observado nos gráficos acima.

Durante a década de 1990, a questão da representação política feminina se tornou um dos temas mais importantes sobre a efetividade do modelo democrático de governo representativo. Na atualidade, o debate político sobre participação política das mulheres tem centrado sua atenção em dois argumentos fundamentais, a saber: o primeiro, está relacionado

a uma noção de justiça social³¹ ou de reconhecimento, partindo da ideia de que, segundo Moisés e Sanchez (2014), é impensável o sistema político democrático apoiar-se na premissa de que o talento e/ou as virtudes essenciais à vida pública são atributos exclusivamente masculinos; já o segundo argumento se refere ao comprometimento da eficácia de instituições como os parlamentos e os partidos políticos em decorrência da exclusão das mulheres, afetando não somente o desempenho dessas instituições, como também a legitimidade da própria democracia representativa. Desse modo, a presença das mulheres em cargos de representação política implica, acima de tudo,

[...] em as sociedades contemporâneas reconhecerem a natureza singular da contribuição social e política das mulheres e, ao mesmo tempo, fazerem aumentar o respeito devido a elas ao requalificar o seu lugar na sociedade, na cultura e na política contemporâneas. Em vista de elas terem experiências de vida distintas dos homens, envolvendo percepções e avaliações diferentes sobre o processo político democrático, a sua participação teria o potencial de questionar a democracia representativa colocando em pauta a necessidade de incorporação de interesses e perspectivas raramente considerados pelo sistema político. [...] A sub-representação feminina, especialmente nos parlamentos e nos partidos políticos, passou a ser vista, portanto, como expressão de um déficit democrático que questiona a qualidade das democracias realmente existentes (MOISÉS e SANCHEZ, 2014, p. 92).

Segundo Ribeiro (2011), o fenômeno da sub-representação deve ser compreendido a partir de uma perspectiva multicausal, isto é, a baixa presença de mulheres ocupando cargos políticos pode ser explicada por fatores de outras ordens, sobretudo, fatores político-institucionais; entretanto, é admissível também supor que aspectos simbólico-culturais (como os processos de socialização política e a própria cultura política) contribuam para a configuração de tal sub-representação. Na análise dos fatores político-institucionais, referentes principalmente aos processos eleitorais, observaremos a interação e a influência de diversos aspectos relacionados não somente ao sistema eleitoral, mas a própria conjuntura política, aos contextos culturais e socioeconômicos, entre outros (ARAÚJO, 2013).

De acordo com a literatura especializada (ARAÚJO, 2013; GROSSI e MIGUEL, 2001; MOISÉS e SANCHEZ, 2014; RIBEIRO, 2011; SACCHET, 2009, 2011 e 2012), a representação política feminina é influenciada por três distintos elementos: o financiamento

31 Deve-se a Nancy Fraser a percepção inovadora sobre as bases teórico-analíticas de uma teoria da justiça. Segundo a autora (2002a, 2002b e 2007), a justiça social, entendida no caso das mulheres como igualdade de participação e de representação política, somente seria conquistada através de critérios diferenciados; porém, associados aos fenômenos econômicos (redistribuição), simbólico-culturais (reconhecimento) e políticos (representação).

(ou subfinanciamento) de campanhas, o sistema eleitoral e pelos partidos políticos. Segundo Sacchet (2009, 2011 e 2012), existem quatro hipóteses que pretendem explicar o financiamento (ou subfinanciamento) das campanhas femininas, a saber: 1) o financiamento privado, isto é, a capacidade de angariar recursos próprios, o que deixa as mulheres em condições de desvantagem em relação aos homens; 2) o acesso limitado a determinados tipos de redes (sociais e/ou políticas)³²; 3) o baixo apoio de doadores financeiros da iniciativa privada para candidaturas femininas e, por fim; 4) a discriminação dos partidos na distribuição de recursos do fundo partidário às mulheres, na formação de mulheres para a política e no descaso com o cumprimento da lei de cotas.

Entre fatores simbólico-culturais que contribuem na explicação da deficitária representação política das mulheres, Álvares (2011) cita, entre eles, os estereótipos, mitos e tabus associados à definição dos papéis sexuais e dos tradicionais modelos de comportamento³³ e o sistema educacional, que reforça e define funções tradicionais das mulheres. Miguel e Biroli (2010) ainda citam a dupla jornada feminina como um dos motivos que concerne ao baixo índice de ocupação de cargos políticos eletivos. Conforme expõe Matos (2011), em culturas mais tradicionais, é comum a presença de atitudes e percepções em relação ao papel da mulher que a segregam no âmbito das tarefas do lar, com o cuidado dos filhos e da família, ou mesmo ao emprego doméstico.

Há duas hipóteses que visam compreender a influência do capital político³⁴ no êxito das mulheres em uma eleição: a primeira hipótese se refere ao tempo necessário à prática política (BOURDIEU, 1986), ou seja, candidatas que estão inseridos há mais tempo na vida pública possuem chances maiores de vencer uma eleição; e a segunda hipótese defende a ideia de que candidatas com um maior capital político têm mais acesso a recursos financeiros (SACCHET, 2009, 2011 e 2012). Para Grossi e Miguel (2001) e Ribeiro (2011), a própria lógica do cálculo eleitoral privilegia os parlamentares que já têm mandato, quer dizer, as candidatas enfrentam a falta de apoio financeiro e de recursos materiais a suas campanhas nos partidos políticos mesmo quando demonstram reunir todas as condições de obter vitória na competição eleitoral, isto é, muitas vezes, aponta Ribeiro (2011, p. 199), a discriminação de gênero acaba por

32 Ver Bourdieu (1986).

33 Matos (2011) tem afirmado que há muito tempo as teorias funcionalistas e da socialização já enfatizaram a importância que têm os papéis estereotipados de gênero e raça, para reforçar a predominância de atitudes tradicionais ou conservadoras para definir o lugar ocupado pelas mulheres, sobretudo as negras, numa divisão estrita nas esferas públicas e privadas.

34 Segundo Pierre Bourdieu (1986), o capital político é uma espécie de capital simbólico, pois está legitimado pelo reconhecimento fornecido pelos próprios pares, ou seja, pelo reconhecimento social que permite que alguns indivíduos sejam aceitos como atores políticos e, portanto, com a capacidade necessária para agir politicamente.

sobrepôr-se à racionalidade que objetiva o sucesso eleitoral, “indicando que a reprodução de determinadas concepções culturais estruturam, no interior dos partidos, condições desiguais de competição política entre homens e mulheres”.

No contexto mais amplo das ações afirmativas, as políticas de cotas de gênero, basicamente, são medidas que reconhecem as discriminações existentes na esfera política e que agem na tentativa de impedir que as mesmas se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por gênero, ressaltam Grossi e Miguel (2001) e Vaz (2008), essa ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de uma relação mais equânime entre homens e mulheres no plano da representação política; visto que em uma democracia, além de suas variáveis institucionais, exige-se também um grau maior de engajamento político e de participação social na vida pública, o que implica na inclusão progressiva de diferentes grupos sociais nos processos decisórios (SACCHET, 2009 e 2012; YOUNG, 2006). Para Pippa Norris (2013, p. 19), “as cotas representam um instrumento que introduz um critério formal específico de seleção, na forma de limites máximos ou mínimos para um dado grupo, nos procedimentos de seleção, seja para cargos eleitos, seja para cargos nomeados na esfera pública”. Nessa perspectiva, as cotas não podem ser vistas como medidas isoladas para solucionar a representação das mulheres na política, mas como mecanismos capazes de criar condições que favoreçam a implementação das reivindicações femininas (VAZ, 2008).

Em 29 de setembro de 1995, foi adotada pela primeira vez no Brasil uma lei de cotas (Lei nº 9.100/95, art. 10, § 3º)³⁵ para cargos da legislatura municipal, prevendo o mínimo de 20% de candidaturas para mulheres. Em 1997, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97, art. 10, § 1º) estende a medida para os demais cargos eletivos por voto proporcional – Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Distrital e Municipais – alterando o texto anterior, assegurando, não mais uma cota mínima para as mulheres, mas uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70%, para qualquer um dos sexos. No ano de 2009, uma nova alteração no texto da lei fez com que seu cumprimento fosse obrigatório (Lei nº 12.034/2009)³⁶. No Brasil, aponta Grossi e Miguel (2001), as duas leis de cotas foram aprovadas pelo Congresso Nacional com o apoio de grande parte da bancada masculina; porém, esse apoio precisou ser negociado e, junto com as cotas, os parlamentares aprovaram também um aumento no número total de candidaturas que os partidos poderiam apresentar

35 Lei proposta pela deputada Marta Suplicy (PT).

36 A lei 12.034/2009 também determinou a obrigatoriedade de os partidos políticos destinarem 5% do fundo partidário à formação política das mulheres, além da obrigatoriedade da destinação de 10% do tempo de propaganda partidária para a promoção e difusão da participação política feminina na política nacional.

nos pleitos eleitorais, o que, na prática, resultou em uma redução do impacto da medida aprovada.

A adoção de cotas contribuiu para o aumento de candidaturas de mulheres, no entanto, não refletiu em um acréscimo de mulheres eleitas, demonstrando que a adoção de uma lei de cotas não foi suficiente para uma maior representação feminina; isto é, as cotas não garantem por si próprias, que o sistema político se torne mais receptivo às demandas das mulheres (ÁLVARES, 1999; ARCHENTI e TULA, 2013; MATOS, 2009; MIGUEL, 2009; SOW, 2010; VAZ, 2008). No caso dos baixos índices de mulheres eleitas para cargos eletivos e do não cumprimento da lei de cotas, Araújo (2013) expõe duas explicações possíveis para tal cenário: a primeira, diz respeito aos partidos políticos, que alegam faltar mulheres dispostas a se candidatarem, ou seja, haveria um número insuficiente de candidatas, pois não haveria interesse destas em se candidatar. Nesse caso, “a responsabilidade é posta sobre as mulheres como um problema de livre e particular escolha individual e não um problema da democracia” (ARAÚJO, 2013, p. 2). Por outro lado, as reações e críticas ao não cumprimento das cotas esbarram, especialmente, no aspecto do preconceito, da resistência e/ou do tradicionalismo dos partidos políticos (ARAÚJO, 2013; MATOS, 2009).

No entendimento de Phillips (1993 e 2001), as cotas representam um meio de equiparar o acesso político de grupos oprimidos, possibilitando uma maior implementação de políticas públicas de gênero. A reivindicação pelos membros de grupos marginalizados por mais espaços na política não objetivaria a representação dos interesses desse grupo em particular, mas uma distribuição mais igualitária de distintas posições representativas entre diferentes grupos sociais. Para a autora:

Uma vez que a diferença seja concebida em relação àquelas experiências e identidades que podem constituir diferentes tipos de grupos, fica bem mais difícil satisfazer demandas por inclusão política sem também incluir os membros de tais grupos. É concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideias com as quais concordam. Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres *per se*? (PHILLIPS, 2001, p. 273).

Sendo assim, os interesses das mulheres seriam defendidos de forma mais eficaz na esfera política se representados por quem realmente compartilha das mesmas experiências e

interesses, ou seja, as próprias mulheres. Sendo assim, no campo da representação política, a demanda por reconhecimento vem sendo analisada por Phillips como o deslocamento de uma “política de ideias” em favor de uma “política de presença” (PHILLIPS, 2001).

Para a filósofa e cientista política Iris Young (2006), a representação política é entendida não como uma relação de substituição ou identificação, mas como um relacionamento diferenciado entre representantes e representados, com base na participação em atividades de autorização e prestação de contas. Nessa perspectiva, a inclusão de grupos oprimidos e discriminados, por meio das políticas de cotas, evidenciaria as particularidades das perspectivas dominantes, trazendo para o debate político novas percepções e diferentes apreciações sobre as relações entre grupos e processos históricos; transformando os modelos discursivos hegemônicos. Assim, “a democracia também pode ser fortalecida mediante a pluralização dos modos e espaços de representação” (YOUNG, 2006, p.158).

As pessoas muitas vezes reclamam que os grupos sociais dos quais fazem parte ou com os quais têm afinidade não são devidamente representados nos organismos influentes de discussões e tomadas de decisão [...] Essas demandas evidenciam que numa sociedade ampla e com muitas questões complexas os representantes formais e informais canalizam a influência que as pessoas podem exercer. Por essas razões, muitas propostas recentes de maior inclusão política nos processos democráticos defendem medidas que propiciem maior representação dos grupos sub-representados, especialmente quando esses grupos são minorias ou estão sujeitos a desigualdades estruturais (YOUNG, 2006, p. 141).

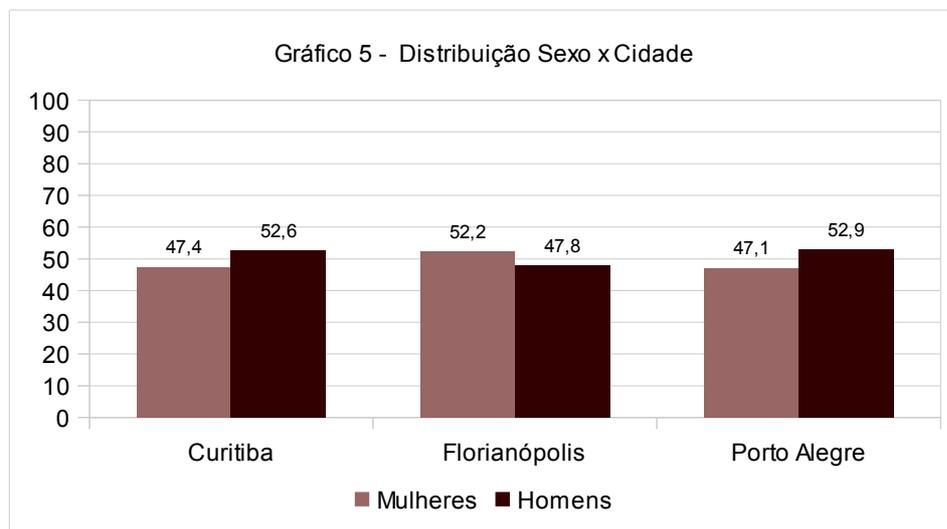
Dedicados aos estudos sobre mudanças culturais em perspectiva comparada, autores como Ronald Inglehart, Pippa Norris, Russell Dalton e Christian Welzel têm apresentado evidências empíricas de mudanças nas disposições das populações das chamadas sociedades pós-industriais em relação à igualdade de gênero, com impactos positivos sobre as instituições (DALTON e WELZEL, 2014; INGLEHART, NORRIS e WELZEL, 2004). Tais autores dão relevância primordial à experiência do desenvolvimento industrial, material e econômico como elementos que levariam essas sociedades a superar questões materiais empenhando esforços que levem à conquista de políticas redistributivas (MATOS, 2011). Nesse cenário, constatam os autores que seriam as mulheres (principalmente as mulheres negras) aquelas em situação de maior desvantagem material. Esta constatação estaria associada a uma transição valorativa de caráter mundial, conectada a uma crescente ênfase na autoexpressão e na

tolerância à diversidade, a despeito das significativas diferenças econômicas e culturais entre os países.

Conforme dados apresentados pelo IBGE (2017), as mulheres representam hoje mais da metade da população e do eleitorado brasileiro. Também são maioria entre a população economicamente ativa e vêm ocupando cada vez mais espaço no competitivo e generificado mercado de trabalho. Ocupam posição de destaque em relação aos níveis de escolaridade, tendo reduzido consideravelmente o número de mulheres analfabetas ao longo das últimas décadas; invertendo a diferença qualitativa de gênero que havia na educação. No entanto, as mulheres continuam sendo minoria no cenário político nacional. Apesar da importância das ações afirmativas de gênero para aumentar a participação política das mulheres, a sanção dessas normas não refletiu em um aumento de mulheres eleitas, demonstrando que a adoção de cotas não tem sido suficiente para uma maior representatividade feminina. Fatores político-institucionais e culturais, de fato, contribuem para o fenômeno da sub-representação das minorias ou dos grupos sociais que vivem em condições estruturalmente desiguais; entretanto, não revelam todos os impedimentos para que haja a garantia de equidade entre homens e mulheres no exercício da representação política. Dessa forma, faz-se necessário uma averiguação de elementos da cultura e da socialização política para uma melhor compreensão dos impedimentos que dificultam o acesso e a participação das mulheres na política.

5. ANÁLISE DE DADOS

Conforme mencionado no capítulo introdutório, o objetivo central desta pesquisa é examinar de que forma a socialização política contribui para uma participação ativa das jovens na vida política, isto é, para a ocupação de cargos políticos eletivos na esfera pública. Para isso, utilizaremos os dados da pesquisa empírica “Democracia, mídias e capital social”, realizada pelo NUPESAL/UFRGS. A pesquisa foi aplicada entre os anos de 2015 e 2016, em Porto Alegre/RS (2015), Florianópolis/SC e Curitiba/PR (2016). Foi entrevistado um total de 2.035 estudantes com idades entre 13 e 24 anos, de escolas públicas e privadas (do 1º ao 3º ano do ensino médio). A metodologia utilizada é a quantitativa, por meio do método de pesquisa tipo *survey*. A pesquisa centra sua análise unicamente na variável independente sexo, com foco, principalmente, no público feminino. No Gráfico 5, encontra-se a distribuição das (os) jovens por sexo e cidade.



n POA= 6n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,001.
Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

5.1. Participação política

A primeira série de questões procurou analisar dimensões relacionadas à participação política. Conforme Sani (1986), na terminologia corrente da Ciência Política, a expressão “participação política” é geralmente usada para designar uma variada série de atividades, como o ato do votar, a militância em partidos políticos, a participação em manifestações ou

em agremiações políticas, entre outros. Contudo, o termo “participação”, em sentido estrito, poderia ser reservado para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. Para a análise dos níveis de participação política juvenil, foram realizadas perguntas acerca do interesse, sentimentos e percepções em relação à política e ao sistema político brasileiro em geral. A primeira pergunta feita aos estudantes buscou verificar o interesse dos jovens pela política. Os dados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Você se interessa por política? (%)

	Muito	Pouco	Nenhum interesse	Total
Mulheres	19,9	64,3	15,7	100
Homens	23,7	55,8	20,4	100

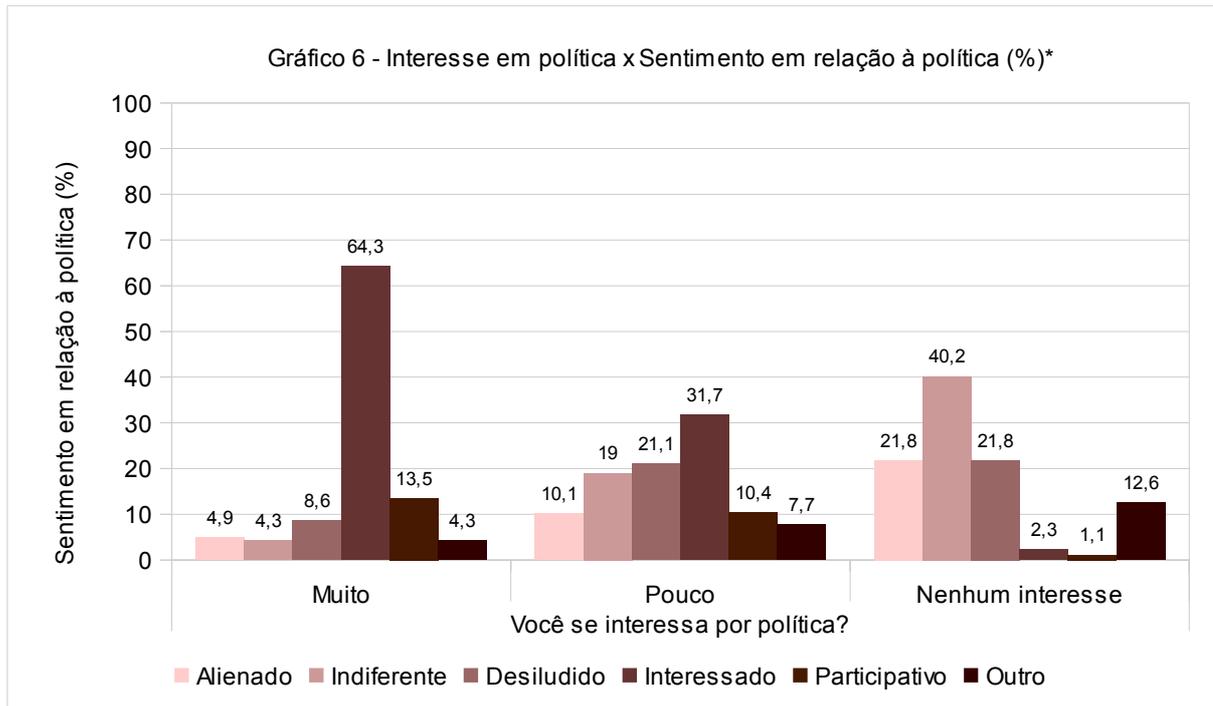
n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,001 (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).

Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

Como se pode verificar, 64,3% das jovens estudantes responderam ter pouco interesse em política, enquanto que entre os jovens esse percentual é de 55,8% (diferença de 8,5%). Se somarmos os percentuais de pouco e nenhum interesse, esse percentual aumenta para 80% entre o público feminino e 76,2% entre o masculino (diferença de 3,8%). Outro dado importante a ser observado se refere àqueles que responderam ter muito interesse em política. O percentual de mulheres que respondeu ter muito interesse em política (19,9%) é relativamente menor se comparado aos homens, 23,7%.

O Gráfico 6 demonstra a relação entre o interesse em política e os sentimentos que as jovens sentem pela política. Quando analisadas separadamente, as jovens que se mostram mais interessadas politicamente são também as que nutrem sentimentos mais positivos em relação à política, em média 78%. Entre as que possuem pouco interesse, o percentual se mantém próximo a 50%, tanto para sentimentos positivos quanto negativos; enquanto que para as jovens que não demonstram nenhum interesse em política, os sentimentos positivos se mantêm em torno de 3,5% e os negativos em 84%. Contudo, se separarmos os sentimentos entre positivos e negativos, perceberemos que as jovens tendem a demonstrar em média um pouco mais de sentimentos negativos (51%) do que positivos (42%)³⁷.

³⁷ Outros sentimentos somam 7%.



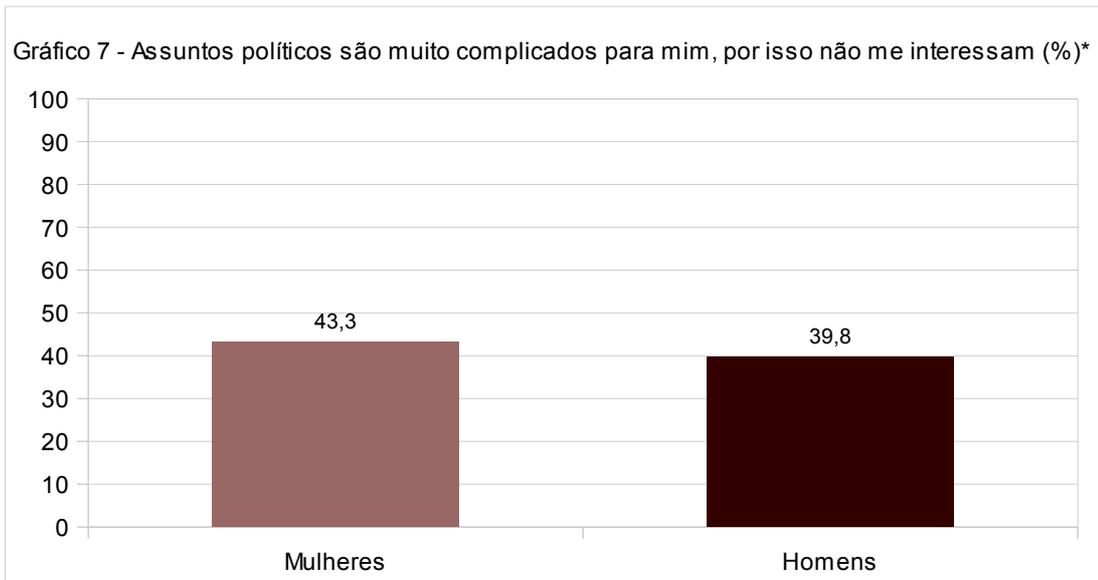
* Apenas variável sexo feminino.

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,000 (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).

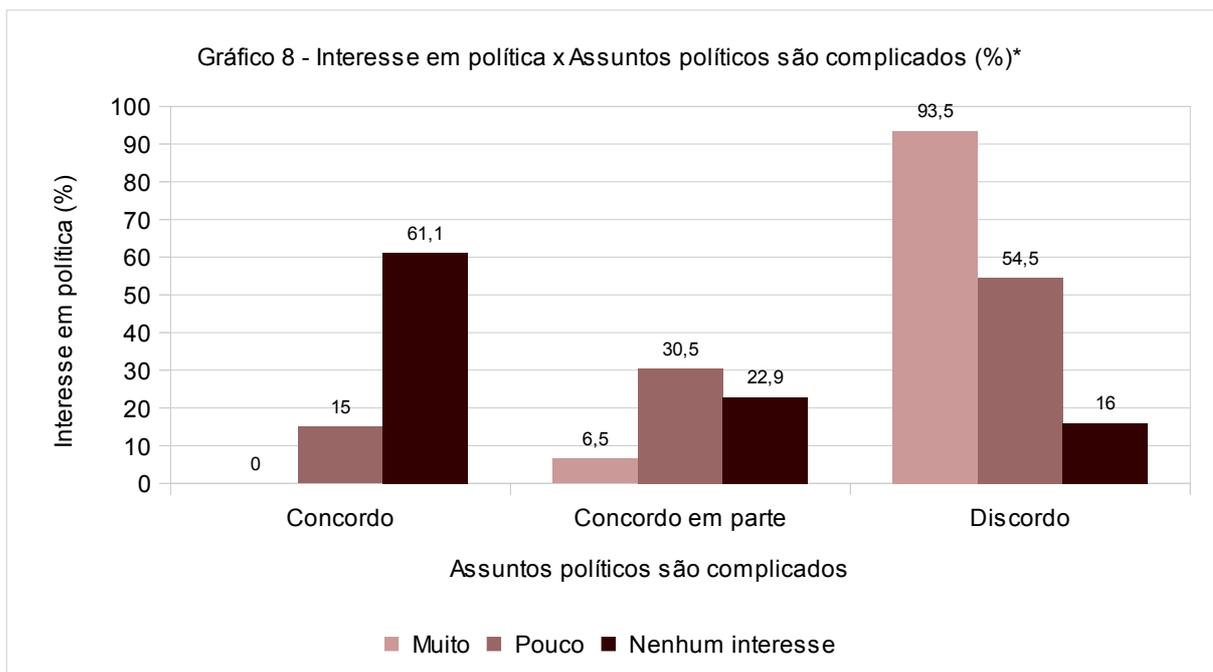
Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Para verificar as percepções dos jovens estudantes acerca da política e dos políticos, foram feitas algumas afirmações para os estudantes, medidas pelas respostas “concorda” com a afirmação, “concorda em parte” ou “discorda” totalmente. Conforme o Gráfico 7, ao questionar os jovens sobre a afirmação “assuntos políticos são muito complicados para mim, por isso não me interessam”, 43,3% das mulheres concordam com a afirmação de que assuntos políticos são realmente complicados e, por esse motivo, acabam perdendo o interesse na política. Entre os homens, esse percentual é de 39,8%.

Conforme demonstra o Gráfico 8, ao cruzarmos a afirmação com a variável “interesse em política” percebe-se que, das jovens que disseram ter muito interesse em política, 93,5% discordam totalmente dessa afirmação, 6,5% concordam em parte e nenhuma jovem concorda (somente 0,9% dos jovens concorda). Entre as que responderam não ter nenhum interesse em política, 61,1% concordam com a afirmação, já entre os homens, esse percentual é um pouco inferior (56,9%).



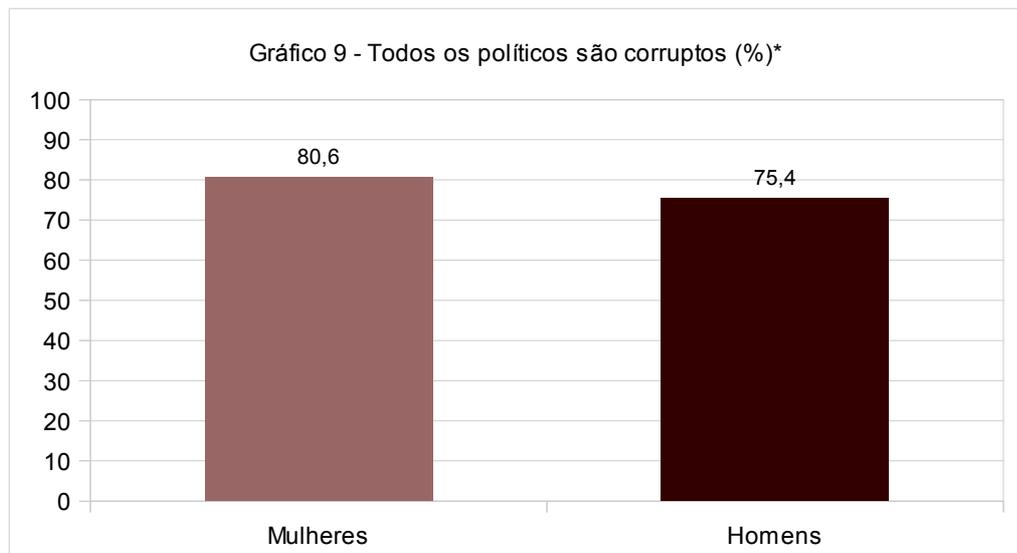
* Soma das alternativas concorda e concorda em parte.
 n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,289.
 Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.



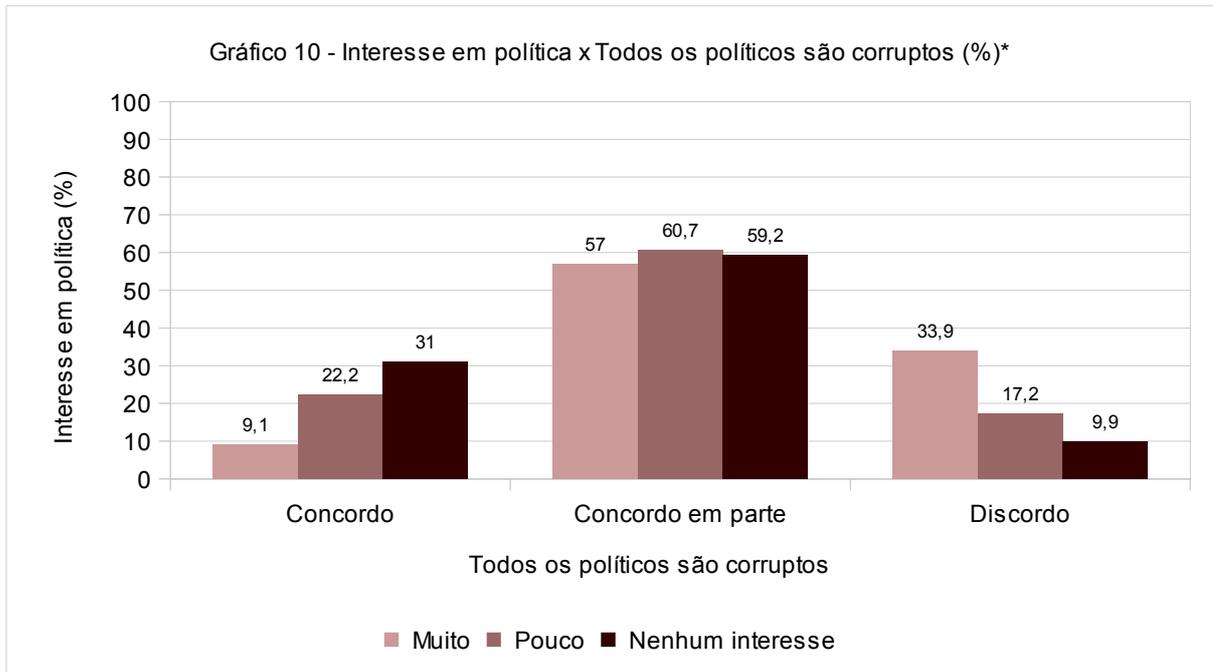
* Apenas variável sexo feminino.
 n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,000 (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).
 Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Os Gráficos 9 e 10 expressam as percepções dos adolescentes em relação à imagem dos políticos. Primeiramente, perguntou-se aos jovens estudantes: “Todos os políticos são corruptos”. Como se pode notar no Gráfico 9, a grande maioria das mulheres (80,6%) concorda com a afirmação, contra 75,4% dos homens. No entanto, conforme mostra o Gráfico 10, apenas 9,1% das jovens que possuem muito interesse em política concordam com a

afirmação, entre as que demonstram pouco interesse 22,2% e nenhum interesse, 31,0%, ou seja, percentuais relativamente baixos se comparados aos jovens (7,7%, 21,1% e 44,7%, respectivamente). Entre as que concordam em parte, encontramos os maiores percentuais: 57% entre as que possuem muito interesse, 60,7% para pouco interesse e 59,2% para as que não demonstram interesse por política. Em média, 78% dos jovens concordam com a afirmação de que todos os políticos são corruptos.



* Soma das alternativas concorda e concorda em parte.
n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,004 (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).
Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

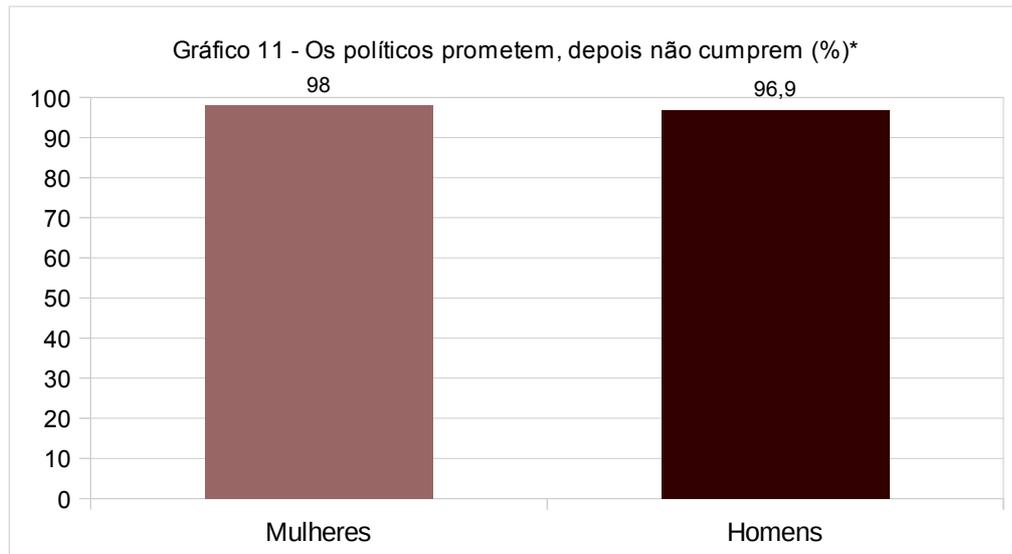


* Apenas variável sexo feminino.

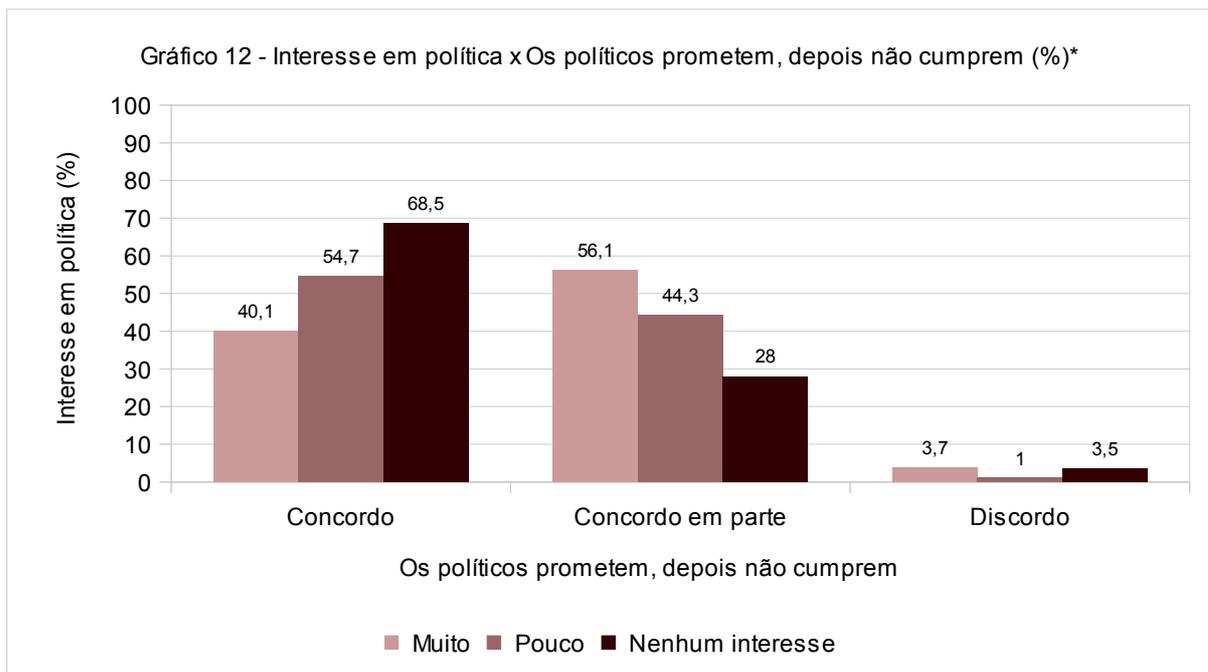
n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,000 (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).

Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Quando questionado se os “políticos prometem, depois não cumprem”, 98% das estudantes concordaram com a afirmação (vide Gráfico 11), um percentual muito elevado assim como entre os estudantes (96,9%). Os dados do gráfico nos mostram que, em média 98% dos jovens acreditam que os políticos prometem durante as campanhas eleitorais, porém não cumprem com suas promessas quando eleitos; logo, confirma-se uma percepção negativa sobre os políticos e o cenário político brasileiro atual, percepção que é assimilada por meio das transmissões diárias veiculadas pelos grandes meios de comunicação de massa e pela internet de casos de corrupção envolvendo políticos das mais altas esferas do governo. No Gráfico 12, ao cruzarmos a afirmação com a variável “interesse em política” percebe-se que, quase metade das jovens que disseram ter muito interesse em política concordam com tal afirmação (40,1%), 54,7% entre as que possuem pouco e 68,5% entre as que responderam não ter interesse em política. Entre os jovens, os percentuais são de 37,8%, 50,4% e 71,9%, respectivamente. Com relação as que discordam da afirmação, os percentuais são baixos, não chegando a 3% do total de mulheres.



* Soma das alternativas concorda e concorda em parte.
n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,091.
Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.



* Apenas variável sexo feminino.
n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,000 (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).
Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Em relação ao cenário político-institucional brasileiro atual, perguntou-se aos jovens qual solução eles acreditariam ser melhor para resolver os problemas do país: “um líder que coloque as coisas no lugar” ou “a participação da população nas decisões do governo”? Conforme a Tabela 2 percebe-se uma aproximação entre homens e mulheres no que diz respeito à participação política das pessoas como um fator imprescindível para a resolução de

conflitos na esfera pública. Cabe ressaltar o percentual um pouco mais elevado pela participação popular nas decisões do governo entre as jovens (66%) em comparação aos jovens (61,4%).

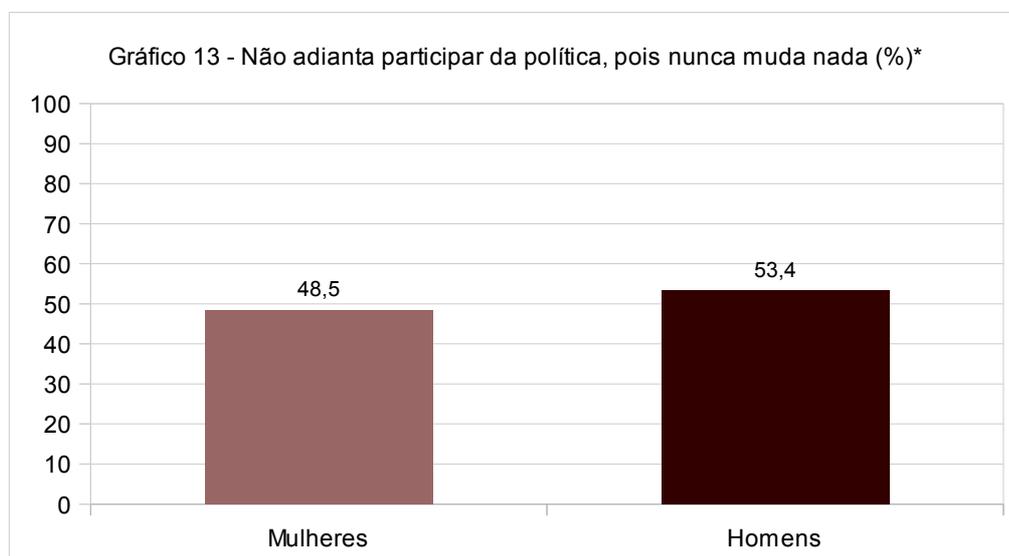
Tabela 2 – Pensando nos problemas do país, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolvê-los? (%)³⁸

	Um líder que coloque as coisas no lugar.	A participação da população nas decisões do governo.	Total
Mulheres	34,0	66,0	100
Homens	38,6	61,4	100

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,034 (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).

Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

Para corroborar tal resultado, foi feita a seguinte afirmação: “Não adianta participar da política, pois nunca muda nada”. Como se pode notar no Gráfico 13, 48,5% das mulheres e 53,4% dos homens concordam com essa afirmação. Apesar de não ser uma diferença significativa (aproximadamente 5%), os dados demonstram uma tendência um pouco maior entre as jovens para a participação política.



* Soma das alternativas concorda e concorda em parte.

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,091.

Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

Como observado na tabela anterior, o entendimento sobre “participação política” como um processo de ações e decisões que criam e modificam estruturas básicas das instituições

38 Questão do *survey*: Pensando nesses problemas do país, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolver estes problemas?

políticas e da própria sociedade é compartilhado pela grande maioria dos jovens (63,7%). De acordo com a Tabela 3, quando perguntado aos estudantes se estes participariam “se convidados por alguém” de atividades políticas, mais da metade dos entrevistados respondeu que participaria (54%), contra 46% que não participaria. Percebe-se que o interesse em participar de atividades políticas entre as mulheres é relativamente maior se comparado aos homens (57,6% e 50,4%, respectivamente). Isto sugere que, o interesse maior entre o público feminino em participar de atividades políticas vai numa direção contrária aos argumentos, por exemplo, dos partidos políticos, que alegam não haver mulheres suficientes, interessadas ou com um nível de conhecimento político necessário para participar da política e que, por esse motivo, acabam por não cumprir as metas propostas pela legislação eleitoral de cotas (ARAÚJO, 2013; ASTELARRA, 1987; MATOS, 2009; SACCHET, 2009, 2011 e 2012).

Tabela 3 – Participaria de atividades políticas, se fosse convidado (a)? (%)

	Sim	Não	Total
Mulheres	57,6	42,4	100
Homens	50,4	49,6	100

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,025 (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).

Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Tendo observado uma tendência maior entre as jovens à participação política, foi perguntado a elas o seu envolvimento em alguma modalidade de participação diferente das tradicionais instâncias de representação. As respostas encontram-se na Tabela 4.

Tabela 4 – Você costuma participar de: (%)

	Mulheres			Homens		
	Participo	Já participei	Não participo	Participo	Já participei	Não participo
Partidos políticos ¹	0,9	1,3	97,9	1,1	1,1	97,7
Associações comunitárias ^{2*}	4,8	18,8	76,4	2,8	14,5	82,7
ONGs ^{3*}	5,5	14,4	80,1	3,1	7,9	89,0
Orçamento participativo ⁴	1,1	3,4	95,5	0,4	4,2	95,3
Manifestações, protestos, passeatas ⁵	11,5	31,6	56,9	11,6	27,8	60,6
Ocupações (terrenos ou prédios públicos) ⁶	1,5	3,5	95,0	1,7	3,0	95,3
Movimentos sociais ^{7*}	11,4	23,5	65,1	6,0	19,6	74,4
Atividades no seu bairro ⁸	9,9	27,0	63,2	8,3	26,0	65,8

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q¹= 0,798; q²= 0,002; q³= 0,000; q⁴= 0,163; q⁵= 0,186; q⁶= 0,834; q⁷= 0,000 e q⁸= 0,364.

* q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis.

Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Entre as jovens que participam, há uma tendência maior em participar de entidades com caráter mais social, como associações comunitárias (4,8%), ONGs (5,5%) e atividades de bairro (9,9%), isto é, associações de viés privado. Cabe destacar que, o percentual de homens que não participam de nenhuma dessas atividades é superior a todos os percentuais femininos, o que ajuda a reforçar estereótipos de identificação social atribuídos às mulheres, conforme já mencionado anteriormente por Sarti (1988). Com relação aos partidos políticos, na atualidade, as mulheres têm participado menos que os homens (0,9% e 1,1%, respectivamente); porém, se somarmos os percentuais daqueles (as) que participam e dos (as) que já participaram, veremos que os valores se igualam em ambos os sexos (2,2%). O baixo percentual de participação nos partidos políticos, esclarece Baquero (1998 e 2001), pode estar relacionado à dificuldade desses canais de representação política em articular os interesses dos distintos grupos sociais presentes na sociedade brasileira, o que vem gerando um distanciamento e uma avaliação negativa da população em relação às tradicionais instituições políticas.

Quanto a novas formas de participação, nomeadamente as ocupações (de terrenos ou prédios públicos), manifestações, protestos e passeatas, se somados os percentuais, as mulheres têm participado um pouco mais (48,1%) na comparação com os homens (44,1%). No entanto, aponta Sani (1986), essas formas esporádicas de participação quase nunca levam

à criação de instrumentos organizativos, ou seja, à institucionalização da participação política. Também é possível observar que as mulheres têm sido maioria entre os que participam ou já participaram de algum movimento social (34,9%), contra 25,6% de homens; contudo, somados os percentuais daqueles que participam ou que já participaram alguma vez dessas modalidades, em todas as alternativas os níveis de participação são muito inferiores aos percentuais dos que nunca participaram, em ambos os sexos (vide Tabela 5).

Tabela 5 – Diferença entre participação e não participação (%)

	Mulheres		Homens	
	Participa ou já participou	Não participa	Participa ou já participou	Não participa
Partidos políticos	2,2	97,9	2,2	97,7
Associações comunitárias	23,6	76,4	17,3	82,7
ONGs	19,9	80,1	11	89,0
Orçamento participativo	4,5	95,5	4,6	95,3
Manifestações, protestos, passeatas	43,1	56,9	39,4	60,6
Ocupações (terrenos ou prédios públicos)	5	95,0	4,7	95,3
Movimentos sociais	34,9	65,1	25,6	74,4
Atividades no seu bairro	36,9	63,2	34,3	65,8

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774.
Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

Em grande parte, as modalidades de participação descritas anteriormente estão relacionadas, conforme o entendimento de González (2007 e 2008), a uma descrença nos poderes Executivo e Legislativo e nos partidos políticos como instâncias de representação de interesses. Na opinião do mencionado autor, a existência desses mecanismos de participação nos quais o cidadão comum pode intervir, pode aumentar o sentimento de eficácia política e fortalecer os laços de confiança entre os indivíduos, visto que “os valores e as atitudes das pessoas frente à política são um elemento que pode contribuir no modo como se organizam, se relacionam e se constituem ações e organizações coletivas” (GONZÁLEZ, 2011). Não obstante a existência desses mecanismos, a possibilidade da participação social prescindirá também de outros requisitos: além dos mecanismos gerados em nível societal, prescinde de condições subjetivas oriundas da área psicossocial de cada indivíduo, isto é, do nível de conscientização, processo pelo qual os indivíduos ou grupos passam a compreender as

relações sociais que se estabelecem em uma sociedade historicamente determinada e a atuar de forma crítica ao nível dessas relações.

Os dados analisados nesta seção revelam que entre o público feminino há um baixo interesse em política e uma percepção negativa a respeito dos políticos, vistos como corruptos e não cumpridores de suas promessas. Em relação aos sentimentos que demonstram pela política, os dados denotam uma correlação inversa entre “interesse em política” e “sentimentos”, isto é, as jovens que demonstram possuir nenhum interesse, tendem a manter menos sentimentos positivos e altos níveis de sentimentos negativos em relação à política (em média 84%). Em geral, pouco mais da metade das jovens estudantes manifestaram sentimentos políticos negativos (51%), que aliados à baixa eficácia política e à descrença no sistema político como um todo, sugere o estabelecimento de uma cultura política híbrida, como já apontado anteriormente por autores como Baquero (2008) e Schmidt (2001).

Cabe destacar que, a efetivação de uma cultura política efetivamente participativa dependerá da construção de um ideário que valorize a existência desses canais (e modalidades) de participação e de representação (GONZÁLEZ, 1998). Em síntese, quando comparadas aos homens, constata-se entre as mulheres uma inclinação maior à participação política da população nos assuntos do governo e a sua própria participação em determinadas modalidades de representação; embora ainda muito pequena. Conforme Matos (2009), as mulheres tendem a uma maior organização societal e realização de mobilização em relação aos homens, contudo, aponta a autora, esse capital associativo não se transforma em capital político formal; logo, as possibilidades de participação na vida pública/política são reduzidas. Como apontam Liberati e Cyrino (1993), o nível de participação popular dos indivíduos nem sempre será o mesmo, visto que o grau de participação popular está relacionado, em grande parte, aos modelos de relações sociais que se estabelecem na sociedade, isto é, nas sociedades em que relações de dominação são mais evidentes (como as de gênero), a tendência é de que haja um grau menor de participação social se comparadas às sociedades onde prevalecem relações menos desiguais.

5.2. Socialização política

Neste tópico, foi apresentado aos estudantes um conjunto de questões relacionadas à socialização política, isto é, questões que objetivam elucidar a maneira como as (os) jovens

internalizam valores e crenças em relação à política. Primeiramente, buscou-se verificar quais agentes socializadores as (os) jovens estudantes consideram mais importantes na formação de suas opiniões políticas. Conforme a Tabela 6, a família, seguindo o que a literatura especializada já confirmara, aparece para homens e mulheres como o principal agente socializador, com 40,9% e 38,2%, respectivamente. Curiosamente, a escola, considerada um dos agentes fundamentais nos processos de socialização e formação da personalidade do indivíduo, não aparece entre as opções, mas sim os amigos (18%) para os jovens e a internet (17,6%) para as jovens.

Tabela 6 – Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais instituições você considera mais importante (%)³⁹

	Primeira ¹	Segunda ²
Mulheres	Família (38,2)	Internet (17,6)
Homens	Família (40,9)	Amizades (18,0)

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / $q^1= 0,004$ e $q^2= 0,005$ (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).

Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Na Tabela 7, procurou-se conhecer a frequência com que os estudantes conversam sobre política com seus pais, familiares, amigos, seus contatos das redes sociais, colegas de escola e com seus professores. Diferentemente da tabela anterior, na qual a família configura como principal agente socializador, os professores aparecem com um percentual um pouco mais elevado (27,8%) entre as jovens, seguidos pelos pais (23,4%). Já entre os jovens, o quadro é o inverso: na hora de formar suas opiniões políticas, os pais são consultados com maior frequência (23,4%), seguidos pelos professores (21,9%). Apesar dos jovens escolherem os amigos como segunda instituição mais importante na formação de suas opiniões políticas, eles só aparecem na terceira posição (14,4%) entre aqueles com quem costumam conversar frequentemente sobre política. Os contatos das redes sociais são as pessoas com quem as jovens menos conversam sobre tais assuntos (57,1%). Conforme os dados apresentados na tabela abaixo, entre homens e mulheres, os contatos das redes sociais e os colegas de escola figuram entre as primeiras opções em que os jovens não costumam conversar sobre assuntos políticos.

³⁹ Questão do *survey*: Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante?

Tabela 7 – Com que frequência você costuma conversar sobre política com: (%)⁴⁰

	Mulheres				Homens			
	F	AV	R	N	F	AV	R	N
Pais ^{1*}	23,4	43,2	25,6	7,8	23,4	39,0	25,8	11,8
Familiares ²	9,4	33,3	39,3	17,9	11,0	30,3	38,9	19,8
Amigos ³	14,5	32,6	32,0	20,9	14,4	34,2	30,1	21,3
Contatos redes sociais ⁴	4,1	11,8	26,9	57,1	3,8	13,4	27,5	55,3
Colegas de escola ⁵	13,8	34,4	30,3	21,5	13,5	30,3	31,1	25,0
Professores ^{6*}	27,8	42,2	20,8	9,2	21,9	38,1	24,5	15,4

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q¹= 0,017; q²= 0,321; q³= 0,815; q⁴= 0,710; q⁵= 0,160 e q⁶= 0,000.

* q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis.

Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Legenda

F: Frequentemente.

AV: Às vezes.

R: Raramente.

N: Nunca.

Os dados apresentados na Tabela 8 também têm relação direta com o interesse em política, no entanto, procurou-se verificar a percepção dos entrevistados em relação ao interesse em política nos outros. Perguntado, então, se seus pais, familiares, amigos, colegas de escola e professores aparentavam ter muito, pouco ou nenhum interesse em política, os jovens responderam da seguinte forma:

Tabela 8 – Pensando nas pessoas listadas abaixo, qual você acha que é o interesse delas por política? (%)

	Mulheres			Homens		
	Muito	Pouco	Nenhum	Muito	Pouco	Nenhum
Seus pais ¹	46,8	49,1	4,1	47,2	46,8	6,0
Seus familiares ²	36,1	58,9	5,0	35,1	58,1	6,8
Seus amigos ^{3*}	15,0	64,1	20,9	15,4	59,1	25,5
Seus colegas de escola ⁴	16,9	60,5	22,6	14,8	58,5	26,7
Seus professores ^{5*}	79,6	18,3	2,1	71,2	23,5	5,3

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q¹= 0,118; q²= 0,223; q³= 0,039; q⁴= 0,086 e q⁵= 0,000.

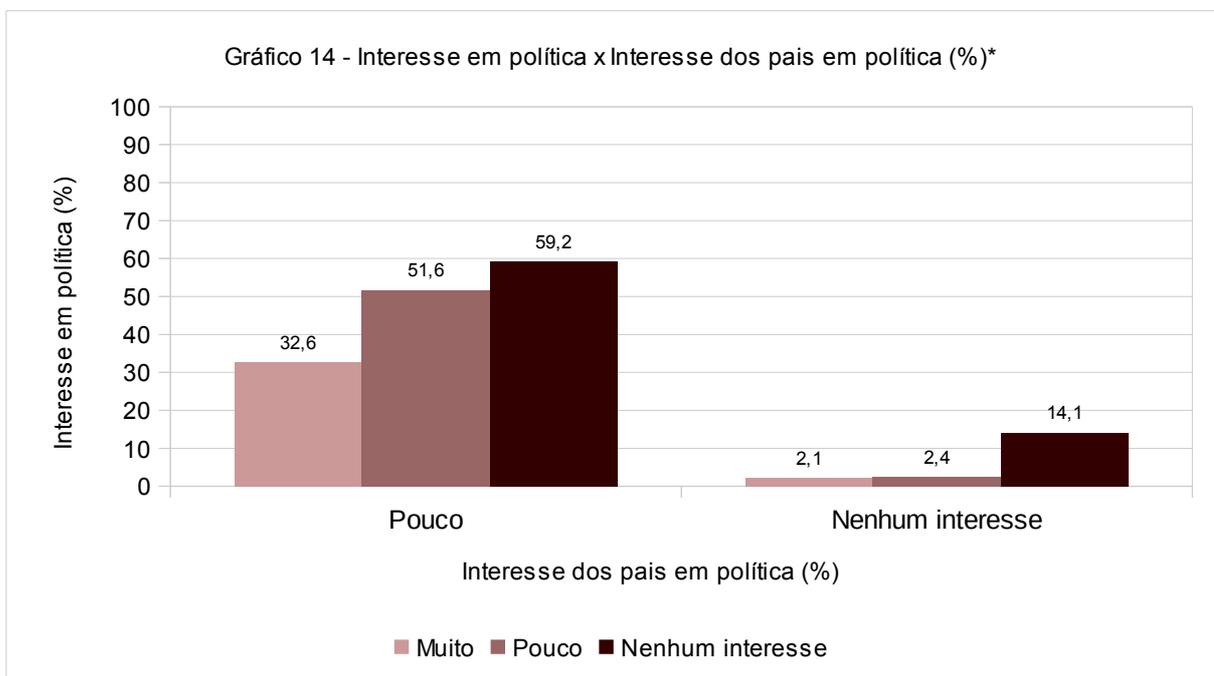
* q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis.

Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Primeiramente, analisamos o caso dos pais. Os valores percentuais entre os que dizem ter muito interesse, entre homens e mulheres, são muito próximos, com uma diferença mínima de 0,4%. Entre as jovens, o pouco interesse dos pais em política se mostra um pouco mais elevado se comparado aos jovens, e o muito interesse um percentual um pouco menor. Contudo, essas diferenças também são pequenas (2,3% e 0,4%, respectivamente). O mesmo

40 Questão do survey: Com que frequência você costuma conversar sobre estes assuntos políticos com:

ocorre quando somamos o muito interesse dos pais e dos familiares (82,9% para mulheres e 82,3% para homens, ou seja, uma diferença de 0,6%). No cruzamento do interesse das jovens em política e o interesse de seus pais, observa-se que, entre as jovens que têm muito interesse em política, 34,7% acreditam que o interesse de seus pais é pouco ou nenhum, 54% entre as jovens que possuem pouco interesse e 73,3% entre as que não possuem nenhum interesse em política. Se somados o pouco e o nenhum interesse, verifica-se um percentual de 63,6% de jovens que acreditam em um baixo interesse dos pais em política.



* Apenas variável sexo feminino.

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,000 (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).

Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

Na percepção dos jovens entrevistados, entre os que demonstram possuir nenhum interesse em política, os colegas de escola e os amigos surgem entre as primeiras opções. Cabe destacar que, conforme a tabela anterior, os colegas de escola estão entre aqueles com quem os jovens tendem a conversar menos sobre assuntos políticos. Um dado que fica evidente é o alto grau de interesse em política entre os professores, principalmente entre as jovens (79,6%). Faz-se importante ressaltar que, de acordo com a Tabela 7, os professores aparecem como aqueles com quem as jovens mais frequentemente conversam sobre política, o que pode nos indicar o papel dado à instituição escolar como importante *locus* de socialização política. Por fim, passa-se agora a analisar os dados sobre a eficácia política na escola.

5.3. Eficácia política na escola

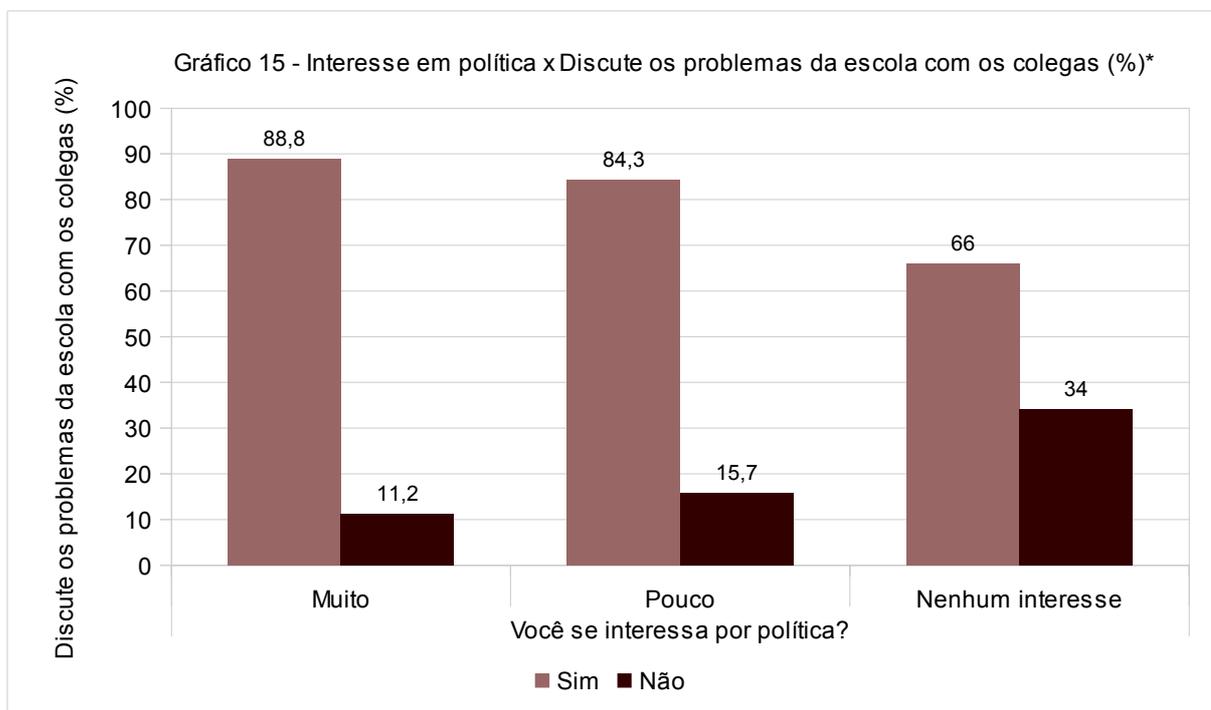
Os dados analisados nesta seção estão relacionados à eficácia política na escola. Por eficácia política compreende-se a autopercepção das possibilidades dos indivíduos de influenciar nas decisões políticas (BAQUERO, 1998, 2001 e 2008). A Tabela 9 e o Gráfico 15 abordam justamente a eficácia política no âmbito escolar, ou seja, buscam analisar as atitudes dos jovens estudantes diante dos problemas da escola (vide tabela e gráfico abaixo).

Tabela 9 – Você costuma discutir os problemas de sua escola com seus colegas? (%)

	Sim	Não	Total
Mulheres	82,2	17,8	100
Homens	72,6	27,4	100

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,000 (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).

Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.



* Apenas variável sexo feminino.

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,000 (q-valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).

Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Conforme os dados apresentados na Tabela 8, as jovens demonstram uma predisposição maior para a discussão dos problemas da escola com seus colegas (82,2%), número superior

aos 72,6% de jovens que responderam a mesma alternativa (diferença de 9,6%). No estudo agregado das questões sobre “interesse em política” e as “discussões em sala de aula”, observa-se no Gráfico 15 que o percentual de adolescentes do sexo feminino que tem muito, pouco ou nenhum interesse em política e que debate os problemas com os colegas é muito elevado (em média 80% do total de mulheres). Quando perguntado aos estudantes “Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola?” (vide Tabela 10), jovens de ambos os sexos se posicionaram a favor de uma maior participação dos estudantes (98,3% do total de jovens), tendo as mulheres um percentual um pouco maior (94,7%) quando comparado aos homens (93%). As respostas dadas pelos estudantes nos revelam a existência de uma correlação positiva entre interesse por política e o interesse pelos assuntos cotidianos da vida escolar, reforçando os princípios teóricos de socialização política.

Tabela 10 – Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola? (%)

	Sim	Não	Total
Mulheres	94,7	5,3	100
Homens	93,0	7,0	100

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,132.

Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

Na Tabela 11 foi perguntado aos adolescentes se a escola onde estudam tem ou não Grêmios Estudantis. Apenas 45,3% do total de jovens respondeu possuir Grêmios Estudantis nas dependências de sua escola. Os Grêmios Estudantis são os órgãos máximos de representação dos estudantes dentro da escola. Além do exercício da participação democrática, essas agremiações auxiliam no desenvolvimento de aptidões de liderança, bem como de trabalho em grupo.

Tabela 11 – A sua escola tem Grêmios Estudantis? (%)

	Sim	Não	Total
Mulheres	45,1	54,9	100
Homens	45,4	54,6	100

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,916.

Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

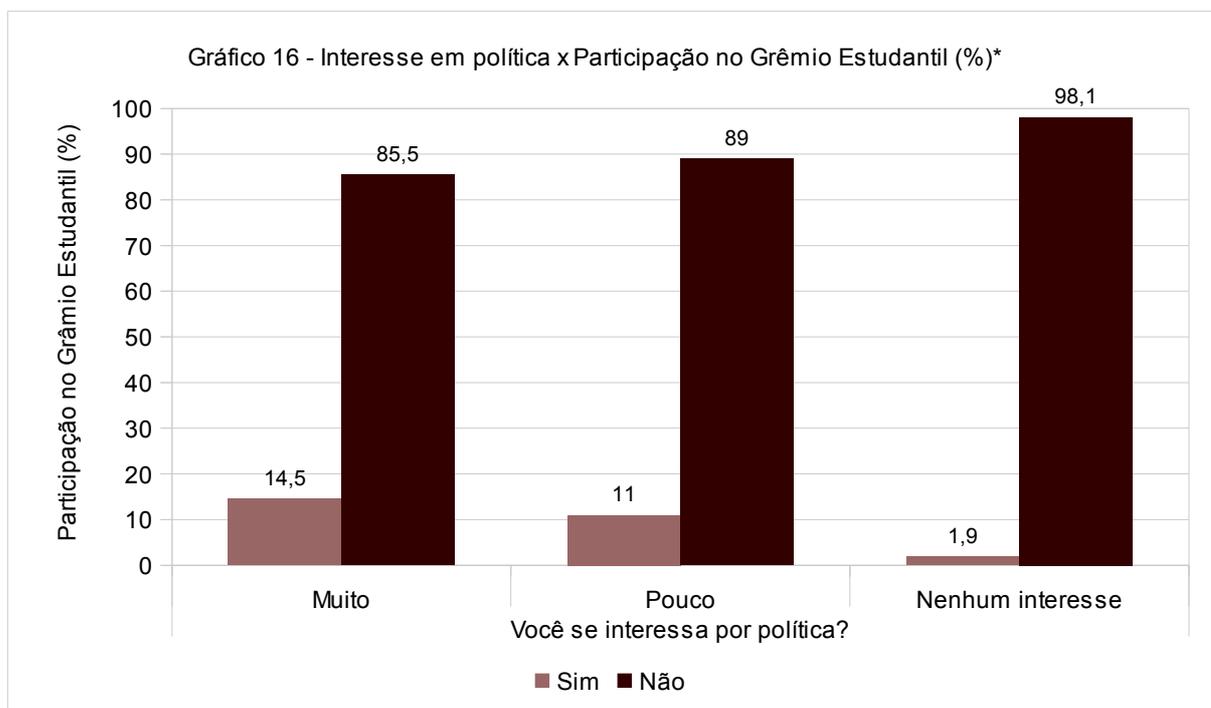
Para os estudantes que responderam sim, foi perguntado: “Você participa do Grêmios Estudantis?”. As respostas encontram-se na tabela abaixo:

Tabela 12 – Você participa do Grêmio Estudantil? (%)

	Sim	Não	Total
Mulheres	10,2	89,8	100
Homens	12,9	87,1	100

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,240.
 Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Observa-se que, mesmo que os estudantes tenham dentro da escola uma entidade de participação e de representação dos interesses dos alunos, 88,4% do total de jovens responderam que não participam do Grêmio Estudantil. Entre as jovens, o número de adolescentes que não participa do Grêmio chega a 89,8% (diferença de 2,7% em relação aos jovens), ou seja, os dados até aqui examinados sugerem uma predisposição maior entre as jovens à participação política em relação aos jovens; no entanto, quando os mecanismos de participação e representação estão ao alcance delas, as jovens tendem a não participar. Ao cruzar o “interesse em política” das jovens com a participação nas agremiações estudantis, vê-se que, mesmo entre as que possuem muito interesse em política a participação no Grêmio Estudantil é mínima, apenas 14,5% de participação, conforme exposto no Gráfico 16. O percentual de mulheres que participa de Grêmios estudantis não chega a 10% do público-alvo.



* Apenas variável sexo feminino.
 n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,066.
 Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

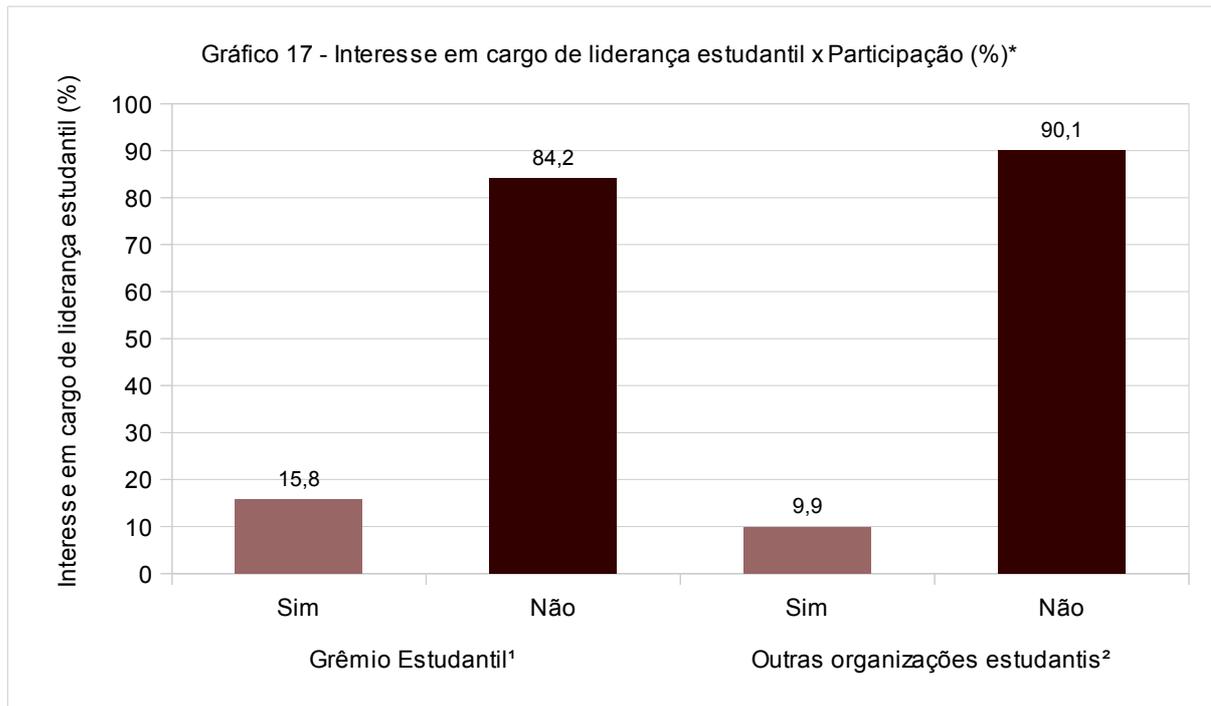
A não participação das estudantes fica mais evidente ao verificarmos suas respostas quando perguntado se participam de alguma outra organização estudantil (ver Tabela 13). Apenas 7% das jovens responderam que participam, contra 93% que responderam não participar. Se compararmos homens e mulheres, são elas que apresentam uma inclinação à participação um pouco maior em organizações estudantis (apenas 5,1% dos jovens disseram participar de outras organizações estudantis).

Tabela 13 – Você participa de alguma outra organização estudantil? (%)

	Sim	Não	Total
Mulheres	7,0	93,0	100
Homens	5,1	94,9	100

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / q= 0,080.
Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

Sendo o desenvolvimento de habilidades para liderança um dos objetivos dessas organizações estudantis, buscou-se verificar se, entre as jovens que almejam ocupar algum cargo de liderança estudantil, há a participação em Grêmios Estudantis ou em outras organizações. Conforme os dados do Gráfico 17, apenas 15,8% e 9,9% das mulheres que gostariam de ocupar um cargo de liderança estudantil participam das organizações mencionadas anteriormente. A grande maioria das jovens (87%) não participa de nenhuma delas, o que sugere um desconhecimento dessas modalidades de participação que poderiam auxiliar na promoção da representação feminina no âmbito escolar.



*Apenas variável sexo feminino.

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / $q^1= 0,001$; $q^2= 0,000$ (q -valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).

Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

Tabela 14 – Você considera importante os estudantes participarem de organizações estudantis? (%)

	Sim	Não	Total
Mulheres	98,5	1,5	100
Homens	96,2	3,8	100

n POA= 690; n FLO= 571; n CUR= 774 / $q= 0,003$ (q -valor<0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis).

Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

Uma contradição surge ao analisarmos os dados referentes ao entendimento dos jovens sobre a importância da participação em organizações estudantis. Conforme a Tabela 14, mesmo que a grande maioria dos jovens não participe do Grêmios Estudantis de sua escola ou de outras organizações estudantis, 97,3% dos estudantes consideram importante a participação dos alunos em organizações estudantis, o que indica uma clara distinção entre a disposição dos jovens estudantes de participarem em entidades estudantis e sua percepção sobre a real necessidade de participação neles.

A literatura acerca da socialização política aponta a escola como um importante agente de socialização que exerce influência na identificação e na participação política dos jovens. O conhecimento político possui relação direta com a escolaridade, tendo em vista que no ambiente escolar são transmitidas informações acerca da política, das instituições e do sistema

político em geral. Conforme a análise dos dados sobre socialização e eficácia política na escola, pôde-se observar uma correlação positiva entre o interesse por política e as discussões sobre assuntos relacionados à vivência das (os) jovens estudantes no espaço da escola. Os resultados são reforçados se levarmos em conta a importância dada aos professores (como agentes socializadores) e aos seus elevados níveis de interesse em política. Contudo, a predisposição maior das alunas à participação política no âmbito da escola se mostra ineficaz, visto que o grau de participação efetiva em organizações estudantis ainda é muito baixo, mesmo entre aquelas que almejam algum cargo de liderança estudantil.

6. CONCLUSÃO

A luta das mulheres por uma participação ativa na política passou por tímidos avanços e inúmeros retrocessos ao longo do século XIX e, principalmente, no século XX, quando as brasileiras finalmente conquistaram o direito ao voto, em 1932, fruto de um intenso movimento pelo sufrágio feminino, iniciado ainda em 1919. No entanto, a obtenção desse direito não significou o ingresso da mulher na vida política (ÁLVARES, 1999; ARCHENTI e TULA, 2013; MATOS, 2009; SOW, 2010; VAZ, 2008). No Brasil, apesar de as mulheres constituírem em média pouco mais da metade da população (50,6%) (IBGE, 2017) e do eleitorado brasileiro (52%) (TSE, 2017), ainda são minoria nas instituições de representação.

Conforme dados disponibilizados pela *Inter-Parliamentary Union* (IPU, 2017), o Brasil ocupa a 154ª posição no ranking dos países com menor participação feminina nos parlamentos unicamerais ou câmaras baixas no mundo (vide Gráfico 2), muito atrás de seus vizinhos latino-americanos como Bolívia (2ª), México (8ª) e Argentina (16ª); de países africanos como a Etiópia (17ª) e a Somália (71ª); e de países marcados por conflitos armados como Afeganistão (54ª) e Síria (137ª). Em comparação aos países americanos, o Brasil é o terceiro país com o índice mais baixo de mulheres em cargos legislativos federais (Gráfico 3) e o último país se comparado aos sul-americanos (Gráfico 4).

Quer dizer, apesar dos significativos avanços obtidos pelas mulheres, como o direito ao voto (1932) ou o estabelecimento de leis de cotas que reservam vagas para candidaturas femininas nos partidos (1995, 1997, 2009), se vislumbra no horizonte um longo caminho a ser percorrido para o alcance de uma efetiva igualdade de direitos e de representação entre homens e mulheres na política brasileira. Autoras como Vaz (2008), Matos (2009) e Sow (2010) defendem a participação feminina na política por entendê-la como um importante mecanismo para a consolidação e o aperfeiçoamento da frágil democracia brasileira e para o fortalecimento dos direitos adquiridos.

A baixa representação das mulheres, também denominada sub-representação feminina, está relacionada, segundo Biroli (2010, p. 46), a dois conjuntos de problemas: um deles é relativo ao funcionamento das democracias liberais, nas quais a igualdade formal convive com outras formas sistemáticas de exclusão de grupos sociais minoritários; a outra remete à manutenção das mulheres em posições de subordinação em sociedades nas quais “o direito à

participação política foi universalizado e não existem restrições formais à sua inclusão nas mais diversas esferas, entre elas a política”. Seguindo essa linha de pensamento, Bourdieu (2011) afirma que essa igualdade formal entre homens e mulheres tende a dissimular que, sendo as coisas em tudo iguais, as mulheres tendem sempre a ocupar as posições menos favorecidas. Dessa forma, segue o autor, o sistema político é fortemente marcado por uma dominação masculina e por uma realidade socialmente construída em que a mulher não pode ter autoridade sobre o homem e tem, portanto, “todas as possibilidades de [...] ver-se preterida por um homem para uma posição de autoridade ou de ser relegada a funções subordinadas, de auxiliar” (BOURDIEU, 2011, p. 113).

Nesse sentido, cabe ressaltar as raízes históricas da hierarquia entre os gêneros na sociedade brasileira, que legitima a dominação do masculino sobre o feminino e a separação entre as esferas pública (política) e privada (doméstica), que tem excluído as mulheres da maioria de seus direitos civis e políticos. Entre outros fatores responsáveis por esta realidade, além dos apontados por Biroli e outras (os) autoras (es), encontra-se os processos de socialização política das mulheres que, de acordo com Tabak (1983) e Astelarra (1987), acaba por reforçar a aceitação, por parte das mulheres, de ideias, de valores, de conceitos e de explicações sobre o comportamento, a capacidade intelectual e as características da personalidade feminina.

Desse modo, no que tange o escopo dos objetivos apresentados na introdução desta pesquisa, buscou-se analisar qual o interesse das jovens em política (Objetivo 1) e quais valores estão sendo transmitidos a elas por meio dos processos de socialização política (Objetivo 2); além de verificar se esses valores e normas influenciam (ou não) a sub-representação de mulheres (Objetivo 3). Em resposta aos objetivos mencionados, após a análise dos dados, percebe-se entre as jovens mulheres um *baixo interesse em política*, principalmente entre as jovens que demonstram “pouco” e “nenhum interesse”. Se analisado separadamente o percentual das jovens que afirmam ter “muito” interesse em política, observaremos que o valor também é inferior aos dos jovens.

O baixo interesse torna-se mais evidente quando analisado os sentimentos que as jovens estudantes sentem pela política. Pouco mais da metade do total de mulheres sente-se *alienada ou desiludida em relação à política*. Também é entre o público feminino que se observa um percentual maior de *rejeição à imagem dos políticos*. Conforme os dados analisados, uma grande parte das jovens concordou com a afirmação de que todos os políticos são corruptos e

quase todas responderam que os políticos prometem, porém não cumprem com suas promessas. Os resultados obtidos a partir da análise dos dados não são surpreendentes, considerando-se que as mulheres, histórico e socialmente, sempre estiveram alijadas da política, pois conforme a revisão teórica desta pesquisa, a esfera pública/política sempre foi vista como um ambiente essencialmente masculino, não sendo permitida e/ou incentivada a participação feminina. Desse modo, o espaço político é percebido pelas mulheres muito mais como um obstáculo do que como um local democrático e de apoio à participação.

Não obstante o baixo interesse em política, as jovens demonstraram uma *tendência maior à participação política*, seja à sua própria participação (se convidadas por alguém), seja a participação da população nas decisões do governo. Entre as mulheres, mais da metade acredita que *participar da política pode suscitar mudanças* no cenário político-social brasileiro. Também são a maioria entre os jovens que participam de alguma modalidade de participação não tradicional, como associações comunitárias, movimentos sociais e atividades de bairro; embora ainda seja uma participação muito baixa se comparada aos jovens que não participam.

Contudo, há que se distinguir a importância dada pelas jovens à participação política de uma participação realmente ativa. Sob essa ótica, as jovens mulheres pouco têm se interessado na política e em participar efetivamente dela. No tocante à socialização política das jovens, observamos que a *família é o principal agente socializador* (entre os jovens também). Entretanto, pouco mais da metade das jovens acredita que o *interesse de seus pais em política é pouco ou nenhum*. Em uma análise separada da relação interesse em política das jovens mulheres e o interesse de seus pais, esse percentual aumenta consideravelmente entre as estudantes que demonstram ter pouco ou nenhum interesse em política. Ao contrário dos professores, que apresentam um percentual elevado de interesse em política.

Referente à eficácia política na escola, as jovens mulheres também demonstram uma predisposição maior à discussão dos problemas referentes à escola em sala de aula e da importância dos alunos participarem mais das decisões envolvendo o ambiente escolar. No entanto, aqui também surge a oposição disposição à participação x participação real. Quando perguntadas sobre a importância de participar de organizações estudantis, quase a totalidade das estudantes respondeu ser importante, porém quando se verifica a real participação em órgãos como os Grêmios Estudantis, um grande número de mulheres respondeu não

participar; mesmo entre as que gostariam de ocupar algum cargo de liderança estudantil os índices de não participação em organizações estudantis se mostram altíssimos.

Em síntese, apesar da diferença entre o percentual de homens e mulheres em geral ficar dentro da margem de erro e, portanto, não ser suficiente para afirmar que há uma diferença significativa, as jovens mulheres ainda apresentam predisposições atitudinais maiores à participação se comparadas aos jovens homens. A disposição à participação política das meninas, que parece ser ligeiramente mais alta que a dos meninos (mesmo que seja semelhante e dentro da margem de erro), supera em muito o nível de representação real das mulheres. Isto é, o percentual das meninas que se predispõe a participar é muito maior do que o de mulheres que efetivamente ocupam cargos eletivos no mundo real. Desse modo, observa-se a não concretização dessa participação de uma forma realmente efetiva e, assim, as jovens acabam por não alterar o padrão de cultura política (híbrida), fortemente marcada pela baixa eficácia política e pela descrença no sistema político como um todo, e que estabelece a esfera pública como sendo um ambiente naturalmente masculino. Como visto anteriormente, a família ainda aparece como o principal agente responsável pela socialização e formação de atitudes políticas das jovens, porém, os baixos níveis de interesse dos pais em política pode ser um fator que tem contribuído para uma transmissão ineficiente de atitudes, normas e crenças em relação à política; dificultando assim, o surgimento de pretensões políticas entre as mulheres e negando-as o direito de representar e de serem representadas na arena política. Apesar das conquistas das mulheres nas últimas décadas, ainda não é possível antever mudanças significativas nas atitudes e comportamentos das jovens no campo político.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Larissa Guimarães Martins. **A participação política da mulher: uma análise do ponto de vista psicológico**. 2009. 299 fl. Tese. (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4564/1/2009_LarissaGuimaraesMartinsAbrao.pdf. Acesso em: 13 de abr. 2017.
- ALMOND, Gabriel A.. Um método funcional para o estudo da política comparada. In: ALMOND, Gabriel A.; COLEMAN, James S. (Orgs.). **A política das áreas em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: USAID, 1969. p. 13-68.
- ALMOND, G. A.; POWELL, G. B.. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1972.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **La cultura cívica: estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones**. Madrid: Euramérica, 1970.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulher e participação política. In: FERREIRA, M. (Org.). **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha/UFMA, 1999. p. 47-52.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres e participação política**, 2011. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/ifch/administrador/mulheresepolitica.pdf>> Acesso em: 01 de jul. 2017.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- AMORIM, Maria Salete de. Cultura política e participação democrática. In: _____ (Org.). **Democracia e participação: dimensões do neoliberalismo e da globalização**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2008. p. 107-128.
- ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 147-168, set.-dez. 2012a.
- ARAÚJO, Clara. Feminismo e poder político, uma década depois. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe (Orgs.). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012b. p. 243-267.
- ARAÚJO, Clara. **Por que as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil?** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/por_que_as_mulheres_ainda_c.pdf. Acesso em: 17 de abr. 2017.
- ARCHENTI, Nélica; TULA, María Inés. Las mujeres al poder cuotas y paridad de género en América Latina. **Seminario de Investigación**, 9., Salamanca, 2013.
- ASTELARRA, Judith. La cultura política de las mujeres. In: LECHNER, Norbert (Org.). **Cultura política y democratización**. Buenos Aires: Flacso, 1987. p. 148-168.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Globo, 2008.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.

BAQUERO, Marcello. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: Estado e partidos políticos. In: _____ (Org.). **Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 26-41.

BAQUERO, Marcello. Socialização política e formação da personalidade política: uma perspectiva comparada. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). **Nações/Narrações: Nossas Histórias e Estória**. Porto Alegre: ABEA, 1998. p. 65-84.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Padrões de comportamento político juvenil com novas tecnologias de mídia: o papel da TV e da internet na construção da cultura política no Brasil. **Tempo da Ciência**, Cascavel, v. 21, n. 42, p. 69-84, 2014.

BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patrícia. Desconstruindo a cultura política juvenil no Brasil. In: BAQUERO, Rute Vivian Angelo (Org.). **Agenda jovem: o jovem na agenda**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p. 93-122.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Eleição, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p.369-399, nov. 2011.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara. Cultura política e cidadania no Brasil: uma análise longitudinal. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 28, n. 129/130, p. 87-100, 1992.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 2 v. v. 2: A experiência vivida. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>. Acesso em: 08 de jun. 2017.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 90, p. 45-69, set. 2010.

BRASIL. Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher; Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria da Mulher, 2015. **Mais mulheres na política**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/livreto-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 17 de abr. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 5 out. 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 29 set. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm. Acesso em: 01 de jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 30 set. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em: 01 de jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 29 set. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3. Acesso em: 01 de jul. 2017.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

BONDER, Glória. **Equidade de gênero na educação**: renovando compromissos. 2003. Disponível em: <http://www.educoas.org/portal/pt/tema/editorial/nov03>. Acesso em: 14 de abr. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1986.

BRUMER, Anita; ROSENFELD, Cinara Lerrer; HOLZMANN, Lorena; SANTOS, Tania Steren dos. A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos (Orgs.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 125-146.

BRUNELLO, Eduardo Tadeu. **A instituição escolar e a reprodução das desigualdades de gênero**. 2011. Disponível em: < <http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes/pages/arquivos/GT2011>>. Acesso em: 01 de jul. 2017.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 169-427.

CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 25, n. 4, p. 479-487, out.-dez. 2009.

CHODOROW, Nancy. **The reproduction of mothering**: psychoanalysis and the sociology of gender. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1978.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 85-99. jan.- jun. 2009.

CONNELL, Robert William. **The child's construction of politics**. Melbourne: Melbourne University Press, 1975.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-20, set. 2005.

CRUZ, F. S. da. **A cultura da mídia no Rio Grande do Sul: O caso MST e Jornal do Almoço**. Pelotas: EDUCAT, 2006.

DAGNINO, Evelina. Democracia, teoria e prática: a participação da sociedade civil. In: PERISSINOTTO, Renato Monseff; FUCKS, Mario (Orgs.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 141-166.

DAHL, Robert Alan. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DALTON, Russell; WELZEL, Christian. Introduction: Political Culture and Value Change. In.: _____ (Orgs.). **The civic culture transformed**. Cambridge University Press, 2014. Disponível em: <http://www.socsci.uci.edu/~rdalton/archive/CUP2014.pdf>. Acesso em: 03 de jun. 2017.

DANZIGER, Kurt. **Socialization**. Londres: Penguin Books, 1971.

DAWSON, Richard; PREWITT, Kenneth. **Political Socialization**. Little, Brown & Company, 1969.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1968.

EASTON, D.; DENNIS, J.. **Children in political system: origins of political legitimacy**. New York: McGraw-Hill, 1969.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1994.

FÁVERO, Maria Helena. Desenvolvimento psicológico, mediação semiótica e representações sociais: Por uma articulação teórica e metodológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, p. 17-25, 2005.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do gênero: Psicobiografia, sociocultura e transformações**. Curitiba: UFPR, 2010.

FEITOSA, Fernanda. A participação política das mulheres nas Eleições 2010: panorama geral dos candidatos eleitos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas Eleições 2010**. São Paulo: ABCP; Secretária de Políticas para as Mulheres, 2012. p. 139-166.

FERREIRA, Pedro M.. Gênero, juventude e espaço público na Europa. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 7., Florianópolis, 2006.

FINLEY, Moses. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 63, p. 7-20, out. 2002a.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, mai.-ago. 2007.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G.. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Editora 34, 2002b. p. 59-78.

GARCÍA CASTRO, María. Cultura política e representación femenina. In: DÁVILA, Julia I. Flores. (Coord.). **Seminario Nacional A 50 años de la cultura cívica: pensamientos y reflexiones en honor al Profesor Sidney Verba**, 1., México, 2011.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 47-68, 2011.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Democracia participativa e conselhos de desenvolvimento. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Desenvolvimento regional, democracia local e capital social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p. 69-99.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Novos espaços da democracia no Brasil: a participação popular na definição do orçamento público. In: _____. (Org.). **Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. 145-167.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Participação popular, cultura política e ação coletiva: Uma análise do orçamento participativo de Porto Alegre. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (Orgs.). **A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política**. Canoas: UFRGS/Centro Educacional La Salle, 1998. p. 190-214.

GREENSTEIN, Fred. Children and politics. In: GREENBERG, Edward S.. (Org.). **Political socialization**. New York: Atherton Press, 2009.

GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, p. 167-206, 2001.

HAHNER, June E.. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E.. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978.

HEINICH, Nathalie. Uma sociologia do espaço de interações. In: _____. **A sociologia de Norbert Elias**. Lisboa: Temas e Debates, 2001. p. 87-118.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Editora Paidéia Ltda, 1987.

HESS, Robert D.; TORNEY, Judith V.. **The development of political attitudes in children**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1970.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril cultural, 1979.

HUNTINGTON, S. P.. Por quê? In: _____. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

HYMAN, Herbert H.. **Political socialization: a study in the psychology of political behavior**. New York: Free Press, 1969.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa; WELZEL, Christian. **Gender Equality and Democracy**. 2004. Disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/tpb_ma_6187.pdf. Acesso em: 13 de abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 25 de jun. 2017.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in politics: 2017**. Disponível em: <http://www.ipu.org/pdf/publications/wmmmap17-sp.pdf>. Acesso em: 25 de jun. 2017.

IULIANELLI, J. A. S. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-37.

JENNINGS, M. Kent; NIEMI, Richard. **The Political Character of Adolescents**. Princeton: Princeton University Press. 1974.

LIBERATI, Wilson Donizeti; CYRINO, Públio Caio Bessa. **Conselhos e fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.

LISBOA, Teresa Kleba. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder**, 8., Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/11pdf>> Acesso em: 01 de jul. 2017.

MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise. **Liberdade versus igualdade**. O mundo em desordem (1914-1945). Rio de Janeiro: Record, 2011.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2010.

MARTINS, Sandra Regina Soares. **Representação feminina na Câmara dos Deputados**. 2013. 82 fl. Monografia (especialização) – Curso de Política e Representação Parlamentar, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Brasília, 2013.

MATOS, Marlise. A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. In: PAIVA, Denise (Org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do estado de Goiás, 2011. p. 11-54.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Entrevista. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, dez. 2009.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.3, p. 653-679, set.-dez. 2010.

MILL, John Stuart. **De la libertad, del gobierno representativo, la esclavitud femenina**. Madrid: Editorial Tecnos S.A., 1965.

MOISÉS, José Álvaro de. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.

MOISÉS, José Álvaro de. Democratização e cultura de massas no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 26, p. 5-51, ago. 1992.

MOISÉS, José Álvaro de; SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação política das mulheres e qualidade da democracia: o caso do Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014. p. 89-116.

MORÁN, María Luz. La cultura política de las mujeres: un campo de estudio todavía por explorar. **Psicología Política**, Valencia, n. 42, p. 45-68, mai. 2011.

NAZZARI, Rosana Katia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v.9, n.2, p. 145-154, mai.-ago., 2005.

NAZZARI, Rosana Katia. **Empoderamento da juventude no Brasil: capital social, família, escola e mídia**. Cascavel: Coluna do saber, 2006.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32, jun. 2013.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, mai.-ago. 2008.

OLIVEIRA, Rosiska D.. **Elogio da diferença: o feminismo emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público-privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Orgs.). **Teoria política feminista: textos centrais**, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1844681/mod_resource/content/0/Pateman%20C_Cr%C3%Aadticas%20feministas%20%C3%A0%20dicotomia%20p%C3%Bablico-privado.pdf. Acesso em: 13 de abr. 2017.

PATEMAN, Carole. Fazendo contratos. In: _____. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 15-37.

PATEMAN, Carole. The civic culture: a philosophic critique. In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (Orgs.). **The civic culture revisited**. California: Sage, 1989. p. 57-102.

PERCHERON, Annick. **La formation politique de l'individu**. In: PARODI, J. L. (org.). *La Politique*. Paris: Hachette, 1971. p. 142-168.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Estudos Feministas**, Florianópolis, 9, p. 268-290, 2001.

PHILLIPS, Anne. **Democracy and difference**. Cambridge: Polity Press, 1993.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. (Série Documentos).

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe (Orgs.). **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. p. 269-287.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.49, p. 98-112, mar.-mai. 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRÁ, Jussara Reis. Democracia paritária, mulheres e cidadania política de gênero. **Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades**, 2., Brasília, 2014.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 33-51, jan.-abr. 2012.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Construções de gênero, socialização política e juventude. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. **Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires** – Asociación Latinoamericana de Sociología, 8., Buenos Aires, 2009.

RAMOS, Marília Patta. **Pesquisa social**: abordagem quantitativa com uso do SPSS. Porto Alegre: Escritos, 2014.

RENNÓ JR., Lúcio R.. Revisitando a corrente dominante da teoria da cultura política. **Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, n. 1, p. 235-271, 1997.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 195-218.

ROSENFELD, Denis Lerrer. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2011.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332, nov. 2009.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub) representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise (Org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Câne Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do estado de Goiás, 2011. p. 161-188.

SACCHET, Teresa. 2012. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 369-386, 2008.

SANI, Giacomo. Participação política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. da UNB, 1986.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 64, p. 38-47, fev. 1988.

SARTI, Cynthia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. **Congresso Internacional da LASA**, 21., Chicago, 2013.

SCHMIDT, J. P.. **Juventude e política no Brasil**: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: Edunisc-RS, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

SIGEL, Roberta. Assumptions about learning political values. In: GREENBERG, Edward S. (Org.). **Political socialization**. New York: Atherton Press, Controversy Series, 1970. p. 19-23.

SILVEIRA, Angelita Fialho; AMORIM, Maria Salete Souza de. Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 155-163, mai.-ago. 2005.

SOUZA, A. C.. Socialização política na escola: a escola socializa para a participação? **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 73-86, 1986.

SOW, Marilene Mendes. **A participação feminina na construção de um parlamento democrático**. 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5066>. Acesso em: 01 de jul. 2017.

STREET, John. Review Article: Political Culture – from Civic Culture to Mass Culture. **British Journal of Political Science**, n. 24, p. 85-114, 1993.

TABAK, F. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THÉBAUD, Françoise. Mulheres, cidadania e Estado na França do século XX. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 119-135, s/d.

TILLY, Louise A.. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas Eleitorais 2016** – Eleitorado. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/eleicoes-2016>. Acesso em: 25 de jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. **Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil** (Porto Alegre). 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. **Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil** (Florianópolis e Curitiba). 2016.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**. 2008. 65 fl. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) – Câmara dos Deputados, Brasília, 2008. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/5813>. Acesso: 01 de jul. 2017.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A vindication of the rights of woman**. s/d. Disponível em: <http://pinkmonkey.com/dl/library1/vindicat.pdf>. Acesso em: 02/06/2017.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

ANEXO 1 – QUADRO DE QUESTÕES, INSTRUMENTOS E VARIÁVEIS DE PESQUISA/CATEGORIAS

Tópico	Pesquisa/instrumento	Questões	Variáveis de pesquisa/categorias
Participação política	Pesquisa tipo <i>survey</i> 2015 e 2016.	3. Você se interessa por política?	Sim Não Nenhum interesse
		23. Como você se sente com relação à política?	Alienado Indiferente Desiludido Interessado Participativo Outro
		25.7. Assuntos políticos são muito complicados para mim, por isso não me interessam.	Concordo Concordo em parte
		25.1. Todos os políticos são corruptos.	Concordo Concordo em parte
		25.2. Os políticos prometem, depois não cumprem.	Concordo Concordo em parte
		25.6. Não adianta participar da política, pois nunca muda nada.	Concordo Concordo em parte
		8. Pensando nesses problemas do país, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolver estes problemas?	Um líder que coloque as coisas no lugar. A participação da população nas decisões do governo.
		37. Participaria de atividades políticas, se fosse convidado?	Sim Não
Socialização política		5. Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante?	1ª Mais importante 2ª Mais importante
		4. Com que frequência você costuma conversar sobre estes assuntos políticos com:	Frequentemente. Às vezes. Raramente. Nunca.
		6. Pensando nas pessoas listadas abaixo, qual você acha que é o interesse delas por política?	Muito Pouco Nenhum
Eficácia política na escola		13. Você costuma discutir os problemas de sua escola com seus colegas?	Sim Não

Eficácia política na escola		15. Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola?	Sim Não
		16. A sua escola tem Grêmios Estudantis?	Sim Não
		17. Você participa do Grêmios Estudantis?	Sim Não
		18. Você participa de alguma outra organização estudantil?	Sim Não
		20. Pensando em cargos de liderança estudantil, você gostaria de ocupar algum?	Sim Não
		19. Você considera importante os estudantes participarem de organizações estudantis?	Sim Não

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO DO *SURVEY*



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina
Pesquisa: Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de
socialização política dos jovens no Sul do Brasil

Instruções de preenchimento:

1. Siga as instruções para cada pergunta.
2. Seja honesto em suas respostas; não existe resposta certa ou errada, e sim sua opinião sobre cada questão.

Para começar, precisamos de alguns dados gerais.

1. Sua idade: _____

2. Seu sexo: (1) Masculino (2) Feminino

Pensando em política, gostaríamos de saber alguns de seus hábitos.

3. Você se interessa por política? Marque uma opção.

- (1) Muito
- (2) Pouco
- (3) Nenhum interesse

4. Com que frequência você costuma conversar sobre estes assuntos políticos com: Marque uma opção.

	Frequentemente	Às Vezes	Raramente	Nunca
4.1 Seus pais				
4.2 Seus familiares				
4.3 Seus amigos				
4.4 Sua lista de contatos das redes sociais				
4.5 Seus colegas de escola				
4.6 Seus professores				

5. Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante? Marque qual é a primeira e qual é a segunda mais importante.

	1°	2°
1. Família		
2. Igreja		
3. Escola		
4. Amizades		
5. Televisão		
6. Rádio		
7. Jornal impresso/ Revista		
8. Internet		
9. Redes sociais		

6. Pensando nas pessoas listadas abaixo, qual você acha que é o interesse delas por política? Marque uma opção.

	Muito	Pouco	Nenhum
6.1 Seus pais			
6.2 Seus familiares			
6.3 Seus amigos			
6.4 Seus colegas de escola			
6.5 Seus professores			



Agora queremos saber sua opinião sobre alguns aspectos do nosso país.

7. Em sua opinião qual é o principal problema do país? Marque uma opção.

- (1) Inflação
- (2) Desemprego
- (3) Saúde
- (4) Pobreza
- (5) Corrupção
- (6) Moradia
- (7) Transporte
- (8) Educação
- (9) Outro. Qual? _____
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

8. Pensando nesses problemas do país, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolver estes problemas? Marque uma opção.

- (1) Um líder que coloque as coisas no lugar.
- (2) A participação da população nas decisões do governo.

9. Você acha que a opinião da maioria das pessoas é levada em conta no nosso país? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Às vezes
- (3) Não
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

10. Você acha que seu futuro será melhor do que o do seus pais? Marque uma opção.

- (1) Sim, será melhor.
- (2) Será igual.
- (3) Não, será pior. Por quê? _____
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

11. Como você sabe existem várias coisas acontecendo no Brasil que faz com que existam sentimentos diferentes. Pensando nisso, qual é o sentimento que você tem nesse momento do país? Marque uma opção.

- (1) Inseguro
- (2) Indignado
- (3) Assustado
- (4) Frustrado
- (5) Feliz
- (6) Confiante
- (7) Satisfeito
- (8) Seguro
- (9) Outro. Qual? _____

E agora pensando na sua escola, queremos saber se:

12. Você participa de atividades da escola? Marque uma opção.

- (1) Sim. Quais? _____
- (2) Às vezes
- (3) Não. Por quê? _____

13. Você costuma discutir os problemas de sua escola com seus colegas? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não



14. Quando não gosta de alguma coisa na escola, o que você faz?

15. Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

16. A sua escola tem Grêmios Estudantis? Marque uma opção.

- (1) Sim (Responda a próxima questão)
- (2) Não (Pule para questão 18)
- (88) Não sei (Pule para questão 18)
- (99) Não quero responder

17. Você participa do Grêmios Estudantis? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não. Por quê? _____

18. Você participa de alguma outra organização estudantil? Marque uma opção.

- (1) Sim. Qual? _____
- (2) Não

19. Você considera importante os estudantes participarem de organizações estudantis? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não. Por quê? _____
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

20. Pensando em cargos de liderança estudantil, você gostaria de ocupar algum? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não. Por quê? _____

21. Em relação à educação que você recebe, está satisfeito? Marque uma opção.

- (1) Sim.
- (2) Não. Por quê? _____

22. Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula? Marque uma opção.

- (1) Concordo: a política faz parte da formação do estudante
- (2) Não concordo: lugar de política não é na aula

Falando ainda sobre política.

23. Como você se sente com relação à política? Marque uma opção.

- (1) Alienado
- (2) Indiferente
- (3) Desiludido
- (4) Interessado
- (5) Participativo
- (6) Outro. Como? _____
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder



24. Diga a primeira palavra que vem na sua cabeça quando pensa em:

24.1 Política _____

24.2 Políticos _____

24.3 Partidos Políticos _____

24.4 Cidadania _____

25. Atualmente se fala muito do que está acontecendo no país. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
25.1 Todos os políticos são corruptos.			
25.2 Os políticos prometem, depois não cumprem.			
25.3 Políticos são todos iguais.			
25.4 Não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar.			
25.5 Pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do governo.			
25.6 Não adianta participar da política, pois nunca muda nada.			
25.7 Assuntos políticos são muito complicados pra mim, por isso não me interessam.			

26. Você votou nas últimas eleições? Marque uma opção.

(1) Sim.

(2) Sim, mas anulei. Por quê? _____

(3) Não. Por quê? _____

27. Você é favorável ao voto com 16 anos? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não. Por quê? _____

28. Você votaria se o voto não fosse obrigatório? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não. Por quê? _____

29. Ao definir o seu voto, o que leva em conta? Marque uma opção.

(1) A pessoa do candidato.

(2) O partido do candidato.

(3) A pessoa e o partido.

30. Nas últimas eleições, você colocou cartazes do seu candidato ou partido em sua casa, carro ou escola?

Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não

31. Você assistiu ou ouviu: Marque uma opção.

	Sim	Às vezes	Não
31.1 Horário gratuito na rádio ou na TV			
31.2 Debates entre candidatos na rádio ou na TV			



35. Quando você pensa em democracia, quais dos itens listados abaixo vem em sua mente? Marque o que vem em primeiro, em segundo e em terceiro lugar em sua mente.

	1º	2º	3º
1. Votar			
2. Poder criticar			
3. Governar para maioria			
4. Respeitar o direito de todos			
5. Não ter pobreza			
6. A competição entre partidos			
7. A igualdade entre os cidadãos			
8. A paz			
9. Liberdade de expressão			
10. Liberdade de imprensa			
11. Outro. Qual? _____			

Falando sobre participação política.

36. Você costuma participar de: Marque uma opção.

	Participo	Já participei	Não participo
36.1 Partidos Políticos			
36.2 Reuniões políticas			
36.3 Comícios políticos			
36.4 Associações comunitárias			
36.5 Atividades religiosas			
36.6 Organizações Não Governamentais (ONGs)			
36.7 Orçamento Participativo			
36.8 Abaixo assinados			
36.9 Manifestações, protestos, passeatas			
36.10 Ocupações de terrenos ou prédios públicos			
36.13 Movimentos Sociais			
36.14 Atividades no seu bairro			

37. Participaria de atividades políticas, se fosse convidado? Marque uma opção.

- (1) Sim
 (2) Não. Por quê? _____
 (88) Não sei
 (99) Não quero responder

38. Em 2013, muitos jovens foram às ruas para fazerem manifestações sobre assuntos relacionados ao Brasil.

Você participou destas manifestações? Marque uma opção.

- (1) Sim (Responda a próxima pergunta)
 ↓
 (2) Não (Pule para questão 40)

39. Se você participou, quanto cada meio listado abaixo o influenciou a participar? Marque uma opção.

	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
39.1 Família				
39.2 Igreja				
39.2 Amigos				
39.3 Professores				
39.4 TV				
39.5 Rádio				
39.6 Jornal impresso ou Revista				
39.7 Internet				



40. Ainda com relação às manifestações de 2013, você considera que elas foram importantes? Marque uma opção.

(1) Sim. Por quê? _____

(2) Não. Por quê? _____

(88) Não sei

(99) Não quero responder

Agora vamos falar sobre confiança nas pessoas e nas instituições.

41. Em relação às pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
41.1 Pessoas em geral			
41.2 Seus pais			
41.3 Seus familiares			
41.4 Seus vizinhos			
41.5 Seus colegas de aula			
41.6 Sua lista de contatos das redes sociais			
41.7 Seus amigos			
41.8 Seus professores			

42. Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
42.1 Igrejas			
42.2 Partidos Políticos			
42.3 Judiciário (Juizes e tribunais)			
42.4 Presidente			
42.5 Governo Federal (Ministros)			
42.6 Polícia			
42.7 Forças Armadas			
42.8 Escola			
42.9 Movimentos Estudantis			
42.10 Conselho Escolar			
42.11 Grêmios Estudantis da escola			
42.12 Associações Comunitárias			
42.13 TV			
42.14 Jornal Impresso e Revista			
42.15 Rádio			
42.16 Internet			

43. Para formar sua opinião sobre essas instituições, qual a influência que cada um dos grupos abaixo listados exerce. Marque uma opção.

	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
43.1 Família				
43.2 Igreja				
43.3 Amigos				
43.4 Professores				
43.5 TV				
43.6 Rádio				
43.7 Jornal impresso ou Revista				
43.8 Internet				



44. Das afirmações abaixo, gostaríamos de saber se você concorda. Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
44.1 A participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país.			
44.2 A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país.			
44.3 A participação em um projeto de sua escola é importante mesmo que não lhe beneficie diretamente.			

Agora queremos saber um pouco mais sobre os meios de comunicação que você usa.

45. Quando você quer saber mais sobre assuntos políticos, com que frequência você se informa pelos canais listados abaixo? Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
45.1 TV			
45.2 Rádio			
45.3 Jornal Impresso e Revista			
45.4 Internet			
45.5 Redes Sociais			

46. Em média:

46.1 Quantas horas por dia você assiste TV	hr
46.2 Quantas horas por dia você ouve rádio	hr
46.3 Quantas horas por dia você fica conectado na internet	hr
46.4 E dessas horas na internet, quantas você fica conectado nas redes sociais	hr
46.5 Quantos dias por semana você lê jornal impresso ou revista	dia

47. Confia nas informações políticas veiculadas: Marque uma opção.

	Sim	Mais ou menos	Não
47.1 Na TV			
47.2 Na rádio			
47.3 Nos jornais impressos ou revistas			
47.4 Na internet			
47.5 Nas redes sociais			

48. Qual a sua principal motivação quando: Marque uma opção.

	Entretenimento	Informação	Ambos
48.1 Assiste TV			
48.2 Ouve Rádio			
48.3 Lê jornal impresso ou revista			
48.4 Conecta-se à internet			

49. Você acha que os meios de comunicação listados abaixo influenciam a sua forma de pensar? Marque uma opção.

	Sim	Às vezes	Não
49.1 TV			
49.2 Rádio			
49.3 Jornal impresso ou revista			
49.4 Internet			



50. Você acha que os meios de comunicação listados abaixo influenciam a sua forma de agir? Marque uma opção.

	Sim	Às vezes	Não
50.1 TV			
50.2 Rádio			
50.3 Jornal impresso ou revista			
50.4 Internet			

Pensando sobre as Redes Sociais da Internet.

51. Das redes sociais listadas abaixo, quais são as três mais utilizadas por você? Marque a primeira, a segunda e a terceira mais utilizada.

	1°	2°	3°
51.1 Twitter			
51.2 Facebook			
51.3 Google +			
51.4 Whatsapp			
51.5 Instagram			
51.6 Snapchat			
51.7 Skype			
51.8 Youtube			
51.9 Fóruns			
51.10 Outra. Qual? _____			

52. Você pesquisa em outras fontes sobre as notícias de política postadas nas redes sociais? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Não

53. Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
53.1 Ler ou assistir o vídeo			
53.2 Curtir			
53.3 Comentar			
53.4 Compartilhar			
53.5 Usar #			

54. Você conversa com alguém sobre as postagens de política que vê nas redes sociais? Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
54.1 Seus pais			
54.2 Seus familiares			
54.3 Seus amigos			
54.4 Seus colegas de escola			
54.5 Sua lista de contatos das redes sociais			
54.6 Seus professores			
54.7 Outro. Quem? _____			

55. Na sua opinião, as redes sociais podem ser instrumentos de participação política? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Mais ou menos
(3) Não
(88) Não sei
(99) Não quero responder



56. Você participa de mobilizações políticas via Internet, tais como: Marque uma opção.

	Participo	Já participei	Nunca participei
56.1 Abaixo assinado			
56.2 Boicotes			
56.3 Twittaços			

57. Você confirma presença em eventos relacionados à política no Facebook? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não

58. Você já participou de manifestações políticas na rua marcadas pela internet? Marque uma opção.

- (1) Sim. Quais? _____
- (2) Não. Por quê? _____

59. Você fez campanha para algum candidato político pelas Redes Sociais nas últimas eleições? Marque uma opção.

- (1) Sim. De que forma? _____
- (2) Não. Por quê? _____

60. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
60.1 Sinto que sou parte de uma comunidade quando participo das Redes Sociais.			
60.2 Sinto que sou parte de uma comunidade quando estou assistindo TV.			
60.3 Quando vejo uma notícia sobre política na internet sinto vontade de participar de movimentos sociais ou mobilizações.			
60.4 Quando assisto uma notícia sobre política na TV sinto vontade de participar de movimentos sociais e mobilizações.			

Para finalizar, precisamos de alguns dados seus e de sua família.

61. Qual o seu estado civil? Marque uma opção.

- (1) Solteiro
- (2) Casado
- (4) Divorciado
- (5) Viúvo

62. Qual a sua religião? _____

63. Com quem você mora? Marque uma opção.

- (1) Mora com pai e mãe
- (2) Mora com parentes ou amigos
- (3) Mora com a mãe
- (4) Mora com o pai
- (5) Mora sozinho
- (6) Mora com esposo(a) ou companheiro(a)
- (7) Outros. Quem? _____



64. Qual a escolaridade de sua mãe e de seu pai? Marque uma opção para sua mãe e uma para seu pai.

	Mãe	Pai
1. Sem instrução		
2. Ensino Fundamental incompleto		
3. Ensino Fundamental completo		
4. Ensino Médio incompleto		
5. Ensino Médio completo		
6. Ensino Superior incompleto		
7. Ensino Superior completo		
88. Não sei		

65. Você tem acesso à internet em casa? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não

66. Além de estudar, você trabalha? Marque uma opção.

- (1) Sim. Em quê? _____
- (2) Já trabalhei. Em quê? _____
- (3) Não

67. Quando é necessário tomar uma decisão importante na sua família, você acha que os filhos devem ser consultados e ajudarem a decidir? Marque uma opção.

- (1) Sempre
- (2) Às vezes
- (3) Nunca
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

68. Qual sua etnia (cor)? _____

69. Qual a faixa de renda de toda a sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram em sua casa)? Marque uma opção.

- (1) Até um salário mínimo
- (2) De 1 a 2 salários mínimos
- (3) De 3 a 4 Salários mínimos
- (4) Mais de 5 salários mínimos
- (5) Não sei

Gostaríamos de agradecer a sua colaboração com a pesquisa. Sua opinião é muito importante para nossa pesquisa.